

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

Danielle Cristina Braz

**A NOÇÃO DE DEMOCRACIA NA OBRA DE CARLOS NELSON COUTINHO
COMO INTELLECTUAL E MILITANTE**

TOLEDO

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

Danielle Cristina Braz

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Nível de Mestrado em Ciências Sociais – Da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Osmir Dombrowski.

TOLEDO

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B827n	<p>Braz, Danielle Cristina A noção de democracia na obra de Carlos Nelson Coutinho como intelectual e militante. /Danielle Cristina Braz.— Toledo, 2016. 127 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Osmir Dombrowski</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais</p> <p>1. Democracia. 2. Coutinho, Carlos Nelson. 3. Partidos políticos. I. Dombrowski, Osmir. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.</p> <p>CDD 20.ed.321.8 CIP – NBR 12889</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9ª/965

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Nível de Mestrado em Ciências Sociais – Da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Osmir Dombrowski.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Doutor Osmir Dombrowski

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Membro da banca: _____

Prof. Doutor Geraldo Magella Neres

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Membro da banca: _____

Prof. Marcos Del Roio

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Agradecimentos

Agradeço àqueles que me fizeram existir, não simplesmente porque carregou em minhas veias o que há de melhor e de pior desse casal de batalhadores incansáveis, mas também porque me fizeram ser quem sou da melhor forma que lhes foi permitido. Com certeza não planejaram ser esse o rumo que eu tomaria, mas, mesmo sem compreenderem as motivações que fazem alguém enveredar pela vida acadêmica, me deram apoio incondicional nas minhas escolhas e confiaram nelas.

Agradeço a meu companheiro de vida e de luta, Aderbal, que, mesmo reclamando muito das madrugadas mal dormidas de escrita incessante, se manteve apoiando minha empreitada e, muitas vezes, serviu de interlocutor em várias conversas que me ajudaram a elucidar um emaranhado de ideias.

Agradeço ainda, minha irmã Valéria, avós, tios e tias, primos e primas que souberam compreender meus momentos de ausência na família. Agradeço também Jaqueline Resmini Hansen, Geraldo Magella Neres e Vânia Sandeleia Vaz da Silva por terem contribuído com ideias e também com palavras de apoio nesse processo solitário de pesquisa acadêmica.

Agradeço, por fim, ao meu orientador Osmir Dombrowski, que de forma muito simples e sincera me guiou pelos caminhos da pesquisa e da escrita, e acabou se tornando assim um grande amigo, o qual eu admiro não só pela notória capacidade intelectual, mas também pelas posições de resistência e luta que assumiu durante a vida.

BRAZ, Danielle Cristina. The notion of democracy in the work of Carlos Nelson Coutinho as intellectual and militant. 126 p. Dissertation (Masters in Social Sciences). Postgraduation Program in Social Science, State University of Western Paraná. Toledo/PR, 2016.

ABSTRACT

Understanding how was the construction of the concept of democracy in the political scientist Carlos Nelson Coutinho work is the central objective of this work. But through the analysis of this question, as many topics and discussions intertwine, making the thought of Coutinho, their aspirations and struggles are also the object of study. Because it is an intellectual who was also an activist of the political parties and social causes, we chose to make a time frame that values the participation of Coutinho in parties to which was attached: PCB, PT and PSOL, starting the first chapter in the 60s, when the author writes his first works and also gives the first steps as a young communist, and ending in 2012, with the last texts written by the author. The analysis method was inspired by the method developed by Michel Lowy to analyze the work of Lukacs and its central category itself Lukacsian idea of totality. The results show that the left history in Brazil and intellectual trajectory and Coutinho policy are intertwined and form a complex whole. All this, erects a peculiar notion of democracy that reflects the contradictions in our own training and also in the construction of Carlos Nelson Coutinho, while intellectual in constant motion.

Key-words: Carlos Nelson Coutinho, Democracy; Political parties.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: 1960 - 1982.....	15
1.1. Da Bahia ao Rio.....	15
1.1.2. A estética Lukácsiana e a questão cultural	17
1.1.3. A esquerda e a formação histórica do Brasil	21
1.1.4. Primeiras elaborações de democracia	26
1.2. De Paris à Bologna	28
1.2.1. A esquerda e a questão democrática: URSS e Itália.....	28
1.2.2. O PCB e a militância no exílio	35
1.2.3. A democracia como valor universal.....	39
1.2.4. A esquerda brasileira e o processo de redemocratização	49
1.2.5. Democracia sob a ótica eurocomunista	56
CAPÍTULO II: 1983 – 2002	60
2.1. Os anos sem partido	60
2.1.1. A esquerda brasileira e a democracia em disputa.....	60
2.1.2. Os primeiros anos do PT e a democracia interna.....	64
2.1.3. Qual democracia?.....	69
2.2. Militância petista	74
2.2.1. A crise do socialismo real: 1989 a 1991	74
2.2.2. Coutinho e o Socialismo Petista.....	78
2.2.3. Democracia e Socialismo no Brasil	85
2.3. Do PT ao PSOL.....	87
2.3.1. A democratização como valor universal	87
2.3.2. O transformismo petista	92
2.3.3. PT saudações.....	96
2.3.4 Partido Socialismo e Liberdade.....	99
2.3.5. Coutinho e o neoliberalismo.....	103
2.3.6. Rousseau, Gramsci e Lukács	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

INTRODUÇÃO

Carlos Nelson Coutinho foi um cientista político, filósofo e militante marxista do nosso tempo que contribuiu enormemente para a esquerda brasileira, com sua produção teórica e também com sua militância política. Sua obra possui como tema central a democracia, seja a análise da democracia formal, seja a análise de uma democracia mais substancial que teria como pressuposto a emancipação política e econômica do ser humano.

A trajetória acadêmica de Coutinho inclui a publicação de 13 livros, quase todos reeditados, sendo destes 6 traduzidos e editados no exterior; mais de 50 ensaios publicados em volumes de autoria coletiva no Brasil e em outros países; além de centenas de textos publicados em jornais e revistas brasileiras.

Além de teórico, ele também dedicou grande parte de sua vida ao trabalho de tradutor, tendo traduzido mais de 60 títulos de diversos autores, em especial de György Lukács e Antônio Gramsci. Mas não é apenas pela vasta produção de Coutinho que se pode expressar sua importância para as Ciências Sociais. Coutinho produziu textos de conteúdo ímpar, que por falarem com originalidade das demandas e incertezas pelas quais passavam a esquerda no mundo todo, repercutiu e influenciou diversos autores e estudiosos brasileiros.

Aliada à importância de Carlos Nelson Coutinho para o cenário intelectual e político nacional, contribuiu para a escolha do tema, o fato da autora também ter uma formação intelectual de base marxista com influências gramscianas que, a exemplo de Coutinho, foi sendo construída mais através da militância e práxis política do que pelo estudo sistemático das obras dentro da Academia. Além disso, a escolha da questão democrática como tema central se deve também à crença na democracia como melhor forma de organização da sociedade e tomada de decisões, reconhecendo suas deficiências, mas entendendo que fora dela, as coisas podem se tornar perigosas. Por isso, estudar a noção de democracia, através da obra de Carlos Nelson Coutinho, vai de encontro com o anseio por compreendê-la e encontrar maneiras de aprimorá-la.

A construção de um intelectual enquanto ser dotado de seus próprios interesses e aspirações, protagonista de determinados acontecimentos históricos e, ao mesmo tempo, como pessoa inserida em uma totalidade histórica determinada é algo complexo de apreender e requer de quem se propõe a isso o estabelecimento

de alguns recortes do objeto e a utilização de uma metodologia adequada à compreensão do que se busca analisar. Escolher uma metodologia adequada passa por conhecer minimamente o autor ao qual se pretende analisar e ter clareza sobre qual é o foco da análise. Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é compreender como se deu a construção da noção de democracia na obra de Carlos Nelson Coutinho, intelectual brasileiro que viveu entre os anos de 1943 e 2012.

O recorte temático escolhido guarda relação com o fato de ser a democracia o tema unificador de toda a teoria produzida por Coutinho ao longo de sua vida. Além disso, a questão democrática se coloca como algo atual e elementar para compreender as inflexões por quais passa o mundo e, especialmente, para compreender o momento histórico pelo qual passa o Brasil. A discussão acerca da democracia dentro do campo progressista e de esquerda é ainda mais relevante, porque nas últimas décadas poucos foram os intelectuais que se dedicaram ao assunto e mesmo hoje, dentro da academia e dentro da área de Ciências Sociais, a democracia na teoria marxista é abordada de forma muito incipiente.

Coutinho foi antes de tudo um marxista, comunista e militante das causas sociais e dos partidos aos quais pertenceu. Sua teoria sempre esteve intimamente ligada à sua práxis e, por isso, seria impensável concebê-la desconectada das relações que ele desenvolveu e do processo em que esteve inserido por conta da militância. Por este motivo, optou-se por utilizar um método de análise inspirado no método desenvolvido por Michael Lowy, quando da análise do pensamento de Lukács¹ e, de alguma forma, construído artesanalmente pela própria autora de acordo com as necessidades encontradas ao longo do caminho.

Para Löwy (1998), o ponto de partida para a análise da obra do autor deve ser a categoria lukacsiana da totalidade. Nesse sentido, ele avalia que todos os elementos da obra devem ser compreendidos a partir das “relações com o conjunto global de seu pensamento, e este, por sua vez, deve ser inserido na visão de mundo que lhe dá sua estrutura significativa” (Ibid, p. 19). No caso de Coutinho, parte da sua visão de mundo foi construída em sua fase juvenil, quando o autor se debruçou sobre a estética marxista produzindo críticas literárias. A democracia ainda não era seu objeto central de análise, mas ela já aparecia de forma tangencial à outras temáticas. O exílio, o contato mais direto com o eurocomunismo, a abertura

¹ Cf. LOWY, Michael. A evolução política de Lukács: 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998.

democrática no Brasil e os fatos que se seguiram, também foram determinantes para moldar a visão de mundo do nosso autor.

Ainda, para tomar a totalidade da obra, Löwy entende que as ideologias, teorias e visões de mundo devem ser compreendidas nas suas relações dialéticas com outras ideologias e visões de mundo. Os conflitos políticos e ideológicos são partes integrantes da obra de Coutinho, os embates que desenvolveu dentro e fora do partido, sobretudo no campo da esquerda, são analisados neste trabalho como forma de traçar esse processo dialético pelo qual o pensamento do autor foi sendo construído, absorvendo alguns elementos e refutando outros à medida que dialogava com seus interlocutores.

Um terceiro elemento elencado por Löwy, como expressão concreta da categoria da totalidade, é a compressão de um acontecimento histórico a partir do seu papel e da sua inserção no processo histórico, concebendo esse processo enquanto unitário. Dessa forma, os acontecimentos ou fatos que a primeira vista podem aparentar serem situações isoladas, devem ser dissolvidas e analisadas a partir dessas perspectivas de unidade do processo histórico. Por este motivo, diferente da maneira tradicional de dividir o trabalho em que se inicia por um capítulo de contextualização histórica do objeto, optou-se por adentrar diretamente na análise do objeto e ir abordando o contexto histórico de forma segmentada dentro de cada capítulo, para que ficasse mais claro a visualização da relação entre o todo histórico e a produção intelectual do autor.

Por fim, Löwy lembra que “um estudo que se situa numa tal perspectiva escapa necessariamente às compartimentalizações tradicionais das disciplinas acadêmicas” (Ibid., p. 20). No caso de Coutinho, esse é um elemento importante, pois ele não tinha um perfil de intelectual nos moldes atuais, que se dedicava à apenas uma área do conhecimento². Coutinho iniciou seus estudos na filosofia, produzindo trabalhos sobre estética e outras categorias filosóficas e, na maturidade, passou a se dedicar aos estudos sobre política, e gostava de dizer que escrevia sobre teoria política e não ciência política, e que para ele existia uma diferença

² Em entrevista, Coutinho afirmou: “embora eu esteja dando aqui uma entrevista para um livro de conversas com filósofos, nunca me considere um filósofo. Nunca o fiz até porque nunca me preocupei muito com essa divisão departamental do saber. Nunca me preocupei em definir se estava escrevendo sobre literatura, sobre teoria política, sobre história do Brasil ou sobre filosofia”. (in BRAZ, 2012, p. 403).

essencial entre as duas que guardava relação, inclusive com a categoria da totalidade:

Ao contrário do que supõe uma concepção hoje corriqueira, há uma diferença essencial entre a teoria política e a chamada “ciência política”. A teoria política – uma disciplina filosófica – não se submete à estreita divisão acadêmica do pensamento social hoje dominante, que faz distinção entre “ciência política”, “sociologia”, “antropologia”, “economia”, “história”, etc. Contrapondo-se a essa empobrecedora departamentalização do saber, a teoria política não hesita em ligar a esfera da política à totalidade social; aliás, parte da convicção de que só nessa articulação dialética com a totalidade é que os fenômenos (que certamente têm sua especificidade) podem ser devidamente elevados a conceitos (COUTINHO, 2011, p. 9).

Cabe lembrar ainda que, por trata-se de um método de análise marxista, a discussão acerca das relações entre a estrutura e a superestrutura estará presente no desenvolvimento do trabalho. No entanto, a abordagem do próprio Lowy, que será adotada, confere certa autonomia à superestrutura, reconhecendo que

nada seria mais estéril do que procurar as “bases econômicas” de todo o conteúdo de uma obra literária, filosófica ou política, ignorando as regras específicas de continuidade da história das ideologias, as particularidades de uma esfera ideológica determinada (arte, moral, etc.), ou as exigências de lógica interna da obra (ou mesmo os traços pessoais de um autor como individualidade psicológica determinada). (LOWY, 1998, p. 21).

Um último elemento escolhido para definir mais precisamente o objeto que, não compõe o método de Löwy, mas que guarda relação direta com a vida do autor é o recorte temporal baseado nos vínculos partidários que Coutinho estabeleceu ao longo de sua história. Entre 1960 e 1982, Coutinho esteve ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e este período é abordado no primeiro capítulo, evidenciando também os locais de onde Coutinho escrevia, já que o período foi marcado por importantes deslocamentos geográficos do autor, que saiu de sua terra natal na Bahia, se mudou para o Rio de Janeiro e depois permaneceu alguns anos no exílio da Europa. O primeiro capítulo, portanto, resgata a trajetória ideológica de Coutinho dentro do PCB, os vínculos pessoais e políticos estabelecidos dentro do partido ou através dele, os conflitos e, por fim, as motivações que o levam a romper com o partido.

O segundo capítulo se divide em duas partes, a primeira aborda os anos de 1983 a 2002 e mostra a aproximação lenta de Coutinho ao Partido dos Trabalhadores e sua filiação em 1989. Essa primeira parte procura retratar a relação

de Coutinho com o PT, que já não era mais tão orgânica quando a relação que tinha com o PCB, as contribuições teóricas e práticas que Coutinho deu ao partido, as disputas ideológicas que ele travou, já na condição de intelectual reconhecido por toda a esquerda. A segunda parte do capítulo procura desenvolver o movimento transformista sofrido pelo PT que teria levado Coutinho a se afastar em 2002, e os poucos anos que ele ficou no PSOL, tendo ajudado a fundar o partido em 2005.

Embrincado à discussão sobre a teoria democrática produzida por Coutinho, o texto desenvolve em alguns momentos uma discussão secundária, mas que tem relevância para o todo, que se pauta na organização interna dos partidos de esquerda. Em primeiro lugar, Coutinho sempre foi um defensor da forma partido:

Continuo sendo um defensor da forma partido. Não acho que os partidos devam ser substituídos pelos movimentos sociais. Na teoria do partido de Lenin existem várias coisas anacrônicas, mas há um núcleo de verdade: o partido encarna o interesse universal da classe social. Ele é a forma institucional que permite a passagem do particular para o universal, para o que ele chamou de consciência política em contraste com consciência apenas sindicalista. Por meio desta consciência sindicalista, que é particularista, o trabalhador percebe que tem interesses contraditórios com os do capital, mas luta por tais interesses dentro da própria ordem: luta por aumentos de salário, mas não pelo fim do próprio salariedade. O partido pode e deve pôr em discussão a própria ordem social. Gramsci chamou de “catarse” essa passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político, ou seja, do particular para o universal. A forma partido continua sendo fundamental para operar a “catarse” (COUTINHO *in* JOSÉ e LEITE, 2002, s/p.).

Não só um defensor, Coutinho sempre se manteve ligado organicamente aos partidos dos quais participou, contribuindo na construção dos mesmos e nas discussões partidárias. Assim, em que pese, nunca ter se dedicado a produzir uma teoria propriamente dita acerca dos partidos de esquerda, toda a discussão que o autor realiza desde a sua saída do PCB, da participação nos seminários e das críticas ao PT, até a maneira como concebe o PSOL e como deseja que ele se construa na sociedade, acabam por contribuir ou pelo menos, colocar em cheque antigos conceitos integrantes da teoria marxista de partido. Dessa forma, o recorte partidário não só é um elemento para analisar a obra do autor, mas em alguns pontos se torna também parte da própria obra enquanto objeto de análise.

Todos estes elementos de análise foram escolhidos com o intuito de evidenciar o que de mais relevante existe na obra do autor, a fim de se compreender, sem pré-conceitos, o processo de construção da ideia de democracia. Enfatizando, sobretudo, o processo enquanto trajetória não linear de incorporação e

negação das ideias de outros autores que influenciaram Coutinho e da reformulação de suas próprias ideias. Com isso, o trabalho contribui também para desmistificar alguns rótulos muito difundidos sobre o autor que levam em conta apenas a sua obra mais conhecida, *A democracia como valor universal*, e não a totalidade do seu pensamento.

CAPÍTULO I: 1960 - 1982

1.1. Da Bahia ao Rio

1.1.1. Sobre Carlos Nelson Coutinho

Carlos Nelson Coutinho ou, como os amigos o conheciam, Carlito nasceu em 28 de junho de 1943 em Itabuna-BA, ano da batalha de Stalingrado, como ele gostava de lembrar³. Coutinho mudou-se, ainda pequeno, para Salvador e lá morou até 1964, quando precisou refugiar-se no Rio de Janeiro, devido ao golpe militar e às perseguições que passou a sofrer como líder estudantil na Bahia.

Seus pais eram Elza de Souza Coutinho e Nathan Coutinho do Rosário, pouco se sabe da sua relação com a mãe, mas o pai foi citado em diversas entrevistas como tendo contribuído, mesmo que sem querer, para sua formação intelectual. Nathan Coutinho era advogado, poeta e foi deputado estadual na Bahia pela UDN entre os anos de 1947 e 1951, depois assumiu uma cadeira como Conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia até a sua aposentadoria em 1981⁴. Segundo Coutinho, apesar da filiação partidária, seu pai não era um conservador, mas sim um progressista e uma pessoa muito culta que guardava em suas estantes livros das mais variadas matizes. Foi nessas estantes que Carlito, aos quatorze anos, encontrou o texto mais conhecido de Marx, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e também a obra de Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Por incentivo da irmã mais velha, leu as obras de uma só vez. Ao terminar, “já era um comunista”⁵.

Ao que tudo indica, seu pai, que era poeta, teve grande influência no seu apreço pela mais alta literatura, antes mesmo dos 18 anos já havia lido textos de grandes escritores franceses como Balzac e também os clássicos da literatura nacional. Sua formação marxista nesse período de juventude não seguiu nenhum

³ Cf. entrevista a Carlos Nelson Coutinho publicada na revista Caros Amigos, edição 153, dezembro de 2009.

⁴ Informações obtidas no site da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

⁵ “Acho que quem lê o *Manifesto* aos 14 anos e não tem a sensação de descobrir o mundo não vai muito longe na vida... É realmente um texto fantástico. Foi um marco no que eu chamaria, pomposamente, de ‘minha formação intelectual’. Li o *Manifesto* de um só fôlego, é um livro pequeno; e, tão logo terminei a leitura, já era comunista”. (Conversa com um “marxista convicto e confesso”, in BRAZ, Marcelo (org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 388).

roteiro clássico e pré-determinado; como ele mesmo conta, as obras iam aparecendo na sua vida aleatoriamente e, de forma autodidata, ele as ia estudando e as compreendendo dentro de suas limitações. Recorda, no entanto, de um professor⁶, em especial, que foi o primeiro a lhe falar sobre Antonio Gramsci. Em uma das suas idas ao Rio de Janeiro, comprou uma edição argentina do livro de Gramsci, *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, e aproveitou para comprar um livro de Lukács, *Histoire et conscience de classe*, o qual, segundo Coutinho, acabou sendo mais marcante naquele momento para a sua formação teórica do que o próprio Gramsci.

Em 1961, contando então com 17 anos de idade, Coutinho ingressou na Faculdade de Direito em Salvador. No mesmo ano, ele se juntou às fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O curso foi trocado pela Filosofia após os primeiros dois anos, mas o Partidão permaneceria em sua vida por mais vinte anos. Na avaliação de Coutinho, a graduação não lhe serviu para nada mais do que aprender a fazer política, já que os professores de Filosofia eram, na sua maioria, muito ruins e ele compreendia mais de alguns filósofos do que os próprios docentes. Mas com relação à política, a faculdade foi um grande aprendizado, permitindo-lhe estabelecer relações com a base do PCB, que na época contava com cerca de 50 alunos de um total de 450 que a faculdade tinha, e também com a Juventude Universitária Católica (JUC) que também estava bem organizada em Salvador⁷.

Suas relações comunistas lhe possibilitaram enviar, em 1962, um artigo para publicação na revista *Estudos Sociais*, publicação ligada ao PCB. Foi por meio desse artigo que ele estabeleceu um primeiro contato com aquele que se tornaria seu amigo de longa data, Leandro Konder, que fazia parte do corpo editorial da revista, juntamente com Armênio Guedes, Jacob Gorender e Mário Alves. Em seu livro de memórias, Leandro Konder (2008, p. 54) relata que a partir do artigo, os dois passaram a manter uma amizade “epistolar”, trocando cartas constantemente e comentando os livros que liam, que na maioria das vezes, por coincidência, eram os mesmos. O texto encaminhado por Coutinho à revista é uma defesa do filósofo

⁶ O nome do professor era Paulo Farias, marxista e filiado ao PCB. Essas informações constam em *Conversa com um “marxista convicto e confesso”*, in BRAZ, Marcelo (org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 389.

⁷ Para termos uma noção do que Coutinho quer dizer, ele esclarece que “dos 450 alunos que a Faculdade tinha então, a base do PCB tinha cerca de 50 alunos, ou seja, mais de 10%. Isso para não falar da JUC (Juventude Universitária Católica), que devia ter os seus outros 50, e nos grupos de direita, que também estavam mais ou menos organizados” (COUTINHO in BRAZ, 2012, p. 390).

existencialista Sartre⁸ que coloca Gramsci e Lukács como “parceiros de Sartre numa comum batalha por um marxismo renovado ou ‘criador’”⁹ (COUTINHO, 2012, p. 400). O artigo, um tanto heterodoxo para a época, causou discussões dentro do corpo editorial da revista e acabou levando um ano para ser publicado, sendo necessária a criação de uma sessão especial dentro da revista para a sua publicação. Konder (2008) relata o episódio, dizendo que Armênio Guedes foi prontamente favorável à publicação, mas Gorender e Mário Alves “tinham dúvidas” (2008, p. 54). Não por acaso, mais tarde, a trajetória de Coutinho dentro do Partidão se ligaria intimamente ao grupo formado em torno de Armênio Guedes, um comunista da velha guarda, mas que estava sempre aberto a novas ideias (KONDER, 2008). A revista *Estudos Sociais*, aliás, acabou aglutinando naquele período (1958-1964) várias tendências marxistas heterodoxas. Estudos demonstram que a revista teve um papel importante no período de efervescência cultural pré-golpe de 64, especialmente no processo de “pluralização do pensamento marxista” no Brasil¹⁰.

1.1.2. A estética Lukácsiana e a questão cultural

Imediatamente após o golpe militar, Coutinho passou a ser perseguido em Salvador. Teve sua casa revistada pela polícia política, onde apreenderam obras de Hegel¹¹ e acabou por ser fichado como um “comunista convicto e confesso”¹².

⁸ Coutinho considera esse o seu primeiro artigo “sério”, no sentido de ser “mais trabalhado, menos irresponsável” (COUTINHO *in* BRAZ, 2012, p. 399). O nome original do artigo é “Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre”, publicado pela primeira vez in *Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, novembro de 1963, p. 148-176.

⁹ Nas correspondências trocadas entre Coutinho e Lukács, nos anos de 1963 a 1970, Lukács o adverte que apesar de Sartre ser influenciado pelo materialismo histórico, ele recusa o materialismo dialético (Lukács, 1963 in LESSA (orgs), 2002, p. 147). Coutinho o responde somente quatro anos depois - pela impossibilidade de comunicação causada pela ditadura - e diz que passou a compreender as limitações contidas na obra de Sartre e que, por isso, fez uma revisão do artigo anterior e o publicou com o título “A trajetória de Sartre” no seu primeiro livro *Literatura e humanismo. Ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

¹⁰ O termo é de ARIAS, Santiane, que analisa a importância da revista em *A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

¹¹ Konder relata o ocorrido em carta à Lukács datada de maio de 64, entre outras coisas diz: “A revista *Estudos Sociais* foi fechada. Há muita gente presa. Em casa do nosso amigo Coutinho a polícia política chegou mesmo a confiscar as obras do ‘perigoso’ Hegel! Coutinho, entretanto, não está mais na Bahia: está aqui e me vê escrever esta carta. Esperamos que este pesadelo não dure muito”. (*in* COUTINHO, 2002, p. 148).

Sentindo-se ameaçado, Coutinho fez o que muitos baianos considerados “subversivos” fizeram na época: mudou-se para o Rio de Janeiro. Lá chegando se deparou com um clima cultural muito parecido com aquele que havia deixado na Bahia, afinal, o Rio em 1965 era o centro da efervescência cultural e política do país e o Partido Comunista era um dos principais atores nesse processo, reunindo artistas e intelectuais em uma organização relativamente independente, chamada de Comitê Cultural (NOBRE, 2000). Entre os nomes mais conhecidos, além de Coutinho, estavam Dias Gomes, José Wilker, Ferreira Gullar, Luiz Werneck Viana e Leandro Konder que participavam assiduamente as reuniões do Comitê¹³.

Era comum os intelectuais de esquerda da época manterem essa relação íntima com os mais diversos setores das artes, isso se dava, sobretudo, pelo declínio da influência do realismo socialista no PCB e pelo início de uma nova fase, mais democrática, a partir da *Declaração de Março de 58*¹⁴. O jovem Carlito inicia sua trajetória partidária, portanto, nesse momento de grande atração do PCB sobre artistas e intelectuais, algo que duraria até o final dos anos 70¹⁵. Mas no caso de Coutinho, importa ressaltar que outros fatores pessoais também contribuíram para sua aproximação com a área cultural. Além do grande conhecimento no campo literário que possuía, parece ter colaborado o fato de considerar a filosofia produzida no Brasil ainda incipiente se comparada com a produção literária, que já havia atingido outro patamar (COUTINHO, 2000).

¹² Termo utilizado pelos policiais na ficha de Carlos Nelson datada de 1964, divulgado por ele com muito orgulho em várias entrevistas.

¹³ A informação é do próprio Leandro Konder (2008).

¹⁴ Após a divulgação dos crimes de Stálin em 1956 e a inauguração de um novo período no Partido Comunista da União Soviética, o Comitê Central do PCB apresenta um documento intitulado “Declaração Sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro” - que ficou conhecido como “Declaração de Março de 58”. Para muitos, o documento significou “uma guinada do Partido rumo à via pacífica de construção da revolução. O Partido passou a se concentrar na atuação dentro dos marcos da legalidade, priorizando o trabalho sindical”. (BANDOLI, 2013, p. 115).

¹⁵ Para Napolitano, “a renovada sedução partidária sobre artistas e intelectuais será a base da chamada ‘corrente da hegemonia’ nas lutas culturais até o final dos anos 1970, fazendo que a cultura política e a produção cultural do PCB sobrevivessem à dura repressão imposta pelos militares no plano político” (2014, p. 44). A tese defendida pelo autor nesse texto é de que a o PCB viveu nas décadas de 60 e 70 uma situação paradoxal, em que os artistas não podiam influir nos rumos do partido – como acontecia nos PCs do mundo todo -, mas gozavam de maior expressão na sociedade do que o próprio partido.

Não por acaso, o primeiro texto de Carlos Nelson publicado em livro foi uma crítica sobre a obra de Graciliano Ramos¹⁶. O texto escrito no ano seguinte ao golpe militar é uma primeira tentativa do autor em aplicar as categorias lukacsianas na análise da literatura nacional. Coutinho é considerado um dos precursores da aplicação do realismo crítico à nossa literatura¹⁷, sua análise recaiu sobre escritores especialmente selecionados como Graciliano Ramos e Lima Barreto, autores que avaliava serem exceções dentro do quadro geral de escritores brasileiros, por terem sido capazes de fundar o universo de suas obras na “realidade essencial” da sociedade brasileira, produzindo trabalho de inestimável valor artístico (COUTINHO, 2000, p. 216). O valor atribuído por Coutinho às obras não possui uma origem formal, já que o realismo crítico lukacsiano não leva em conta apenas a “grandeza estética” da obra, mas a capacidade da obra em elevar a consciência sensível dos homens (FREDERICO, 2000).

Sob a influência de Lukács, portanto, Coutinho passou a defender que as obras de arte não só poderiam, mas deveriam ser analisadas com base em critérios previamente estabelecidos, critérios estes erigidos sob a lógica do materialismo dialético:

[Lukács] sempre defendeu apaixonadamente o método realista enquanto critério para o crítico julgar a obra de arte e também o caminho para o artista revelar a verdade em sua criação. De acordo com essa perspectiva, a arte afirma-se em sua irreduzível especificidade, como uma intensificação do drama humano que na vida cotidiana se apresenta de forma descontínua, rarefeita. Essa defesa do método realista de figuração pressupõe, por sua vez, uma função por ele consignada à atividade artística. Na visão ontológica de Lukács, a arte é uma atividade que parte da vida cotidiana para, em seguida, a ela retornar, produzindo nesse movimento reiterativo uma elevação na consciência sensível dos homens. (FREDERICO, 2000, p. 302).

¹⁶ O artigo que leva o nome de “Graciliano Ramos” foi publicado originalmente em 1966 na Revista Civilização Brasileira e depois no livro Literatura e humanismo (1967).

¹⁷ Segundo Wellen e Carli (2012, p. 121-144), Coutinho foi o segundo crítico brasileiro a aplicar o método lukacsiano do realismo crítico à literatura brasileira, estando atrás apenas de Nelson Werneck Sodré. No entanto para estes autores, ao passo que em Sodré, a presença das categorias lukacsianas é sentida de forma esporádica, em Coutinho Lukács “é uma presença orgânica: permitindo-lhe saturar de determinações a arte literária e suas leis estruturais”. (Ibid., p. 121).

A questão estética não é assim, algo alheio à militância política de Carlos Nelson ou apenas um jeito de escapar ao controle “marxista-leninista” do Partidão¹⁸. Obviamente que existia uma maior liberdade para tratar de questões ligadas às artes no universo marxista da época do que havia na produção teórica relacionada diretamente à política e à economia¹⁹, mas não foi só isso que o levou a debruçar-se sobre a cultura. Coutinho parece realmente acreditar na necessidade da esquerda brasileira voltar sua produção teórica também para a área cultural, como forma de contribuir para a construção de uma nova cultura brasileira, ancorada em uma base democrática e nacional-popular:

Retirar Lima [Barreto] do injusto esquecimento em que o querem sepultar, reexaminar sua obra em função dos problemas gerais da literatura brasileira, não são assim tarefas acadêmicas ou meramente ‘literárias’: fazem parte da necessária e urgente reavaliação crítica de nossa herança cultural progressista, entendida como ponto de partida para a construção de uma nova cultura brasileira democrática e nacional-popular (COUTINHO, 2000, p. 156).

A posição de Coutinho dentro da esquerda com relação à temática cultural já demarca, desde cedo, aquela que seria sua posição ao longo da vida com relação a outros temas centrais de sua obra. Ele se opunha ao que chamava de “marxismo vulgar” ou “marxismo-leninismo”²⁰, que pra ele significava uma leitura simplista e deturpadora do materialismo dialético, simbolizada no campo da estética pela linha soviética de “doutrinação” das artes e da ciência, o jdanovismo²¹; e procurava

¹⁸ Del Roio fala sobre o controle da intelectualidade nos partidos comunistas do mundo todo, o que produziu, segundo ele, “um positivismo economicista de invólucro hegeliano”: “Um marxismo oriental conformou-se como ideologia de Estado da camada burocrática do stalinismo – um positivismo economicista com invólucro hegeliano – que teve na IC e nos partidos comunistas o principal meio de difusão. (...) A limitada flexibilidade do marxismo oriental, em função de sua subordinação institucional, tendeu a manter à distância ou sob controle mais ou menos rígido a intelectualidade. (DEL ROIO, 1997, p. 299).

¹⁹ José Paulo Netto lembra que na década de 1960 existia uma espécie de “divisão de trabalho” entre os intelectuais do PCB, aqueles ligados à frente cultural “gozavam de inteira liberdade de criação e expressão, superados desde 1956-1958 os constrangimentos da hipoteca stalinista”, mas para operar exclusivamente dentro da temática cultural (2012, p. 63).

²⁰ A expressão “marxismo-leninismo” será utilizada neste trabalho como sinônimo de uma versão simplificada e dogmática do marxismo, notadamente aquela contida nos manuais elaborados pela Academia de Ciências da União Soviética.

²¹ De acordo com Couto (2015, p. 7), “o jdanovismo tem origem no nome de seu principal artífice e instigador, Andrei Alexandrovitch Jdanov (1896– 1948), e consistiu na ingerência das autoridades soviéticas sobre a cultura”.

encontrar em autores heterodoxos, como Lukács, o “autêntico marxismo”, aquele que seria o verdadeiro herdeiro dos ensinamentos de Marx e Engels.

1.1.3. A esquerda e a formação histórica do Brasil

O modelo organizacional do aparato partidário da esquerda brasileira se alterou muito ao longo das últimas décadas. Em decorrência disso, seria anacrônico tentar compreender a organização da esquerda nas décadas de 1960 e 1970 a partir da produção teórica atual acerca de partidos. Um exemplo dessa alteração, de compreensão fundamental para os fins desse trabalho, é a maneira como a teoria passou a ser produzida dentro dos partidos, ou melhor, a importância que a teoria deixou de ter dentro do processo de tomada de decisões. Gildo Brandão comparando o papel dos intelectuais no PCB da década de 1960 e no PT da década de 1990 ressalta que nos bons momentos do Partidão o que se tinha concretamente era uma:

Discussão em que os participantes se põem diante do objeto como de um ‘problema a resolver’, na qual a elaboração intelectual é um momento central do processo de tomada de decisões em que reina incontestado o princípio majoritário e o debate, aberto e frequentemente áspero (BRANDÃO, 1997, p. 234).

Enquanto que no Partido dos Trabalhadores da década de 90, a relação entre o que se produzia intelectualmente e as decisões tomadas ocorria de maneira diferente, “os intelectuais debat[iam], escrev[iam] e publica[vam] por força de sua atividade profissional, sem que isso incid[isse] direta e formalmente no processo de tomada de decisões” (BRANDÃO, 1997, p. 235). Observar a centralidade do debate teórico dentro do PCB dos anos 1960 é relevante para entendermos a dimensão que uma discussão acerca da formação histórica e social do Brasil chegou a possuir naquele período. A polêmica que contrapunha defensores da tese feudal *versus* defensores da tese capitalista²² já se arrastava por décadas, mas o golpe militar tornou urgente uma solução.

²² Bresser Pereira identifica essas interpretações do Brasil e chama a primeira de “nacional-burguesa” e a segunda, de Caio Prado, de “funcional capitalista”. Cf. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982, p. 269-306.

O entendimento do PCB à época era então o mesmo de Nelson Werneck Sodré (1990)²³, para ele o Brasil precisava se livrar dos resquícios de feudalismo e desenvolver as forças produtivas capitalistas. Era necessário, portanto, que a classe operária se aliasse ao segmento progressista da burguesia – burguesia industrial – e levasse a cabo a reforma agrária, que para eles era o principal empecilho à concretização da revolução burguesa naquele momento.

Caio Prado (1966), por sua vez, criticava ferozmente a interpretação pecebista, acusando-a de seguir os manuais soviéticos, reproduzindo um modelo de interpretação histórica que se pretendia universal por ter sido visto na Europa, mas que não era capaz de explicar a especificidade da formação histórica do Brasil. Para Prado, seria o sentido da colonização brasileira que constituiria o principal fator elucidativo da nossa formação. Ou seja, a colonização do país teria ocorrido com o objetivo central de atender as demandas externas dentro do processo maior de expansão ultramarina. Por consequência, o Brasil teria se inserido desde muito cedo no capitalismo mundial e se tornando, dessa forma, também capitalista, sem passar pelo modo de produção feudal (PRADO JR., 1977).

A tese feudal advogava a existência de uma ala progressista da burguesia que, aliada à classe operária e camponesa, seria capaz de levar a cabo uma revolução burguesa no país. Caio Prado não acreditava na existência dessa ala progressista da burguesia, uma vez que a burguesia nacional seria homogênea e, de forma geral, seria submetida aos interesses do capital internacional. Era preciso, portanto, para Caio Prado, o desenvolvimento de nosso mercado interno para que o capitalismo se consolidasse no país; ao invés de realizar – como previa a tese feudal - uma reforma agrária em um país em que a importância do campo para a economia já não era mais tão significativa. A principal crítica dos pecebistas com relação à tese de Caio Prado era que ela conduzia a esquerda para consequências reacionárias, protegendo o latifúndio agrário:

O que significa a recusa da "tese feudal" e a sua substituição pela "tese capitalista" para o Brasil desde as suas origens? Os defensores da tese feudal afirmarão que a tese capitalista provoca um recuo, uma concessão ao passado brasileiro. É uma tese "atrasada", "reacionária", que privilegia a continuidade do Brasil colonial em prejuízo da mudança socialista. Caio Prado expressaria um ponto de vista reacionário e atrasado e representaria um recuo, uma regressão na consciência revolucionária socialista. Suas teses protegem a grande propriedade latifundiária da redistribuição. Não

²³ O texto de Sodré foi publicado originalmente em 1962.

seria pelo fato de sua família e ele próprio serem grandes proprietários de terras? Para A. P. Guimarães, a tese feudal é revolucionária, pois se o Brasil fosse capitalista desde a origem, nenhuma reforma profunda da estrutura agrária brasileira seria necessária. Se o Brasil fosse capitalista, a estratégia política que decorreria dessa tese seria meramente "evolucionista": a agricultura teria necessidade de mecanização e crédito e não de reformas fundamentais. É uma tese reacionária, portanto! A tese feudal, a seu turno, teria consequências revolucionárias: o que ela propõe é uma ruptura com um modo de produção vigente e a implantação de um outro, novo; ela propõe a revolução burguesa como uma aceleração do tempo histórico brasileiro, a eliminação do passado, sem concessões aos seus senhores feudais e ao imperialismo. (REIS, 1999, s/n).

Coutinho também participou desse debate, inicialmente abordando o tema de modo periférico, dentro dos seus textos de crítica literária e depois aprofundando suas elaborações iniciais, já sob a influência mais marcante de Antônio Gramsci. Em *Cultura e Sociedade no Brasil [1979]*²⁴, Coutinho critica a tese defendida por Caio Prado, que se aproximaria da tese de Fernando Henrique Cardoso, de que o Brasil teria tido, desde sempre, um modo de produção capitalista imperfeito ou incompleto:

A consequência mais problemática da definição do modo de produção colonial como capitalista é que assim se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização; com isso, perde-se a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria de 'via prussiana', que denota precisamente um processo no qual a transição para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infra-estrutura quanto no Estado. (COUTINHO, 2000, p. 43).

Ele entende ainda que seria impossível considerar o período colonial, em que a força de trabalho no Brasil vinha, majoritariamente, do trabalho escravo, como capitalista, uma vez que a base do capitalismo é o trabalho livre e assalariado. Sua tese sobre a formação social brasileira é inspirada em Jacob Gorender (1992) do "escravismo colonial" e, apesar de não concordar com a utilização do termo colonial por entender que ele explica não o modo de produção brasileiro, mas sim a relação comercial do Brasil com outros países; ele entende que essa seria a melhor tese a explicar nossa formação, especialmente pela possibilidade de ela permitir operar com o conceito da *via prussiana*. Na realidade, Coutinho (2000, p. 44) não vê muita importância em diferenciar o modo escravista do modo feudal, já que, para ele, o decisivo é "constatar que essa transição 'prussiana' se deu com a conservação de

²⁴ O texto foi publicado pela primeira vez em 1979 e, depois, republicado em 2000 no livro *Cultura e sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2ª Ed., 2000.

formas de trabalho fundadas na coerção extra-econômica, formas que, como se sabe, são características tanto do escravismo quanto do feudalismo”.

Aos poucos, a noção elaborada por Lênin da *via prussiana* vai tornando-se central na obra de Carlos Nelson. Através do conceito, ele produz uma interessante interpretação da formação histórica brasileira. Coutinho não foi o primeiro a utilizar o termo no Brasil²⁵, mas muito provavelmente foi o que primeiro o utilizou em profundidade analítica e, sem sombra de dúvidas, a sua utilização foi a que mais surtiu impacto na esquerda brasileira, como bem observa Celso Frederico (2007, s.p.): “a utilização política mais influente do conceito de via prussiana está no artigo de C. N. Coutinho ‘A democracia como valor universal’(…), o texto mais lido e debatido pela esquerda na década de 80”.

No entanto, não foi no texto acerca da “democracia como valor universal” que Coutinho utilizou a via prussiana pela primeira vez para explicar a realidade brasileira. A primeira referência explícita ao termo aparece no texto sobre Lima Barreto, publicado em 1972, mas já no texto sobre Graciliano Ramos de 1967 é possível perceber que ele se utiliza de algumas das determinações do conceito leninista, notadamente as transformações “pelo alto”:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. (COUTINHO, 1967, p. 142).

Para o Coutinho da década de 1970, portanto, a noção de via prussiana englobava dois aspectos essenciais: as transformações pelo alto, que ocorriam através de conciliações entre as classes dominantes e sem a participação popular; e

²⁵ Em estudo sobre a apropriação do conceito de via prussiana pela esquerda brasileira, Vladimir Luis da Silva (2011), indica que o primeiro a se utilizar do conceito para compreender a realidade brasileira teria sido João Amazonas, em 1960 durante o V Congresso do PCB e juntamente com ele, Alberto Passos Guimarães, que como visto anteriormente foi um grande crítico da tese capitalista, utilizando a tese leninista de via prussiana para oferecer uma alternativa revolucionária. Também Nelson Werneck Sodrê se utilizou do conceito em 1962²⁵ para tratar da questão agrária.

uma modernização conservadora, que modernizava mantendo elementos pré-capitalistas. A análise coutiniana da formação brasileira, no entanto, não se esgota com estes elementos. Coutinho escreve um texto entre os anos de 1976 e 1979, que pode ser visto como singular, no sentido de possuir uma temática ainda não abordada nas obras anteriores e que permaneceu não sendo abordada nas futuras, ao menos não da forma como foi tratada em *O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas* (1980).

Nesse texto o autor procura defender a tese de que o Brasil da década de 1970 já se encontrava em uma fase bem específica do capitalismo, o capitalismo monopolista de Estado (CME). Isso significa dizer que o Estado tinha uma nova configuração, na qual os monopólios passaram a ter preferência, o Executivo passou a ter maior independência com relação ao parlamento e a burocracia assumiu uma autonomia relativa:

O Estado do CME orienta-se tendencialmente para a defesa dos interesses globais da reprodução capitalista, o que, em nosso tempo, significa objetivamente a reprodução do capital como capital monopolista; e, para isso, tem de criar um corpo executivo numeroso e relativamente autônomo, que se legitima em nome da 'racionalidade técnica' (expressa na programação econômica parcial) e se situa tendencialmente acima das 'paixões' imediatas dos capitalistas singulares. (COUTINHO, 1980, p. 99).

O problema para Coutinho – e parece ser por isso que ele escreve o artigo -, é que parte da esquerda brasileira ainda não havia compreendido o que significou essa nova fase do capitalismo. Citando Fernando Henrique Cardoso como exemplo, ele critica aqueles que veem o CME como uma política econômica, quando na verdade ela seria uma etapa necessária na evolução do capitalismo. O Brasil não teria conhecido uma fase concorrencial do capitalismo e, diferente dos países europeus, teria se inserido diretamente na fase monopolista, através de uma “industrialização forçada” feita pelo Estado com a ajuda de monopólios estrangeiros, tornando-se um CME de tipo dependente do capitalismo mundial (Ibid., p. 100).

Outra crítica que Coutinho faz é aos marxistas que fazem uma interpretação mecanicista da realidade, identificando gênese com estrutura e, por isso, atribuindo ao CME brasileiro um caráter necessariamente autoritário, pela sua origem ditatorial. Para ele, o CME pode comportar, “como toda formação econômica, uma amplíssima variação de superestruturas políticas” (Ibid., p. 115); o que significa dizer que apesar de ter nascido autoritário, nosso capitalismo não desembocaria necessariamente em

um regime fascista e que, por outro lado, a superação do CME também não significaria o advento imediato do socialismo.

A grande questão para Coutinho - e aqui ele parece iniciar a concreta transição para os conceitos gramscianos - seria estabelecer, a partir dessa interpretação da realidade brasileira, que mesmo dentro de um capitalismo monopolista seria possível obter importantes vitórias, a partir da organização e da aliança da esquerda com setores democráticos da sociedade. Essa posição implicaria a adoção pela esquerda da tática da *guerra de posições*²⁶, ou seja, realizar “reformas de estrutura que gradativamente alterem a correlação de forças (...), permitindo à classe operária conquistar o consenso necessário à luta por transformações substanciais no sentido do socialismo” (Ibid., p. 117).

1.1.4. Primeiras elaborações de democracia

Em *Graciliano*, Coutinho esboça suas primeiras impressões sobre a questão democrática, tema que viria a se tornar central em toda a sua produção teórica. No início da década de 1960, a questão democrática possuía ainda um papel secundário em suas análises e era abordado como um dos elementos para se explicar a formação brasileira, principal objetivo seu naquele momento. A noção democrática de Coutinho continha um misto de elementos roussonianos, lukacsianos e também do marxista francês Lucien Goldmann. Retomando as experiências revolucionárias europeias do século XVIII, ele explicita o papel exercido pela burguesia desses países e o contrapõe ao papel reacionário da nossa burguesia. Sua tese é a de que mesmo que as mazelas do capitalismo, em especial “o egoísmo individualista da luta pelo lucro, a cisão radical entre o *bourgeois* e o *citoyen*, a redução do homem a simples mecanismo de produção capitalista, o conseqüente fracionamento da comunidade” (COUTINHO, 2000, p. 161), se tornem imperativos na realidade concreta do momento pós revolucionário, ainda assim o momento pré-revolucionário de busca de valores humanistas é importante na construção de uma sociedade mais democrática.

Cria-se, para Coutinho, dois mundos paralelos: o *pequeno mundo* individual, que impõe ao povo a completa alienação na participação da evolução histórica de seu país; e o *grande mundo* democrático, compreendido como o momento utópico

²⁶ A noção de *guerra de posições* foi mais bem elaborada pelo autor em seus textos posteriores.

almejado pela burguesia, em que se realizaria a comunidade humana autêntica, aquela na qual “os interesses individuais e os interesses coletivos formem uma totalidade orgânica” (2000, p. 161). O fato da nossa burguesia não ter passado por um momento de ilusões humanistas gerou um sentimento de estagnação social e “contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada” (Ibid., p. 162).

São, portanto, dois elementos que Coutinho utiliza para analisar a formação brasileira: primeiro o elemento já analisado da via prussiana, que ele elabora brevemente no texto de Graciliano e aprofunda nos textos seguintes; e, em seguida, essa noção de uma burguesia que, diferente de outros países, capitulou diante da sua função histórica de realizar uma revolução democrática. A visão negativa da burguesia brasileira advém do fato de Coutinho identificar que, ao longo da história brasileira, a nossa burguesia nunca foi progressista e sempre que pôde aliou-se com a aristocracia e contra a classe trabalhadora:

No Brasil, bem como na quase generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ideal do ‘cidadão’ e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada fragmentada (Ibid., p. 162).

Outro texto de Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil*, escrito entre os anos de 1977 e 1979, durante o período em que esteve no exílio, também retoma a relação da cultura com a questão democrática. Nele, aliás, Coutinho dá um passo adiante no gradual processo que elevaria a temática democrática ao centro de sua análise. Três pontos relacionados com a democracia chamam atenção nesse texto por serem novidades na elaboração coutiniana. Primeiro, a introdução do conceito gramsciano de hegemonia. Nesse momento, Coutinho está em um processo de transição, abandonando as concepções lukacsianas e adotando, aos poucos, os conceitos gramscianos, ao mesmo tempo em que deixa de lado, por um tempo, as análises estéticas e filosóficas para ingressar de vez no universo da política.

Coutinho elabora brevemente uma ideia que iria desenvolver nos textos futuros sobre a articulação entre hegemonia e pluralismo. Ele entende que “lutar

pela expansão hegemônica de uma orientação cultural – no caso, da orientação nacional-popular – não pode significar de nenhum modo a negação do pluralismo” (Ibid., p. 78). E, mais adiante, aplica essa mesma ideia à questão democrática, dizendo que a hegemonia de uma classe pode conviver com o pluralismo e a diversidade, e que, aliás, essa articulação seria o substrato de uma verdadeira democracia de massas, ao contrário do que pensam os liberais, para quem democracia e hegemonia seriam incompatíveis. É nesse texto também que ele fala pela primeira vez no caráter progressivo da democracia, chegando a propor, de modo um pouco ingênuo, que esse processo “[de constante ampliação e aprofundamento] leva a democracia de massa a propor concretamente a democratização da economia, com a luta para pôr fim à dominação dos monopólios (...)” (Ibid., p. 80).

O terceiro ponto é aquele que entrelaça os três principais assuntos tratados na sua obra até o final da década de 1970: *via prussiana*, *questão cultural* e a *questão democrática*. Para o autor, as deficiências na formação social do Brasil limitam em vários aspectos a produção intelectual e artística, assim, a construção de uma democracia de massas torna-se a solução para a questão cultural, pois além de quebrar o elitismo da nossa intelectualidade, a democracia abarcaria também o processo de produção cultural, fortalecendo-o:

Em outras palavras, só a construção de uma democracia de massas pode quebrar definitivamente os estreitos limites de casta em que a ‘via prussiana’ emparedou a grande maioria dos nossos intelectuais e, desse modo, criar um novo tipo de relacionamento – de dupla mão – entre os intelectuais e o povo-nação; momento decisivo nesse processo será assegurado pela autogestão dos organismos de difusão cultural pelos próprios produtores culturais associados. Ora, nesse ponto, a ‘questão cultural’ – convertendo-se em momento privilegiado da ‘questão democrática’ – encontra a base para a sua solução. Lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural. (2000, p. 80).

1.2. De Paris à Bologna

1.2.1. A esquerda e a questão democrática: URSS e Itália

A relação da esquerda com a democracia, seja qual for a definição que se teve dela ao longo da história, alterou-se substancialmente durante o século XX, especialmente, durante a ascensão da União Soviética. O período que vai de 1928 até 1956 é particularmente importante para essa discussão, porque foi nele que se definiu, através dos Congressos da Internacional Comunista, como os Partidos Comunistas aliados à União Soviética²⁷ deveriam se portar em relação aos democratas. O VI Congresso do Comintern, em 1928, foi marcado pela crise econômica que ainda estava em seu início, mas que já dava sinais de que seria grave. Com ela, ressurgiram as esperanças bolcheviques de uma possível ruína do capitalismo, ou o que eles chamaram de *Terceiro Período*, em que seria necessária uma disciplina ainda maior dos comunistas para aproveitar a conjuntura caótica e lançar as bases da revolução. Como consequência dessa política ultraesquerdista, intitulada de *Virada à esquerda*, passou-se a adotar a oposição irreconciliável entre socialdemocratas e comunistas, que refletia a fenda aberta, anos atrás, entre reformistas e revolucionários (ELEY, 2005).

Mas, a política sectária adotada pelos bolcheviques em 28 encontraria pelo caminho as reviravoltas da economia mundial e a implantação dos regimes fascistas na década de 30, fazendo com que as orientações do Comintern aos PCs fossem novamente revistas. Dessa vez, Dimitrov, na qualidade de dirigente da Internacional, passou a defender a importância das liberdades democráticas burguesas, tanto para o socialismo quanto para combater o autoritarismo que havia se instalado. Dessa forma, “ao opor aos regimes fascistas os Estados burgueses respeitadores da democracia, (...) Dimitrov abraçava as liberdades ‘democráticas burguesas’ em si como algo que valia a pena defender por seu próprio valor” (Ibid., p. 311). E para coroar a nova estratégia, no VII Congresso da Internacional, ocorrido em 1935, os comunistas passam a defender a construção das frentes populares antifascistas que pudessem reunir todos aqueles que, de alguma forma, lutavam pela democracia.

A política frentista não daria certo naquele momento devido ainda às desconfianças nutridas pelos países capitalistas com relação à União Soviética. Mas, poucos anos depois, com a ascensão do nazismo, ela seria importante para a unificação das forças progressistas. Ainda assim, já em 1935 é possível perceber

²⁷ Era o caso do Partido Comunista Brasileiro.

que o discurso bolchevique em relação à democracia sofreu uma ligeira alteração se comparado com o período inicial da revolução russa, em, que se tinha um total desprezo às liberdades democráticas²⁸ – e ao reconhecimento dessas liberdades por seu valor em si. Mais do que isso, os bolcheviques se viram obrigados a defender a democracia enquanto princípio e não apenas como um meio de se alcançar o poder, já que para se construir a frente popular era preciso que os aliados confiassem plenamente no caráter democrático do comunismo (ELEY, 2005).

À morte de Stálin em 1953, seguiu-se a progressiva abertura do regime soviético, com a publicização dos crimes cometidos durante seu governo, primeiramente, e, em seguida, com a gradual abertura econômica. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em 1956 foi particularmente decisivo para essa abertura. Nos três anos que passaram entre a morte de Stálin e o Congresso, muitos militantes do partido que haviam desaparecido retornaram das prisões ou exílios e revelaram as perseguições sofridas durante a era stalinista. Os depoimentos coletados geraram um dossiê lido por Khrushchev durante o Congresso, que, entre outras coisas, denunciava o culto à personalidade de Stálin e o exagero nas repressões contra aqueles que Stálin denominou de “inimigos do povo”:

É claro que Stalin mostrou em toda uma série de casos sua intolerância, sua brutalidade e seu abuso de poder. Em vez de provar sua correção política e mobilizar as massas, muitas vezes ele escolheu o caminho da repressão e aniquilação física, não só contra os inimigos reais, mas também contra as pessoas que não tinham cometido qualquer crime contra o partido e o governo soviético. Aqui vemos nenhuma sabedoria, mas apenas uma demonstração da força brutal que outrora tão alarmou Lênin (sic) (KHRUSHCHEV, 1956).

Apesar das críticas feitas ao stalinismo pela União Soviética em 1956, muitos autores identificam que elas ficaram restritas a aspectos menores, que diziam respeito, sobretudo, à personalidade de Stálin, quando na verdade as críticas deveriam ter abarcado toda a política autoritária praticada no período e, principalmente, os erros táticos e estratégicos de análise e aplicação da teoria marxista, incluindo-se neste último ponto as questões de viés cultural, que foram negligenciadas pelo regime, uma vez que não se procurou substituir a ideologia

²⁸ Cf. LENIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.

dominante por novos valores criados no seio da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que se inibiu qualquer possibilidade de criação pelos teóricos marxistas que fosse além da reprodução da velha cartilha “marxista-leninista” (ELEY, 2005).

Assim, carregando o peso da herança de Stálin, a esquerda se viu derrotada e os partidos desarticulados em vários países. Paradoxalmente, sobre as ruínas da União Soviética, a esquerda ia também criando formas heterodoxas de superar a crise do chamado socialismo real. No Brasil, como visto anteriormente, a década de 1960 marcou o início da pluralização do pensamento marxista, com a entrada efetiva de vários autores não alinhados ao marxismo-leninismo, a exemplo de Lukács e Gramsci. A Itália foi também um dos países em que mais fortemente verificou-se a ascendência de pensamentos marxistas heterodoxos. Alguns momentos da trajetória da esquerda italiana merecem destaque pela influência que o país teve sobre Coutinho, seja pelas experiências que vivenciou no período que lá ficou exilado – entre 1976 e 1977 -, seja pela influência teórica que o marxismo gramsciano e o eurocomunismo italiano tiveram sobre a sua obra²⁹.

O *biennio rosso* marcou a história italiana como os anos em que o país viveu momentos realmente revolucionários. Uma série de manifestações populares, que iam de greves gerais e ocupações de fábricas até conflitos de guerrilhas nas áreas rurais, tomou conta do país durante os anos de 1919 e 1920. Houve um conjunto de fatores que possibilitaram tal insurreição, mas o *boom* econômico propiciado pelo pós guerra e o caráter radical do Partido Socialista Italiano (PSI) talvez sejam os mais importantes. O período influenciou na forma como os jovens marxistas italianos pensavam a revolução socialista. O maior expoente deles foi Antônio Gramsci, que se dedicou, em sua juventude, à defesa das Comissões Internas - órgãos representativos dos trabalhadores dentro das fábricas - e acreditou que o Estado socialista já existia potencialmente em determinados institutos da sociedade capitalista, sendo necessário que esses institutos fossem conectados a fim de criar o que ele chamou de “verdadeira democracia operária” (GRAMSCI, 2000). O jovem Gramsci imaginava que gradualmente as comissões internas ganhariam novas funções e ao invés de só defenderem os direitos dos trabalhadores, passariam a ter condições de elevar o proletariado à condição de produtor. Naquele momento,

²⁹ Em entrevista a Marcos Nobre e José Mário Rego, Coutinho fala que sua passagem pela Itália foi certamente um dos momentos mais importantes na sua formação política e intelectual, ele diz ainda que, não fosse sua estada na Itália seu ensaio “A democracia como valor universal” não teria sido escrito. (Conversa com um marxista convicto e confesso, in Marcelo Braz, p. 398)

portanto, ele achava que a partir da autogestão dos trabalhadores dentro das fábricas seria possível espalhar os valores socialistas pelo resto da sociedade.

Gramsci acompanhou de perto a experiência dos trabalhadores em Turim, em setembro de 1920, quando os donos das fábricas, na tentativa de enfraquecer as comissões internas, fizeram um lock-out. Os trabalhadores não se intimidaram, ocuparam as fábricas e provaram a viabilidade da autogestão operária. A ocupação, no entanto, durou pouco mais que 15 dias, até que a falta de organização e direção entre os operários – o PSI e os sindicatos eram contrários ao movimento – fez com que os mesmos fossem obrigados a negociar e as comissões internas voltassem a ter o papel subalterno que tinham antes do início das greves (COUTINHO, 1984).

Assim, o trágico fim da experiência das comissões em Turim revelou que a luta dentro da fábrica e o controle democrático dos meios de produção era inútil se não houvesse, da mesma forma, um trabalho permanente por parte do operariado - e como ele descobriria posteriormente por parte de uma vanguarda organizada - no restante da sociedade, com vistas a reformar não só as relações econômicas, mas também as demais relações sociais. A partir deste momento, Gramsci começa a rever sua teoria e a atribuir ao partido revolucionário um papel essencial na construção desta reforma social, que ele entendia ser uma reforma de caráter intelectual e moral. Na proposta de Gramsci (2000, v. 3, p. 18), o partido teria como principal função “ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, [...] criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”.

Por este motivo, em janeiro de 1921, um grupo de dissidentes do PSI encabeçado por Amadeo Bordiga e Antônio Gramsci fundaram o Partido Comunista Italiano (PCI), cuja tarefa era ser o verdadeiro partido revolucionário. Nos primeiros anos, o partido seguiu a linha bolchevique, integrando, inclusive, a Terceira Internacional e apoiando, no geral, as determinações impostas por Lênin aos partidos comunistas europeus. No entanto, finalmente quando o partido comunista se organizou com o intuito de orientar as massas no caminho revolucionário, o momento já havia passado, o *boom* econômico havia terminado e junto com ele a mobilização popular havia se dispersado. Por outro lado, a reação da direita ao período veio na mesma medida. Em 1922, Mussolini marcha com milhares de pessoas sobre Roma e dá início aos anos de terror fascista. Segundo Eley (2005), a

explicação para a reação tão violenta na Itália passa pelo próprio comportamento dos socialistas italianos que incitaram as massas à insurreição com discursos radicais, mas não deram o próximo passo no sentido de uma efetiva tomada do poder. Isso, por um lado, frustrava as massas e, por outro, causava medo na burguesia que via a possibilidade de se criar na Itália uma nova União Soviética. Independente dos motivos que levaram à ascensão do fascismo, o que parece é que na Itália até a década de 1920, “não se criou um entusiasmo popular duradouro pela democracia” (ELEY, 2005, p. 213).

O III Congresso do PCI em 1926 marcou a mudança de orientação política do recém fundado partido comunista. Nele, Gramsci apresentou suas famosas *Teses de Lyon* contendo os princípios básicos a serem incorporados pelo partido italiano a fim de que ele se tornasse um partido revolucionário, aos moldes da teoria leninista. As teses foram aprovadas por ampla maioria e o grupo composto por Gramsci e Togliatti passou a fazer parte do novo Comitê Executivo, enquanto o grupo de Bordiga, derrotado, acabou sendo expulso do partido acusado de desvios ideológicos.

Com a prisão de Gramsci em 1926, Palmiro Togliatti assumiu a direção do partido e iniciou uma era dentro do PCI, que influenciou todas as gerações posteriores de comunistas italianos. Entre seus feitos está o fato de ter resistido aos comandos autoritários do Comintern, especialmente em 1928, durante o VI Congresso, em que se decidiu barrar as políticas nacionais de construção do socialismo, os chamados *caminhos nacionais*, em favor da estratégia sectária intitulada *Virada à esquerda*. No entanto, o contexto fascista não permitiu que Togliatti mantivesse sua posição por muito tempo, já que perder o apoio soviético naquele momento era inconcebível. Além disso, Togliatti receava que se não cedesse, Stálin logo criaria uma nova liderança para assumir as rédeas do partido italiano, provavelmente “algum garoto formado na Escola de Lênin” (ELEY, 2005, p. 297):

sempre dissemos que era tarefa do nosso partido estudar a situação particular da Itália [...] Se o *Komintern* nos pede que não o façamos mais, não o faremos mais [...] mas, como não se pode impedir que pensemos, guardaremos estas coisas para nós e nos limitaremos a fazer afirmações gerais. Mas eu afirmo que este estudo deve ser feito (TOGLIATTI *apud* LIGUORI, 2005, p. 54).

Dessa forma, apesar de Togliatti permanecer apoiando a União Soviética, ele tinha uma posição bem crítica com relação à política praticada por Stálin. Por este motivo, ao contrário do que aconteceu em outros países europeus em que os partidos comunistas foram se distanciando das massas, o partido comunista italiano se constituiu como uma liderança forte e respeitável em muitos momentos da história italiana. Um destes momentos foi o final da Segunda Guerra em que os movimentos de resistência italianos liderados pelos comunistas se transformaram em grandes bastiões da democracia, a ponto de formarem os primeiros governos do Pós-Guerra e darem a base programática da República Italiana, estabelecida sobre o antifascismo e sobre os princípios democráticos.

Segundo Eley (2005, p. 341), foi essa “reivindicação da liderança moral no restabelecimento da democracia italiana [que] fundamentou culturalmente o sucesso no PCI no pós-guerra”. De fato, o PCI em dois anos aumentou seus quadros de, menos de 5 mil membros em 1943, para 1 milhão e 750 mil membros no final de 1945, garantindo uma posição de destaque dentro do novo governo republicano. Mas Togliatti não queria apenas fazer parte de um governo democrático formado pelas mais variadas forças progressistas. Acreditava na possibilidade de um governo comandado pelos comunistas e que contasse com o apoio dos democratas cristãos, sobretudo, para que o peso da religião na Itália pudesse ser neutralizado.

Apesar das tentativas de Togliatti de construir alianças com o partido democrata, o fracasso do PCI veio com a expulsão dos comunistas do governo em 1947, motivado, sobretudo, pelo ingresso da Itália na política de recuperação econômica oferecida pelos Estados Unidos através do Plano Marshall. A década de 50 foi de recuo para a esquerda na Itália, inclusive, para os movimentos trabalhistas que nesse período estavam entre os mais fracos de toda a Europa. Mas o ano de 1956 e o célebre discurso de Khrushchev sobre os crimes de Stálin marcaram também a retomada da autonomia política do partido comunista italiano e a introdução por Togliatti de novos elementos na teoria marxista.

Com efeito, Togliatti valendo-se do processo de desestalinização, retomou a política dos caminhos nacionais e elaborou um caminho alternativo para a superação do capitalismo adequado à realidade italiana. Aproveitou o momento também para fazer duras críticas à Khrushchev e ao Comintern que, para ele, teriam sido amenos no discurso contra Stálin e evitado fazer uma análise crítica dos reais

problemas da União Soviética, que não poderiam se resumir apenas aos “defeitos pessoais de Stálin”:

enquanto nos limitarmos, em substância, a denunciar como causa de tudo os defeitos pessoais de Stalin, continuamos no âmbito do ‘culto à personalidade’. Antes, todo o bem era devido às sobre-humanas qualidades positivas de um homem; agora, todo o mal é atribuído aos seus defeitos igualmente excepcionais e até assombrosos. Tanto num caso quanto no outro estamos fora do critério de julgamento que é próprio do marxismo. Escapam-nos os problemas reais, que residem no modo e no motivo por que a sociedade soviética pôde chegar, e chegou, a certas formas de distanciamento e até de degeneração da vida democrática e da legalidade que ela havia traçado para si. (TOGLIATTI *apud* LIGUORI, 2005, p. 60).

O caminho alternativo elaborado por Togliatti, a *via italiana para o socialismo*, passava necessariamente pela relação entre socialismo e democracia, especialmente, pela forma como o socialismo deveria lidar com as liberdades democráticas. Era essencial para Togliatti que fosse feito, inclusive, uma avaliação do processo revolucionário russo tomando por base a questão democrática (LIGUORI, 2005). A herança do líder comunista italiano foi determinante para o crescimento de uma nova vertente marxista que tivesse condições de forçar ao máximo os limites democráticos da teoria gramsciana.

1.2.2. O PCB e a militância no exílio

Entre os anos de 1965-66, Leandro Konder, já na qualidade de melhor amigo de Coutinho, foi editor cultural do semanário do PCB, *Folha da Semana*, onde também trabalhava o jornalista italiano Gazzaneo. Foi por meio de Gazzaneo que Coutinho tomou contato com o marxismo italiano e com as batalhas que estavam sendo travadas dentro do Partido Comunista Italiano (PCI) na época. Segundo Konder, Gazzaneo lhes emprestava muito material de leitura e Carlos Nelson Coutinho teria ficado impressionado com “o nível teórico e o rigor do pensamento marxista no trabalho deles [dos marxistas italianos]”, que para ele, “era bastante superior ao dos comandados de Kruschov ou Brejnev” (KONDER, 2008, p. 66).

A constatação de Konder demonstra que Coutinho já na década de 1960 teve contato tanto com a produção dos teóricos que seguiam a linha oficial do marxismo soviético – e com relação a estes tinha uma visão crítica -, quanto com a produção dos marxistas italianos, considerados heterodoxos pelos soviéticos. Em entrevista, Coutinho fala que quando chegou à Itália, ligou a televisão e a primeira coisa que assistiu foi um discurso de Berlinguer³⁰, no qual ele dizia que se sentia mais protegido para construir o socialismo que defendia sob a proteção da OTAN, do que sob a proteção do Pacto de Varsóvia. Para Coutinho, naquele momento, a fala de Berlinguer foi chocante. Ele, que nunca tinha sido um grande admirador da União Soviética, mas que ainda tinha seus preconceitos “marxistas-leninistas, ficou com a impressão de que o líder italiano era um verdadeiro traidor da causa comunista” (COUTINHO, 2012, p. 398).

O exílio de Carlos Nelson Coutinho aconteceu devido ao acirramento da perseguição a ele e à sua esposa, logo após o assassinato de Vladimir Herzog. Coutinho saiu do Brasil em março de 1976 e refugiou-se na Itália, especificamente em Bologna. A opção pela Itália se deu por vários motivos, entre os quais a facilidade que tinha com a língua, a admiração que nutria pelo Partido Comunista Italiano (PCI)³¹ e também por Antônio Gramsci. Ele permaneceu exilado na Itália por um ano e meio, depois ficou cerca de três meses em Portugal e, por último, um ano em Paris, regressando ao Brasil em 23 de dezembro de 1978, dias antes da revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Sua permanência na Europa lhe rendeu muita experiência política. Ele chegou à Itália sem emprego, dependendo financeiramente do pai que lhe enviava dinheiro, mas depois de um tempo acabou trabalhando para o PCB no cargo de assessor da Comissão Executiva do Partido³². Participou ativamente dos seminários e reuniões organizadas por Armênio Guedes através de uma assessoria do Comitê Central, nesses encontros procurava-se travar discussões com diversas correntes da

³⁰ Enrico Berlinguer foi presidente do Partido Comunista Italiano e é tido como o fundador da corrente marxista do eurocomunismo.

³¹ Em entrevista Coutinho diz: “Escolhi ir para a Itália exatamente porque meu grande modelo era o Partido Comunista Italiano. Para muitos, o grande modelo era o PCUS, o Partido Comunista da União Soviética, e a própria União Soviética. Para mim, era o Partido Comunista Italiano. Minha grande decepção não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano” (Marcelo Braz, 2012, p. 396-397).

³² As informações são do próprio Carlos Nelson Coutinho. Cf. BRAZ, Marcelo (Org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

esquerda. Para Konder (2008, p. 95), foi nesses seminários, que reuniam exilados de toda a Europa, que Coutinho “amadureceu as ideias que depois [causariam] impacto através da publicação do ensaio *A democracia como valor universal*”. Apesar de essa assessoria ter sido criada com a função de assessorar o Comitê Central (CC), o Comitê não apreciava muito as atividades desenvolvidas por ela e poucos foram os dirigentes do CC que compareceram aos seminários, Prestes mesmo teria se manifestado “francamente contra o pensamento que estava sendo desenvolvido pelos assessores e que estava prevalecendo na *Voz Operária*”³³ (Ibid., p. 98).

Além de assessor e militante ativo, Coutinho foi redator do jornal *Voz Operária*³⁴, que era o órgão de imprensa oficial do PCB até 1975, quando foi desmantelado pela ditadura e, que, depois voltou a circular clandestinamente. O jornal era editado na França, impresso na Itália, com ajuda financeira do Partido Comunista Italiano (PCI), e durante o período de clandestinidade circulou uma vez por mês e era enviado por correio aos filiados do PCB. Apesar de não ser um jornal com circulação entre as massas, muitas das informações contidas nele eram reproduzidas pela imprensa nacional como sendo a posição oficial do Partido.

O editor chefe do jornal era Armênio Guedes, militante histórico do PCB que integrava o Comitê Central na época e organizava em torno de si e do jornal um grupo de jovens intelectuais que se identificavam com as ideias eurocomunistas. Além de Carlos Nelson Coutinho, faziam parte desse grupo Leandro Konder, Milton Temer, Mauro Malin, Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto e Zuleika Alambert. Coutinho publicou diversos artigos no jornal, a maioria sob o pseudônimo de Josimar Teixeira. Foi no período em que escreveu para o jornal, que Coutinho teria “transmutado o centro de sua análise da questão cultural para a teoria política”

³³ Konder relata uma história engraçada sobre um jantar dele com Coutinho e Prestes ainda durante o exílio, que merece ser reproduzida pelo simbolismo que possui: “José Salles nos procurou para nos convidar – a mim e a Carlos Nelson – para um jantar com Prestes. Fomos ao jantar. Eu estava tão nervoso que, para abrir espaço na mesa, pus meu prato sobre os joelhos e o esqueci lá. Dissemos tudo que queríamos, fizemos todas as nossas críticas. Para nossa surpresa, Prestes declarou que respeitava Armênio, embora discordasse dele, porque ele era honesto, sincero, dizia o que pensava. E, no final da discussão, vendo que ninguém convencia ninguém, Prestes apelou para a disciplina partidária: a facção minoritária, derrotada, segue a linha traçada pela facção majoritária, vitoriosa. Prestes dava por encerrada a nossa controvérsia e reclamava que nós cumpríssemos os estatutos do PCB. Era uma solução que não solucionava nada” (KONDER, 2008, p. 98).

³⁴ O acervo do Jornal encontra-se no Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM, são 47 exemplares entre 01/1975 e 08/1979, incluídas algumas edições especiais.

³⁵ (NETTO, 2012, p. 67), Foi também no jornal que ele publicou um artigo que serviria de matriz para *A democracia como valor universal*, intitulado “A questão democrática”.

Havia claramente um processo de disputa dentro do PCB entre o grupo de ortodoxos, representados, sobretudo, pela figura de Luiz Carlos Prestes e o grupo organizado em torno do jornal *Voz Operária* e de Armênio Guedes. Para se ter uma ideia, Guedes relata que em 1978, os conflitos entre os dois grupos culminaram em um primeiro rompimento formal, no qual Coutinho participou ativamente. Coutinho e Giocondo Dias, que era membro do Comitê Central, apresentaram ao partido um projeto de resolução em que “apareciam as ideias fundamentais da democracia como valor universal e não como expediente tático” (GUEDES, 2013, p. 136). O projeto foi rejeitado e duramente criticado por Prestes, sob o argumento de que a democracia como valor universal refletia essencialmente a mesma ideia da democracia burguesa (Ibid.). A partir disso, os eurocomunistas passaram a sofrer diversas derrotas dentro do Partido, muitas das quais tinham por fundamento, na avaliação de Guedes (ibid.), certa irracionalidade de Prestes na sua obstinação por desmantelar o grupo de Armênio Guedes³⁶.

A volta de Coutinho ao Brasil antes mesmo da anistia também teve relação com as disputas internas do partido. Konder (2008) conta que boa parte dos dirigentes do PCB não acreditava na ideia de uma abertura lenta e gradual que os militares propagavam; achavam que essa abertura, sendo conduzida de cima para baixo, poderia ser uma armadilha para trazer os exiliados de volta ao país. O pequeno grupo de Coutinho, formado por ele, Konder e Temer entendia que a política de abertura resultava, sobretudo, da pressão da sociedade, que progressivamente se organizava e se mobilizava. Por isso, como sinal de confiança no processo que o Brasil estava vivendo, e demonstrando que as suas práticas eram condizentes com as análises conjunturais que realizavam, eles decidiram retornar ao

³⁵ Na opinião de José Paulo Netto, o primeiro artigo de Coutinho publicado na *Voz Operária* fixou um novo patamar da reflexão teórico-política na revista. Este artigo foi intitulado *Étude Brésiliennes et politique au Brésil aujourd'hui* (1977) e escrito sob o pseudônimo de Guilherme Marques. Nele, Coutinho realiza uma crítica das ideias expostas por Fernando Henrique Cardoso em *Autoritarismo e democratização* (1975).

³⁶ Como exemplo, Guedes (2013) relata que em abril de 1977, o jornal *Voz Operária* teria publicado um manifesto em defesa da redemocratização e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Na avaliação de Guedes, Prestes foi contra a proposta, unicamente por ela ter sido apresentada no jornal, uma vez que o partido já tinha aprovado dez anos antes, em seu VI Congresso, a convocação de uma Constituinte.

país antes dos outros dirigentes do partido, mesmo correndo o risco de serem presos.

1.2.3. A democracia como valor universal

Em sua obra mais famosa, Coutinho traz à cena marxista brasileira do início da década de 1980 uma pauta essencial: a relação entre a esquerda e a democracia. Ele escreve o texto *A democracia como valor universal*³⁷ após retornar do exílio na Europa. No Brasil, as contendas giravam em torno da necessidade de redemocratização e o Partido Comunista Brasileiro, apesar de ter sempre defendido a redemocratização, ia ficando à margem de toda a discussão, à medida que outros grupos políticos articulados essencialmente em torno da questão democrática iam surgindo, a exemplo de PMDB e PT. O país estava saindo dos anos de chumbo, em meio ao processo de anistia e, por isso, uma solução para a questão democrática era urgente para a esquerda. “Saber resolvê-la teoricamente era qualificar uma teoria da ação, estruturar uma agenda de lutas e dar sustentação a um discurso que precisava ganhar as multidões” (NOGUEIRA, 2013, p. 15).

Além disso, as medidas autoritárias e os crimes praticados por Stálin na União Soviética iam aos poucos se tornando públicos³⁸, fazendo com que, aos olhos da população em geral, fosse se abrindo um buraco entre a esquerda e a democracia. Afora toda a “má fama” que a Guerra Fria criou sobre vários aspectos do comunismo e do socialismo, por certo ainda havia dentro da esquerda brasileira, grupos que defendiam a natureza de mero instrumento tático da democracia, além daqueles que viam com maus olhos a participação de partidos de esquerda nas eleições, por estas serem meros instrumentos da burguesia. É claramente a estes grupos da esquerda que Coutinho se refere quando diz que “há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita”, sendo que para estes a democracia política, embora útil à luta do operariado, não seria mais do que

³⁷ Publicado pela primeira vez na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 9, março de 1979, p. 33-48. Depois publicado no livro *A democracia como valor universal*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. E republicado uma última vez em *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

³⁸ O primeiro a tornar público os crimes de Stálin foi Nikita Khrushchov no XX Congresso do PCUS em 1956. No entanto, o dossiê que serviu de base para o discurso de Khrushchov só foi publicado em 1989. Cf. O Discurso Secreto De Khrushchev No Xx Congresso Do Partido Comunista Da União Soviética. Rio de Janeiro, Ed. Ipanema, s/ data.

“uma nova forma de dominação da burguesia; ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais” (COUTINHO, 1984, p. 19-20).

O objetivo de Coutinho, portanto, ao escrever o artigo, que mais tarde ele reconhece como uma obra mais de agitação política do que propriamente de elaboração teórica³⁹, não é o de fazer uma análise extensiva do Brasil, nem a de criar novos conceitos para a compreensão da sociedade brasileira, menos ainda levantar a bandeira da democracia como substituta do socialismo. Compreendendo a realidade brasileira a partir das influências teóricas e práticas que obteve no exílio, Coutinho decide elaborar um texto breve e claro sobre a importância das liberdades democráticas para a construção do socialismo.

O tema não era nenhuma novidade para a intelectualidade brasileira, a questão democrática era a principal pauta não só da esquerda, mas também dos liberais e democratas de uma forma geral. A tese de Coutinho também não era original dentro da esquerda. Fruto do grupo que se formou no exílio em torno do “titio Armênio”⁴⁰, muito do que foi defendido dentro de *A democracia como valor universal*, já vinha sendo discutido nas instâncias internas do Partido e, a contragosto de Prestes, já havia, inclusive, sido publicado no jornal *Voz Operária*⁴¹. Mesmo assim, a obra causou impacto em toda a esquerda brasileira⁴² e, dentro do Partidão, se tornou uma “espécie de divisor de águas entre as alas do partido que cultivavam a ortodoxia ainda manchada de stalinismo e os renovadores que eram fascinados por Gramsci, pelo eurocomunismo e por Berlinguer” (GUEDES, 2013, p.

³⁹ Sobre o ensaio Coutinho diz que ele “desenvolve pouco alguns conceitos, [sendo], sobretudo um texto de combate, simultaneamente contra a ditadura e contra o chamado ‘marxismo-leninismo’” (2006, p. 180).

⁴⁰ Essa era a forma carinhosa como Coutinho, Konder e os demais pecebistas articulados em torno de Armênio Guedes no exílio se referiam a ele (KONDER, 2008).

⁴¹ Segundo declaração do próprio Coutinho: “o ensaio se insere numa polêmica importante que se travou, no final dos anos 1970, no seio do Partido Comunista Brasileiro. Formou-se no Partido uma massa crítica de pensamento renovador, uma certa preocupação que era comum a um grupo de militantes e dirigentes, no exílio e no interior, entre os quais, seguramente, estava o Armênio Guedes. O meu ensaio foi uma espécie de condensação do pensamento comum desse grupo de pessoas então ligado ao PCB, e que depois seria derrotado na luta interna” (1986, p. 61).

⁴² Celso Frederico observa que “desde A revolução brasileira de Caio Prado Jr., um texto político não tivera tamanha repercussão” (2012, p. 95). No entender de José Paulo Netto, ninguém contesta que foi com esta obra que Carlos Nelson colocou a “discussão da relação democracia/socialismo no coração da agenda de esquerda brasileira”, sendo que a partir dela, “o autor ganhou a notoriedade que toda a sua intervenção cultural anterior não lhe havia granjeado” (2012, p. 71).

132). Nogueira nos dá a dimensão dos efeitos que o texto operou na complexa conjuntura de redemocratização e organização das forças sociais nacionais:

foi com esse ensaio [...] sobre a democracia que Carlos Nelson ingressou de vez na cena política e intelectual brasileira, para dela nunca mais sair. Poucos textos tiveram tanta influência quanto aquele. Em plena ditadura militar no Brasil, o ensaio lançava uma luz na escuridão; era como uma golfada de ar num ambiente reprimido e sufocado, num momento em que as esquerdas (dentro e fora do país) ainda digeriam o radicalismo pouco consequente das 'guerrilhas' e, sem conseguir assimilar a nova fase do capitalismo, as novas formas sociais e a dimensão revolucionária da democracia política, se envolviam em polêmicas verborrágicas sobre o caráter 'burguês' ou 'proletário' da democracia e sobre o 'melhor caminho para o socialismo'". (NOGUEIRA, 2013, p.11)

Certamente podemos levantar elementos na obra que nos ajudam a compreender, em alguma medida, o que ela significou para a esquerda brasileira e, especialmente, no que nos interessa, o seu significado dentro da evolução do pensamento coutiniano de construção da noção de democracia. O texto é dividido em três partes: *Premissa*, *Algumas questões de princípio sobre o vínculo entre socialismo e democracia política*, e *O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à "via prussiana"*. Na primeira parte, Coutinho expõe as duas hipóteses que irá desenvolver nas duas seções seguintes: na primeira hipótese, ele procura demonstrar que a democracia é "parte integrante do sistema categorial do marxismo"; e, na segunda, analisando o contexto histórico brasileiro, ele propõe que "a renovação democrática do conjunto da vida nacional [...] não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução democrática" (1980, p. 21).

Coutinho inicia sua obra esclarecendo algumas questões sobre a relação entre o socialismo e a democracia. Para ele a questão democrática sempre foi um tema importante nos clássicos do marxismo – para sustentar essa ideia ele cita passagens das obras de Marx, Engels, Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo e Trotski - e essa discussão sempre esteve presente inclusive dentro do Partido Comunista Brasileiro, mais nitidamente depois da Declaração de Março de 1958. Essa corrente democrática que surgiu dentro do PCB, teria realizado avanços, segundo ele, nos V (1960) e VI (1967) Congressos do Partido, uma vez que a questão democrática passou a ter um novo tratamento. Diante disso, a novidade do eurocomunismo não estaria em trazer a democracia para dentro da discussão marxista, mas sim em conceber de uma nova forma a relação entre a democracia e o socialismo.

O autor procura, em primeiro lugar, desarmar qualquer tipo de ortodoxia que pudesse invalidar a relação básica que ele pretende estabelecer entre socialismo e democracia. Para tanto recorre de um lado, aos clássicos e, de outro, ao seu Partido que desde a Declaração de Março de 1958 vinha se aproximando da democracia. No entanto, essa aproximação nunca foi tão simples ou consensual como quer fazer parecer Coutinho. A estratégia do Partidão, exposta nos Congressos que Coutinho faz referência, tratavam da questão democrática como embutida na questão nacional, ou seja, era a questão nacional que estava no centro dos debates do Comitê Central e as discussões sobre democracia apareciam de forma periférica nas formulações sobre um *projeto democrático nacional*. Ainda assim, como se viu, não era sem críticas do grupo prestista que a democracia ia se aproximando dos comunistas brasileiros. Em 1979, por exemplo, Prestes fez duras críticas à posição adotada pelo PCB no VI Congresso. Em entrevista, ele sustentou que “o pacifismo do PCB na época do 6º Congresso teria levado muitos jovens a se afastarem do partido e a partirem para a luta armada, de modo, que o PCB seria ‘responsável’ pela morte daqueles jovens”⁴³ (KONDER, 1980, p. 138).

Com relação aos teóricos marxistas utilizados por Carlos Nelson Coutinho para sustentar sua premissa, chama a atenção a influência de Lênin. Coutinho faz uma interpretação dos textos de Lênin, na qual o marxista russo aparece como um verdadeiro democrata, muito próximo até de Gramsci. Para ele, Lênin reafirmou, “no nível permitido por uma situação histórica concreta, os princípios básicos da teoria marxista da democracia” (1980, p. 22).

O fato de Lênin ter sempre se referido à democracia de maneira adjetivada, ou seja, democracia proletária ou burguesa, não significa, para Coutinho, que elas sejam totalmente opostas ou que ele negue o valor das liberdades democráticas inerentes à democracia burguesa. A distinção entre duas democracias que Lênin faz, seria apenas um modo dele afirmar sua oposição ao que estaria sendo defendido dentro da II Internacional, especialmente por Kautsky, para quem o Estado democrático seria um “regime político ‘neutro’ e situado acima das classes” (Ibid., p. 22). Dessa forma, Coutinho procura demonstrar que, a exemplo do “camarada” Lênin, não tinha ilusões com a democracia, no sentido de ela ser capaz de sobrepor a luta de classes. As *regras do jogo* democrático não seriam, para ele,

⁴³ A entrevista citada por Konder foi dada por Luiz Carlos Prestes ao Jornal do Brasil em 08/12/1979.

capazes de alterar a essência do Estado, que continuaria tendo seu conteúdo de classe, no qual uma “classe fundamental no modo de produção determinante exerce através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade” (Ibid.).

Uma primeira análise poderia levar a crer que Coutinho teria forçado o viés democrático de Lênin por uma questão de obediência ao partido que ainda na década de 1970 não havia rompido com o “marxismo-leninismo” e a utilização de Lênin poderia, assim, legitimar sua obra. Mas diante do quadro interno em que se colocava o PCB da época, de disputas acirradas e no qual o centralismo democrático já nem era mais tão respeitado, é possível descartar essa hipótese. Na verdade, o que parecia existir dentro do partido era uma oposição entre leninistas e gramscianos que, partindo da discussão sobre a transição ao socialismo, se colocavam em posições muito diversas:

As contradições existentes entre o pensamento de Gramsci e o conceito clássico e liberal de democracia nunca chegaram a ser explicitadas ou aprofundadas dentro do partido, porque o conflito entre o conceito de hegemonia e o conceito de tomada de poder pela força era o centro das discussões. Ser gramsciano era não ser leninista, e esse era o conflito ideológico central. (GUEDES, 2013, p. 131)

Coutinho, então, parece ser uma exceção dentro do PCB na sua tentativa de conciliar Lênin e Gramsci a respeito da questão democrática. A explicação para essa interpretação um tanto forçada das ideias de Lênin, parece ter mais origem em alguma admiração pessoal que o autor possuía pelo marxista russo, do que qualquer outra influência externa que o partido possa ter exercido sobre ele diretamente. Coutinho (2012) admite, posteriormente, que reviu sua posição sobre Lênin; e, se antes o considerava o terceiro clássico do marxismo, junto de Marx e Engels, percebeu que, apesar da importância que tem a obra de Lênin, muito nela se tornou anacrônico e outra parte já estava equivocada no momento em que fora escrita.

Apesar de se utilizar de Lênin para apontar que a democracia sempre fez parte das discussões dentro do marxismo, a influência leninista não é sentida no momento em que Coutinho esclarece em que sentido a democracia possui um valor universal. Por valor, ele toma emprestada a noção de Lukács, para quem tem valor tudo aquilo que contribui para explicitação do ser genérico do homem, sendo

considerado como componentes da essência do homem o trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade.

É neste sentido que a democracia possui valor no sentido lukacsiano na medida em que contribui para explicitar estes componentes, notadamente a sociabilidade. Além disso, este valor tem um caráter universal, pois para Coutinho as objetivações da democracia “são capazes de promover essa explicitação [do ser humano genérico] em formações econômico-sociais diferentes, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo” (1984, p. 24). Por este motivo a democracia política não pode ser apenas um princípio tático de conquista de poder, que poderia ser abandonado em momento posterior caso houvesse necessidade, mas sim, um valor estratégico para conquista e consolidação da nova sociedade.

Nesse momento, portanto, quando fala de democracia, Coutinho se refere aos seus elementos formais, as liberdades individuais proclamadas com a Revolução Francesa e que fazem parte do arcabouço teórico do liberalismo. Coutinho é claro e direto, são as liberdades democráticas – liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de organização, entre outras – que possuem um valor universal, o que significa que são elas capazes de explicitar os elementos integrantes da essência do homem, independente do sistema econômico. Não há, para ele, na teoria marxista nenhuma identidade mecânica entre gênese e validade, ou seja, o fato das liberdades democráticas terem nascido no seio da burguesia com a Revolução Francesa não significa que elas devam perder sua validade no socialismo.

Apesar de muitos atribuírem ao autor a alcunha de socialdemocrata, baseados nessa defesa inflexível da democracia burguesa, a defesa ocupa um pequeno espaço da obra. A maior parte do texto é dedicada a pensar o processo de construção de um socialismo democrático, primeiro a partir de concepções gerais e abstratas e, depois, aplicando-as à realidade brasileira.

A importância que Coutinho confere às liberdades democráticas não significa, para ele, que elas sejam suficientes para a construção do socialismo ou mesmo de uma democracia socialista. A democracia socialista não é uma mera continuação da democracia liberal, mas sim uma democracia de massas, fruto de um progressivo processo de socialização da política.

O socialismo, por sua vez, não pode consistir apenas na socialização dos meios de produção, mas também na socialização dos meios de governar,

eliminando não só a apropriação privada da força de trabalho coletivo, mas também “a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto” (1980, p. 28).

Assim, não bastaria apenas a superação da alienação econômica, seria preciso também que o socialismo superasse a alienação política a partir da progressiva socialização da política e, conseqüentemente, do poder. Mas Coutinho, alertado por Max Adler e os eurocomunistas, entende que a única maneira realista de pensarmos a superação da alienação política em Estados com uma complexa estrutura social, como os atuais, seria a partir da articulação entre democracia de base/direta e democracia parlamentar. Isso significa que em uma democracia socialista novos mecanismos democráticos deverão surgir e que os antigos, mesmo que mantidos, deverão ganhar novas funções.

Estas mudanças funcionais não precisariam ocorrer explicitamente, mas ocorreriam de forma indireta na medida em que a articulação entre as novas formas de democracia – democracia direta – e as antigas, ampliaria o grau de representatividade destas últimas. Nesse sentido, Carlos Nelson alerta: o princípio marxista de que a velha máquina estatal deve ser destruída para a construção de uma nova sociedade permanece válida, já que os instrumentos antigos, mesmo subsistindo, ganhariam outras funções, o que os tornaria essencialmente novos (Ibid.). A ideia de articulação entre democracia direta e representativa apareceu pela primeira vez no patrimônio histórico do marxismo, através do austromarxista Max Adler que propôs a integração do parlamento e dos conselhos operários, por perceber que a democracia direta sozinha poderia facilmente descambar em uma democracia corporativista (ADLER, 1976). A questão reaparece na obra do marxista italiano Pietro Ingrao, ao tentar aprofundar o conceito togliattiano de democracia progressiva. Mas, a grande novidade de Ingrao em relação ao austromarxista Max Adler, seria a possibilidade de construirmos os pressupostos de uma hegemonia da classe trabalhadora antes mesmo da conquista do poder estatal.

O ponto concernente à hegemonia seria essencial também para distinguirmos a democracia socialista da liberal e até mesmo do totalitarismo, entende Coutinho. Para alguns liberais, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso com quem Coutinho dialoga em suas obras, não seria possível aliar democracia e hegemonia, uma vez que a existência da hegemonia de um grupo criaria um sistema totalitário e, portanto, antidemocrático. Para Cardoso, não seria papel da democracia criar

consensos, mas apenas reconhecer a “legitimidade do conflito, a busca da negociação e a procura de acordo, sempre provisório, em função da correlação de forças” (CARDOSO, 1978, p. 22). Por outro lado, para Coutinho, a hegemonia de uma classe aliada à existência de pluralismo e respeito às minorias seria essencial para se ter uma verdadeira democracia, de massas e socialista. Hegemonia e pluralismo, dialeticamente articulados, seriam capazes de construir a “vontade coletiva”, no sentido gramsciano, “a ser construída de baixo para cima, através da obtenção hegemônica do consenso majoritário” (COUTINHO, 1980, p. 31). Essa articulação seria o contraponto entre a democracia liberal e o totalitarismo:

Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos. (Ibid., p. 31).

Na última parte do texto Coutinho desce ao último nível suas reflexões, trazendo para o concreto as abstrações iniciais. Na análise sobre o Brasil, ele insere, além dos conceitos já citados, outras categorias gramscianas, algumas já experimentadas em outros ensaios, como a noção de *revolução passiva*, e outras recentemente incorporadas ao seu arsenal teórico, como a *guerra de posições*. Para Coutinho, um dos grandes impasses do Brasil é a herança prussiana que sobrepõe todos os grandes momentos de transformação do país e que impõe a exclusão das forças populares. O prussianismo é, portanto, estrutural no Brasil, mas o amadurecimento do nosso capitalismo, a partir da lógica de socialização do poder que ele, contraditoriamente, cria, levaria à diminuição da distância entre Estado e sociedade e, por conseguinte, à possibilidade de superá-lo.

Coutinho critica a teoria etapista, que impõe a necessária passagem por certas etapas para a chegada ao socialismo. O que haveria, para ele, seriam momentos, momentos de evolução da sociedade que estariam combinados com o maior ou menor desenvolvimento da democracia. Um primeiro momento, necessário ainda na década de 1980 em que Coutinho escrevia, seria a conquista das liberdades democráticas; o segundo seria o aprofundamento dessa democracia formal e, por último, o momento do salto de qualidade democrático que se assentaria juntamente com o advento do socialismo. Como bem observa Mauro

lasi⁴⁴, negando o etapismo, mas reconhecendo que, por conta da adoção de uma via prussiana, nossa elite não teria realizado totalmente a revolução burguesa, Coutinho está indicando que “a plena realização de um projeto democrático popular é ao mesmo tempo o início do processo socialista”. Ou seja, o processo de revolução burguesa, com o fortalecimento dos valores liberais e humanistas - cuja ausência era evidente para Coutinho nas obras anteriores -, se confundiria ou aconteceria ao mesmo tempo em que a esquerda construiria os pressupostos para o socialismo.

A análise sobre o Brasil passa ainda por uma questão que Coutinho considera urgente: a integração de regiões e segmentos no processo de modernização econômica e social, bem como a realização de uma reforma agrária, “que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativada” (1980, p. 35). Nesse ponto, Coutinho retoma o tema da democratização econômica, que havia sido abordado brevemente no texto sobre capitalismo monopolista de Estado. Ele propõe que o aprofundamento da democracia deveria se dar tanto no âmbito político quando no âmbito econômico, e requereria a aplicação de medidas antimonopolistas, como a nacionalização de monopólios internacionais, e a participação de todos os envolvidos no processo de produção através de suas entidades representativas.

Obviamente Coutinho reconhece que não tem interesse, nem competência, para fazer um plano econômico detalhado, mas considera que a única forma de um plano como esse prosperar é sendo construído democraticamente através do debate com as forças interessadas e não sendo imposto, mais uma vez prussianamente, de cima para baixo.

O método que Coutinho propõe para a construção da hegemonia da classe operária é a guerra de posições, a partir do sentido que Gramsci lhe fornece, ou seja, a conquista paulatina de espaços dentro da sociedade civil, em um longo processo de batalhas pela construção do consenso majoritário. Mas, então, para que o consenso seja atingido é preciso que a esquerda estabeleça como valor

⁴⁴ Palestra proferida no seminário “Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo”, ocorrida entre os dias 11 e 13 de novembro de 2013, no Salão Pedro Calmon, Praia Grande, Rio de Janeiro/RJ. Organizadores: Marcelo Braz e Mavi Rodrigues, Marcos Botelho; Cezar Maranhão; Henrique Wellen. Disponível em: <http://youtu.be/17PRSocsmxM>.

estratégico, não só a democracia, mas também a busca constante da unidade, uma vez que:

a tarefa da renovação democrática, implicando a crescente socialização da política, a incorporação permanente de novos sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação social, não poderá ser obra de um único partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe social. (Ibid., p. 40).

A democracia socialista em Carlos Nelson Coutinho, portanto, é o último estágio de um progressivo processo de aprofundamento, a partir da criação de novos instrumentos de participação, da reformulação de antigos e da conquista de espaços pelas forças progressistas no seio da sociedade civil para a construção de uma hegemonia proletária.

Se de um lado isso impõe a busca constante da formação de consensos, de outro também significa a existência de minorias não abarcadas pelos consensos. O fato de a teoria democrática coutiniana conceber as liberdades democráticas como imprescindíveis não só para a conquista do poder, mas, sobretudo, para a manutenção do mesmo, implica no respeito a essas minorias, o qual Coutinho faz questão de pontuar: “talvez não seja inútil lembrar que maioria implica minoria, cujos direitos — na medida em que sua ação oposicionista não viole a legalidade constitucional democraticamente fundada — terão de ser respeitados” (Id., 1980, p. 40).

As limitações do ensaio mais famoso de Coutinho são evidentes e reconhecidas pelo próprio autor⁴⁵. *A democracia como valor universal* não possui o condão de criar novos conceitos para a teoria marxista de democracia. Apenas se utiliza daqueles já existentes no arcabouço marxista para analisar, sob a luz destes conceitos, a complexa conjuntura nacional e insculpir na esquerda brasileira a possibilidade do caminho democrático para o socialismo. Mas, apesar de limitado, o texto toca em alguns pontos delicados para a esquerda, especialmente para o PCB, como a possibilidade de reforma e revolução serem coisas coincidentes e não contrapostas, bem como na necessidade de uma política aliancista ampla, entre diversos grupos e partidos, em que não haveria somente um partido, nem somente uma corrente ideológica representando a classe operária.

⁴⁵ De acordo com Konder, Coutinho lamentou mais tarde que o texto, “na medida em que não sublinhava a importância do socialismo” e exaltava a democracia, se prestava para uma leitura liberal. (KONDER, 2008, p. 115).

1.2.4. A esquerda brasileira e o processo de redemocratização

O exílio das principais lideranças do PCB trouxe uma série de consequências negativas para o Partido em sua organização interna e, principalmente, na sua relação com os movimentos sociais que se desenvolviam no Brasil no fim da década de 1970 e início dos anos 1980. Isso se deve em grande parte à dificuldade dos comunistas em compreender, à distância, o que se passava de fato no país. Sem a compreensão da realidade, as táticas elaboradas eram, na maioria das vezes, surpreendidas pelo desenlace do real. Lima (1995) observa que em um primeiro momento o partido encarou com certa desconfiança as tentativas do governo em realizar uma “transição pacífica e segura”, o Comitê Central até meados de 1975 enxergava a distensão como uma manobra dos militares para tentarem cooptar setores democráticos por meio de acordos, dividindo a oposição e rearticulando as forças já desgastadas da ditadura.

Quando o partido, por meio de seu Comitê Central (CC), passou a aceitar a possibilidade concreta de abertura democrática, tendo em vista que as forças progressistas, agora mobilizadas e organizadas, davam sustentação a tal processo, o fez de uma forma conservadora. Ou seja, adotou uma política que tentava evitar confrontos considerados desnecessários, com o discurso de que assim se evitaria também derrotas desnecessárias que pudessem pôr em risco o processo de transição (LIMA, 1995). É o que se confirma das declarações de Hércules Côrrea, membro do CC até 1989:

O esforço que nós, da direção (...), devemos fazer, é para que o Partido não contribua para a desestabilização da vida política brasileira. Uma desestabilização que daria como resultado um reagrupamento (...) das forças de direita, (...) uma volta ao regime arbitrário (...). Em suma, evitar tensões reais que levem a ruptura desfavorável do movimento operário e das forças democráticas de um modo geral, como ocorreu em março de 1964. (CÔRREA, 1980, pp. 85/168/170/174).

Mas alguns movimentos viviam um período de radicalização em decorrência do próprio contexto que se colocava e não estavam dispostos a diminuir o ritmo pela preocupação dos comunistas. O movimento estudantil universitário e o movimento estudantil secundarista da época se incluíam nesse processo, os estudantes iam às ruas contra o regime em manifestações grandiosas e os pecebistas faziam críticas ao vanguardismo do movimento, entendendo que os estudantes não deveriam estar

à frente do combate à ditadura. Isso fez com que os outros grupos da esquerda – a exemplo do PCdoB – isolassem os poucos pecebistas que tentavam se inserir, de alguma forma, no movimento, levando o PCB a participar do movimento estudantil de uma forma totalmente residual, sem nenhuma capacidade efetiva de influenciar as diretrizes tomadas (LIMA, 1995). Assim, “incapazes de criar alternativas no ME (...), o PCB assistiria inerte ao fracasso de um de seus poucos setores sociais ainda não completamente contaminados pelo espírito burocrático dos altos escalões” (Ibid, p. 234).

Essa paralisia e incapacidade do partido de se inserir nos novos formatos de antigos movimentos sociais, que Konder (1980, p. 137) atribui “à uma desconfiança tendencialmente patológica ante a pluralidade de caminhos do processo de fortalecimento da sociedade civil”, acaba atingindo também a principal base do PCB antes do golpe de 1964: o movimento sindical. Os pecebistas observaram com atenção as greves sindicais que ocorreram em 1978, com grande força no ABCD paulista e também em outras regiões do país, tentando exercer a mesma influência que exerciam no movimento pré-1964. Mas, uma série de fatores fez com que eles se distanciassem dos grevistas e perdessem espaço para o novo partido que se desenhava, o partido dos trabalhadores.

À exemplo do que ocorreu no movimento estudantil, os comunistas tentaram frear a radicalização dos grevistas, sob o argumento de que a possibilidade de derrotas era demasiadamente grande, e isso acabaria por enfraquecer a luta democrática. Lima (1995) entende que a própria expectativa exacerbada da maioria do partido com relação à democracia e às eleições, que ele avalia que foi criada dentro do PCB pela influência da tese de democracia como valor universal, teria levado os pecebistas a minimizarem a importância das greves e do novo sindicalismo que se construía.

Além disso, havia de fato uma substancial diferença entre o modelo de sindicalismo que começava a ser praticado e àquele ao qual o PCB estava acostumado a trabalhar antes do regime militar. Maria Hermínia T. Almeida, em estudo sobre o fenômeno do novo sindicalismo, observa que:

O cerne de sua proposta foi a abolição da ingerência estatal no mundo do trabalho, consagrada na própria legislação, que plasmara nosso sistema de relações trabalhistas, nos anos trinta e quarenta, e potenciada pelos governos autoritários. Desta forma, o novo sindicalismo em gestação opôs-se à política de fixação pelo governo dos reajustes anuais de salário e

pregou a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação de organismos estatais. Para tomá-la possível exigiu a volta ao direito irrestrito de greve e a liberdade e autonomia sindicais, cerceadas pela legislação que impunha a tutela do Ministério do Trabalho entre as entidades de classe. Contra a lei que erigia os sindicatos fora das empresas, defendeu a criação de organismos sindicais nos locais de trabalho. Finalmente, em oposição a um sindicato burocratizado, oligárquico e pouco representativo, propôs um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático (ALMEIDA, 2008, p. 293-294).

Questionava-se, portanto, a própria estrutura sindical corporativista baseada na legislação fascista italiana, que atrelava os sindicatos ao Estado e lhes negava liberdade de organização e de negociação com as empresas. O que estava no centro da discussão para os grevistas eram os direitos dos trabalhadores, sobretudo, os direitos coletivos, lutava-se pela democracia dentro da fábrica, o que indiretamente levava à discussão sobre a questão democrática no país. Mas o PCB não via dessa forma, achava que qualquer pressão que pudesse haver contra os liberais e democratas, aliados pontuais na frente pela redemocratização, eram inoportunas e tinham origem no espontaneísmo do movimento que também não era bem visto pelos comunistas:

a possibilidade de ligação orgânica do PCB com aquele movimento de massas que acabara de rebentar dependia mais do que outra coisa qualquer da aceitação de sua espontaneidade radical, portanto, suscetível às aventuras e incertezas de todos os jovens movimentos. Mesmo [Luiz Werneck] Vianna que, no plano sindical, advogava maior independência do operariado em relação ao sindicalismo tradicional não escaparia ao raciocínio esterilizante, ao círculo vicioso, que postergava a ação política dos movimentos sociais imaturos para um momento posterior onde presumivelmente estariam em situação mais vantajosa (LIMA, 1995, p. 248).

Aos poucos ia se abrindo uma fenda entre o movimento sindical e os comunistas do PCB, que acabaria por se agravar com a iniciativa dos grevistas em apoiar a formação de um partido dos trabalhadores. Roberto Freire, que em 1978 se elegeu deputado federal pelo MDB e se tornaria presidente do PCB foi uma das lideranças comunista a participar do Encontro de São Bernardo⁴⁶ em 1978 onde se discutiu a estruturação do PT. Ele conta que naquele momento, o PCB se

⁴⁶ O Encontro de São Bernardo (1978), que na verdade aconteceu em Taboão da Serra em virtude da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo, reuniu lideranças do movimento sindical, de outros movimentos sociais e lideranças da Igreja. Foram discutidas diversas pautas, entre elas a necessidade de aproximação entre trabalhadores da cidade e do campo e a necessidade de criação de um partido político capaz de defender as demandas das classes populares. Cf. BOITO JR, Armando [et al]. O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

posicionou contrário ao movimento operário sindical assumir uma face partidária distinta da do partido das oposições, o MDB (FREIRE, 1989).

Os argumentos eram de duas naturezas, primeiro, se ressaltava a necessidade de manter uma unidade em torno da frente democrática organizada no MDB, e que a criação de outro partido naquele momento poderia levar ao enfraquecimento ou mesmo ao esvaziamento da frente⁴⁷. Segundo, tentava-se impingir que a divisão da representatividade da classe operária seria prejudicial à própria classe:

Não reivindicamos o monopólio da representação dos trabalhadores, embora lutemos legitimamente pela hegemonia no movimento operário (condição da futura hegemonia deste a sociedade). Mas, em nome dos interesses mesmos dos trabalhadores, que sempre soubemos defender, fazemos três perguntas: 1) é justo confundir as atividades do movimento sindical com as de um partido político, seja ele qual for? 2) A reação, os patrões, não tem um grande interesse na divisão política dos trabalhadores? 3) Não há risco de que certa confusão se estabeleça e de que forças e personalidades que atuam na esfera política manipulem em proveito próprio as melhores intenções de muitos desses companheiros? (“Um novo partido dos trabalhadores?”, *Voz Operária*, n.º 155, fevereiro de 1979, pág. 5 *apud* SILVA, 2005, p. 59).

Afora os argumentos oficiais, existia também, internamente, certa apreensão por parte dos comunistas com relação à criação do Partido dos Trabalhadores, por ele representar a primeira “alternativa partidária operária de fato, que não se dissolvia na cultura tradicional da esquerda (...), e ainda por cima instilava no MS [movimento sindical] uma crítica avassaladora à tradição comuno-populista anterior” (LIMA, 1995, p. 256). Era, assim, um novo fenômeno na política brasileira que os comunistas não estavam preparados para lidar: um partido verdadeiramente de massas que, dentro do movimento operário, mas não só nele, empurrava o PCB para a direita e ocupava o espaço de vanguarda que outrora fora deles (SILVA, 2005).

Alguns comunistas não enxergaram no PT nada além de um “esquerdismo desviante” e boicotaram as ações do partido no que puderam, inclusive se aliando com alas conservadoras do movimento operário (SILVA, 2005), e, outros, viram no

⁴⁷ Nesse sentido, Freire afirmou sobre o movimento operário: “Para o PCB, todo aquele movimento deveria ser dirigido para o interior do MDB de modo a comprometê-lo com a emergência do novo ator que então se habilitava para a disputa do jogo político”. E ainda, “contrapomos à idéia de um movimento isolado mais progressista a necessidade da unidade para derrotar o regime militar” (1989, p. 172).

PT um novo fôlego para a esquerda brasileira, como foi o caso de Carlos Nelson Coutinho.

Mas, independentemente do PT, a situação delicada do PCB era reconhecida por seus membros. Contribuía para isso as disputas internas acirradas pelo exílio e a ligação com a classe operária que ia se tornando precária, uma vez que os pecebistas não conseguiam lidar com as novas configurações que os movimentos sociais estavam assumindo e com a realidade complexa que a redemocratização possibilitava.

A saída de Prestes do Partido agravou ainda mais a situação, já que “O Cavaleiro da Esperança” possuía ainda grande prestígio na base do partido e mesmo na sociedade como um todo. A *Carta aos Comunistas* escrita por ele à direção do PCB em março de 1980 levou uma série de militantes a também saírem do partido, seja pela influência pessoal do líder ou mesmo por concordarem com as razões que o levaram a se retirar. Na carta ele ataca a política aliancista adotada pelo partido para levar adiante a abertura democrática e, com isso, parece querer atacar também o discurso democrático que estava sendo adotado pelo partido e que, em grande parte, se devia à influência de Coutinho e dos renovadores *eurocomunistas*. Diz Prestes:

Nós, comunistas, não podemos abdicar de nossa condição de lutadores pelo socialismo, restringindo-nos à suposta "democracia" que nos querem impingir agora os governantes, nem às conquistas muito limitadas alcançadas pela atual "abertura", que na prática exclui as grandes massas populares (...). Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores. Ao contrário, para os comunistas, a luta pelas liberdades políticas é inseparável da luta pelas reivindicações econômicas e sociais das massas trabalhadoras (PRESTES, 1980, s/n).

As críticas de Prestes ao Partido eram de toda ordem, mas a adoção da democracia como valor estratégico era uma das principais. Mesmo antes de sua saída, sua filha Anita Leocádia Prestes, que diante do isolamento do pai⁴⁸ passou a falar como porta voz dele, fez severas críticas à estratégia adotada pelo PCB. Segundo ela, um dos erros que estava levando ao retraimento do partido tinha

⁴⁸ Prestes foi afastado da direção do Partido por motivos de saúde, como era de costume, e após isso permaneceu isolado das discussões partidárias até a sua saída em março de 1980.

fundamento na “progressiva penetração da democracia burguesa na estratégia do PCB, que com isso perderia seu conteúdo classista e a perspectiva do ‘salto revolucionário’ na direção de uma sociedade socialista” (*apud* SILVA, 2005, p. 69). De outro lado, ela concordava com Konder quando este dizia que o caráter democrático do PC brasileiro não tinha origem em eventual “desvio eurocomunista”, mas sim em um processo mais antigo, anterior inclusive ao eurocomunismo, de aprofundamento progressivo da discussão em torno da questão democrática (*Ibid.*).

A questão democrática era também o centro das discussões entre os dois grupos que disputavam a hegemonia do partido após a saída de Prestes: *centristas* e *renovadores*⁴⁹. Num primeiro momento, a convergência entre os dois grupos foi importante, inclusive, para combater os resquícios da ortodoxia prestista. Ambos compreendiam que o país vivia a concretização da revolução burguesa na seara econômica, com a entrada no estágio do capitalismo monopolista de Estado e que, com a questão econômica superada, cabia às forças progressistas lutar pela concretização dos aspectos políticos da revolução burguesa, a começar pelas liberdades democráticas (CARONE, 1982)⁵⁰. No entanto, havia também bons motivos que opunham esses grupos, ao ponto da permanência dos dois se tornar insustentável, pelos menos para alguns comunistas, como Coutinho, que, não vendo possibilidade na mudança substancial das concepções adotadas pela direção do Partido, optou pela desfiliação.

A saída de Carlos Nelson, junto de Leandro Konder e de tantos outros comunistas se deu em meio a um processo de disputa interna complexo. Não se pode afirmar com plena convicção os motivos concretos que levaram Coutinho a sair, uma vez que ele não deixou uma carta como Prestes, nem deu declarações

⁴⁹ Alguns autores entendem que nunca existiram os renovadores enquanto grupo, mas que o que se denomina renovadores era apenas “uma ampla reunião de descontentes com os rumos do partido, representantes de diversas tendências, unificados em torno da luta contra a direção pecebista e do ideal de democratização do partido” (SILVA, 2005, p. 82). Sem desconsiderar a possibilidade de existência desse grupo mais amplo, o que se entende aqui por renovadores é o grupo mais ou menos homogêneo formado em torno de Armênio Guedes no exílio e que depois se ampliou no Brasil, que tomava por base o ideário eurocomunista.

⁵⁰ No mesmo sentido, Lima entende que “apesar da diversidade de opiniões e posturas agrupadas em torno do movimento de modernização gradual do partido, (...), o projeto *centrista* não deixaria de ter uma visão estratégica bem definida que se encaixava na perspectiva soviética, com base na continuidade da revolução burguesa – ponto em comum com o eurocomunismo – e na ampliação dos espaços do proletariado para a conquista do socialismo” (LIMA, 1995, p. 287).

claras sobre suas razões⁵¹; ainda assim, é possível inferir algumas conclusões a partir dos elementos concretos que estavam postos na época. Um primeiro elemento se refere à discussão em torno da democracia. Como já foi dito anteriormente, Armênio Guedes (2013) ressaltou, em seu livro de memórias, que o Comitê Central nunca chegou a fazer uma discussão séria acerca da questão democrática e isso se refletia nos Congressos do Partido. Havia uma impossibilidade dos renovadores discutirem aprofundadamente a noção de democracia, diante da incapacidade de elaboração dos outros grupos sobre o tema (LIMA, 1995).

Assim, a superficialidade das discussões aliada ao dogmatismo “marxista-leninista”, ainda muito presente, descambava, com frequência, para a vulgarização das questões aliadas à democracia. Nesse processo, o eurocomunismo se tornou uma alcunha negativa, algo identificado com o reformismo ou puro oportunismo, como observa Konder:

Temer foi o primeiro a perceber que no PCB não havia espaço para as nossas idéias. De retorno ao Brasil, os dirigentes tratam logo de reassumir o controle da ‘máquina’, do ‘aparelho’ do partido. Começaram a usar com extraordinária frequência o termo ‘eurocomunismo’, que desqualificava o sujeito criticado, caracterizando-o como o adepto de um programa flexível, preconizador de um avanço feito através de reformas, em compromisso com o pluripartidarismo. Desvelando uma contradição escandalosa, a direção do PCB, um partido inequivocadamente reformista, passou a acusar seus dissidentes de serem ‘reformistas’, ‘oportunistas’ e ‘eurocomunistas’. (KONDER, 2008, p. 114).

Além da disputa ideológica, nas questões mais imediatas do partido, também os renovadores passaram a ter dificuldades. A direção, em fins de 1978, resolveu intervir na *Voz Operária*, retirando Guedes da direção do jornal. Tempos depois seria a vez de tirá-lo da Comissão Executiva do Comitê Central (CECC), cargo importante que Guedes tinha exercido durante todo o período no exílio e que o permitia conseguir alguns avanços para os renovadores. Mas, seu perfil conciliador e, talvez a idade avançada, fizeram com que ele aceitasse a intervenção “branca” que estava sendo dada no grupo. Segundo Milton Temer, nesse momento, o grupo ficou “sem pai nem mãe” e ele achou melhor se retirar (*apud* LIMA, 1995, p. 282).

De fato, a direção procurava articular sua hegemonia no partido, impedindo que os renovadores tomassem posições. O VII Congresso que deveria ter sido

⁵¹ Em algumas entrevistas, ele chegou a afirmar apenas que ele e Konder em determinado momento chegaram à mesma conclusão: não dava mais para permanecer no PCB.

realizado em 1982⁵² foi um exemplo disso, segundo Gilvan Cavalcanti Melo, a direção passou a prorrogar o congresso por medo da força que poderia ter os renovadores, “queriam ganhar tempo para organizarem melhor o partido, tomarem os contatos dos Estados, montarem uma máquina para manter a direção” (*apud* SILVA, 2005, p. 82). Curiosamente, a posição de substantivação da democracia dentro e fora do partido, que havia sido escrachada pelos centristas na década de 1980, acabaria sendo assumida – em certa medida - por eles no início da década de 1990 durante o processo de transformação de PCB em Partido Popular Socialista (PPS)⁵³. Mas já era tarde, a maioria dos intelectuais renovadores já estava fora do partido e muitos deles contribuía no debate teórico gestado em torno do PT.

1.2.5. Democracia sob a ótica eurocomunista

Durante o processo de enfraquecimento do PCB, por conta das disputas internas e do afastamento dos movimentos sociais, Carlos Nelson Coutinho foi consolidando suas concepções eurocomunistas. Entre 1979, ano em que retornou ao Brasil e 1982, ano em que se desligou formalmente do Partidão, ele produziu vários textos que abordam direta e indiretamente o que considerava ser “o representante contemporâneo das melhores tradições do movimento comunista” (COUTINHO, 1984, p. 114). Mas ele não estava sozinho nessa empreitada, como se viu havia um grupo de intelectuais marxistas que fomentavam as ideias eurocomunistas no Brasil⁵⁴ e, aos poucos, iam influenciando as posições dentro do PC brasileiro e mais fortemente, do novo partido que se formava: o Partido dos Trabalhadores.

⁵² O Congresso se iniciou em 1982, mas foi encerrado apenas em 1984 por conta da intervenção policial.

⁵³ Segundo Konder: “Os dirigentes do PCB nos excluíram do partido e, depois de algum tempo, acabaram assumindo nossas posições. (...) Numa entrevista ao Jornal do Brasil em 9/6/1991, perguntaram [a Roberto Freire] o que o partido pretendia fazer com os excluídos que tinham defendido, com antecipação de alguns anos, o modelo de partido fora finalmente adotado. Roberto Freire respondeu: Nós tratamos mal os excluídos por causa da luta interna. Fizemos uma conciliação interna em detrimento da renovação defendida por gente como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Nós os chamávamos jocosamente de Partido Comunista de Ipanema. Agora precisamos deles ao nosso lado” (KONDER, 2008, p. 148-49).

⁵⁴ Em estudo sobre o eurocomunismo no Brasil e sua influencia no PCB, Raimundo Santos aponta autores como Armênio Guedes, Ivan Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Weneck Vianna, além do próprio Carlos Nelson Coutinho. Cf. SANTOS, Raimundo. Comunismo e Cultura Política. Estudos Sociedade e Agricultura, 4, julho 1995: 28-49.

Como corrente teórica, o eurocomunismo foi adotado por marxistas em vários países do mundo, não se constituindo obviamente em uma corrente homogênea, comportando interpretações destoantes em determinados pontos. Por isso, passa pelo processo de compreensão da construção do conceito de democracia em Carlos Nelson Coutinho, a definição do que o autor entendia como eurocomunismo, ou melhor, o quanto de sua obra é influenciado pelo eurocomunismo. Para esse fim, utilizaremos a concepção de Lúcio Lombardo Radice, intelectual comunista italiano, a quem Coutinho (1984) faz referência expressa em seu texto *Duas notas sobre o eurocomunismo*. Radice (1982, pp. 16-17) elenca três princípios que teriam sido incorporados por Togliatti quando da elaboração de uma nova estratégia para o PCI em 1944, e que seriam essenciais para a definição do eurocomunismo, especialmente por se oporem ao leninismo: 1) a defesa da democracia como estratégia e não como tática; 2) a construção de um “partido novo”, diferente daquele defendido por Lênin; 3) a defesa de uma república democrática e não a destruição do Estado existente.

A confluência que esses pontos possuem com a produção teórica de Coutinho no período é notória. Os temas abordados pelo autor podem ser enquadrados em três grandes assuntos que guardam relação direta com os princípios expostos por Radice: democracia, partido revolucionário e transição ao socialismo.

Em *Sobre a “questão democrática” em Marx e em alguns marxistas* (1984)⁵⁵, Coutinho procura estabelecer uma relação de continuidade e, ao mesmo tempo, de superação dialética entre as noções de democracia contidas na obra de Marx, Rosa Luxemburgo, Lênin, os austromarxistas, Gramsci, Togliatti e, por fim, os eurocomunistas.

O autor se utiliza da obra do jovem Marx⁵⁶ para apontar que a essência da democracia política, “das promessas contidas nas grandes revoluções

⁵⁵ O texto foi escrito em 1982 e publicado em 1984.

⁵⁶ Há no pensamento de Marx um momento juvenil em que as noções que fundamentariam o materialismo histórico estão ainda sendo elaboradas. Neste período ele escreve dois textos importantes em que aborda o tema da democracia, notadamente a oposição entre a democracia existente e uma democracia ideal: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843) e *A questão judaica* (1843). Alguns marxólogos, como Althusser, entendem que os textos deste período conteriam apenas “auspícios radical-democratas” e que as noções presentes nestes escritos teriam sido totalmente superadas pelas obras posteriores de Marx, outros, como Korsch, enxergam certa unidade na obra de Marx.

democráticas”, seria o “fim do monopólio do poder, da apropriação individual do poder de Estado” (Ibid., p. 54). Obviamente que esse processo de socialização da política e do poder no capitalismo se revestiria sempre de um aspecto ilusório, fundado em uma igualdade formal, mas, ao mesmo tempo, em uma desigualdade real; por isso, Coutinho concorda que a crítica de Marx aos limites de uma democracia puramente formal permanece plenamente válida.

Do mesmo modo que procura na juventude de Marx, fundamentos que o autorizem a chamá-lo de democrata, também em Gramsci ele defende a necessidade de integração entre os conceitos do jovem e do Gramsci da maturidade. Em um curto texto intitulado *Os conselhos de fábrica no jovem Gramsci* (1984)⁵⁷, Coutinho chama a atenção para as formulações elaboradas pelo marxista sardo com base nas experiências de autogestão operária ocorridas em Turim/Itália, entre os anos de 1919 e 1920. Segundo ele, apesar de possuir alguns pontos problemáticos, há de se destacar “o interesse de suas reflexões sobre a possibilidade e a necessidade da democracia de base no âmbito das fábricas” (COUTINHO, 1984, p. 49), como uma forma de conceber o auto-governo dos trabalhadores.

Afora a necessidade de uma democracia de base nas fábricas, Coutinho ressalta outros pontos de Gramsci que, segundo ele, fazem parte do arcabouço teórico marxista sobre democracia. Em primeiro lugar, Gramsci teria ampliado a teoria de Estado herdada de Marx, mas mantido seu núcleo essencial: o caráter de classe e o momento repressivo. Em Gramsci a sociedade civil estaria inserida na infraestrutura e não na superestrutura, o que traria como consequência prática uma maior autonomia da sociedade civil e faria da sociedade civil uma “esfera própria, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito” (1984, p. 53). Diante disso, a transição em Gramsci pressuporia a criação de uma sociedade regulada, em que desapareceriam os aparelhos coercitivos à medida que o Estado ia sendo absorvido pela sociedade civil e seus organismos de massa.

Coutinho não exclui a possibilidade de uma transição revolucionária abrupta, mas dá indícios de que esse não seria o caminho “natural” dentro de um processo gradual de aprofundamento democrático. Ele chega mesmo a constatar que o

⁵⁷ Texto escrito em 1981.

próprio Marx admitiu que em certos países havia a possibilidade de se conceber uma “transição pacífica, até mesmo parlamentar, para o socialismo” (1982a, p. 60). Em outro texto, incorporando mais densamente Togliatti a suas formulações, ele entende que

O caráter progressivo da transição não anula as confrontações, os choques, as rupturas; mas os situa no quadro de uma concepção processual, dialética, do avanço para o socialismo; a própria ruptura revolucionária é vista como um processo, e não como um momento isolado no tempo (1980, p. 105).

Diante de um quadro de disputas e conquistas progressivas da classe operária, o partido possui a mesma tarefa que sempre possuiu dentro da teoria marxista de partido: organizar e orientar a luta dos trabalhadores. Mas diferente do partido leninista, de vanguarda, altamente centralizado e disciplinado, as novas nuances que a luta assume, dentro da teoria eurocomunista, exigem um partido de novo tipo.

Nesse ponto, Coutinho adere integralmente à proposta de Togliatti, que entende ser preciso que o novo partido se oriente pela linha política da democracia progressiva e que se estruture a partir de uma lógica totalmente diferente daquela que fundamentava o partido nos períodos de perseguição e de trabalho clandestino. “Não podemos mais ser uma pequena, restrita associação de propagandistas das ideias gerais do comunismo e do marxismo. Devemos ser um grande partido, um partido de massa” (TOGLIATTI *apud* COUTINHO, 1980, pp. 105-106).

Mas, o pulo do gato do eurocomunismo, para Coutinho, está na articulação entre a obra de Gramsci e a de Togliatti, a partir da combinação do conceito gramsciano de hegemonia e da noção togliattiana de pluralismo. Segundo o autor, é nisso que consiste a importância do conceito formulado por Togliatti de *democracia progressiva*, ela permite que a guerra de posições, “a necessária luta prévia pela hegemonia e pelo consenso nas formações sociais onde exista uma sociedade civil poderosa e complexa”, ganhe uma dimensão mais concreta ao se articular com o pluralismo (Ibid., p. 67). Nesse ponto, o próprio Radice reconhece que Togliatti, discípulo de Gramsci, foi além de seu mestre, uma vez que Gramsci concebeu a “hegemonia proletária como ‘ditadura democrática’ de uma classe e, provavelmente, de um só partido” (1982, p. 93).

CAPÍTULO II: 1983 – 2002

2.1. Os anos sem partido

2.1.1. A esquerda brasileira e a democracia em disputa

O Brasil que se abre às novas perspectivas democráticas é também o Brasil que encerra um ciclo de mais de vinte anos de regime militar, sem propriamente ter superado todo o arcabouço autoritário construído durante o período. A crise do regime é resultado de um misto de fatores, desde o isolamento social, a incapacidade de adaptar-se pela rigidez da estrutura montada pelos militares, até a existência de muitas divisões internas e o início do debilitamento ideológico (SADER, 1985). A democracia não estava na ordem do dia só no Brasil, eventos como a revolução sandinista em 1979 na Nicarágua e a posição do governo Carter nos Estados Unidos em apoiar o declínio dos regimes ditatoriais da América Latina favoreciam o discurso democrático (REIS, 2007).

Dentro desse processo de crise se constituiu a nova força política que daria substância ao coro democrático a partir da junção de um novo tipo de sindicalismo, que rejeitava a tutela do Estado, às demais forças de resistência à ditadura que se organizavam na sociedade civil, formadas não só pela esquerda, mas por pessoas e organizações de perfil liberal e democrático (SADER, 1985). Eder Sader acrescenta a este cenário um terceiro elemento que contribuiu para o esfacelamento do regime e se constituiu, num primeiro momento, como a única força capaz de conquistar o poder estatal: a oposição institucional que desde 1974, primeiro como MDB e depois como PMDB, “transformou-se em depositário do voto de protesto” (1986, p. 55).

Porém, se de um lado “as condições de crise de um regime estão condicionadas pelas características do regime que se esgota, [por outro lado], a forma que essa crise assumirá define os parâmetros do novo regime” (SADER, 1985, p. 138). No caso brasileiro, isso fica evidente ao observarmos que o tipo de transição democrática ocorrida aqui, sem rupturas essenciais em decorrência da correlação de forças constituídas durante a crise, guarda relações diretas com as características que a Nova República assumiu. Uma transição sem rupturas, além de contribuir para a cooptação de atores e forças para junto do Estado, numa tentativa dos detentores do poder em diminuir os riscos da transição (CHAUÍ, 1986); também

favorece “soluções de caráter híbrido, combinando traços da ditadura e de um regime de compromisso policlassista que incluía setores populares na aliança, mas numa posição claramente subordinada, sob direção da grande burguesia” (SADER, 1985, p. 141). Estes fatores fizeram a esquerda, especialmente dentro da academia, debater o quão nova era a “Nova República”. Se de um lado, haviam aqueles que preferiam dar ênfase à importância das mudanças ocorridas, de outro estavam os que sustentavam o caráter conservador do novo regime⁵⁸. De qualquer forma, a esquerda reconhecia que a nova república possuía legitimidade e que, além disso, abria espaço para que novas organizações de cunho popular e democrático se fortalecessem.

A Campanha pelas Diretas significou o tiro de misericórdia no regime militar, retirando “o que ainda havia de coesão (...) e [preparando] as condições para a sua substituição” (SADER, 1986, p. 55). A campanha teve início com o primeiro grande comício realizado no estádio do Pacaembu em 1983, com gritos de guerra de “Presidente, quem escolhe é a gente”, e, já em abril de 1984, eram cerca de 1,5 milhão de pessoas reunidas no Vale do Anhangabaú (REIS, 2007). O PMDB foi quem propôs a emenda constitucional em 1984 que restauraria o voto direto, mas, logo o PT conquistou o protagonismo do movimento pelas Diretas, através da sua militância nas ruas (SECCO, 2011).

Apesar da pressão popular, a emenda não foi aprovada, demonstrando a fragilidade da oposição que naquele momento era formada por PMDB, PT, PDT e PTB. Enquanto o PT e os setores mais progressistas do PMDB acreditavam na intensificação da pressão nas ruas como meio de chegar à redemocratização, a ala mais conservadora do PMDB, que constituía sua maioria, já articulava uma alternativa “pelo alto” caso a emenda não passasse, a alternativa seria a eleição

⁵⁸ Para exemplificar: em debate ocorrido em novembro de 1985, na PUC de São Paulo, Marilena Chauí defendeu que “as mudanças [estavam] apenas nas formas visíveis de comportamento, mas não nos pontos essenciais, como, por exemplo na questão da terra; das Comunicações; da Energia. Nestes temos uma reedição contínua da Velha República”. (CHAUÍ, 1986, p. 77-78). Enquanto para Eder Sader “(...) o quadro da Nova República, constituído por um novo sistema de dominação. Um novo sistema que não é fundado na busca da ‘ordem e desenvolvimento’, mas na retórica da ‘democracia e justiça social’. Tal retórica não é apenas mistificação. Há uma necessidade interna de responder a essas aspirações, pois é nela que se funda a sua própria legitimidade. Por isso ela não pode aplicar a mesma política do passado, e isso constitui uma enorme mudança” (SADER, 1986, p. 56).

indireta de Tancredo Neves, com José Sarney de vice⁵⁹, por meio da chamada “Aliança Democrática” (KINZO, 2001).

Com a morte de Tancredo antes mesmo de tomar posse, Sarney assume a presidência da República como primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar. A origem aristocrata e o perfil conservador do político maranhense reduziu ainda mais a esperança da esquerda com relação às mudanças desejadas:

Como consequência, além de a Nova República - como passou a ser chamado o restabelecimento do governo civil - ter resultado de um acordo entre setores moderados da oposição e dissidentes do governo, sem o respaldo do voto popular, com a morte de Tancredo um outro complicador iria se antepor à democratização. Significava que a Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis, especialmente para um presidente que teria de enfrentar uma crise econômica e social que se avolumava. Assim, Sarney tomou posse sem um plano de governo propriamente dito e com um sério déficit em legitimidade: uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez governar - o PMDB. (KINZO, 2001, p. 7).

Sem grandes expectativas com relação ao Executivo Federal, as forças populares e democráticas centraram esforços na bandeira da Constituinte, que era vista por alguns como um espaço possível, aberto na sociedade naquele momento, no qual, a depender da correlação de forças, poderia haver a redefinição da sociedade brasileira (SADER, 1986b). Nesse sentido, Emir Sader afirmou na época:

A Constituinte é a mais nova unanimidade nacional. Isso é bom, num país onde os direitos humanos e os de cidadania são normalmente desrespeitados, constitucional e inconstitucionalmente. A ausência de um grande movimento nacional e popular na história do país refletiu-se no atraso do processo de constituição do povo como força democrática que polarize a vida política do país e atue como sua protagonista central. O processo constituinte pode contribuir para isso. (1985, p. 128).

Mas as expectativas com relação à Constituinte esbarravam em discussões acerca da forma como deveria ser conduzido o processo. A esquerda pleiteava a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita exclusivamente para

⁵⁹ José Sarney foi presidente da ARENA e senador pelo mesmo partido entre os anos de 1971-1979, partido que dava sustentação política ao Regime Militar. Depois foi presidente do PDS, partido que sucedeu a ARENA após a sua extinção. Em 1984 Sarney se desliga do PDS e filia-se ao PMDB, concorrendo à vice presidência por um partido ao qual não tinha nenhuma ligação e ao qual, em tese, ele sempre foi opositor (KINZO, 2001).

elaborar a nova carta e que seria dissolvida após isso, como forma de garantir uma Constituinte livre e soberana (MOISÉS, 1986).

No entanto, as forças conservadoras articularam a aprovação de um Congresso Constituinte, no qual os eleitos eram ao mesmo tempo congressistas e constituintes, ou seja, durante alguns dias da semana votavam as matérias ordinárias e em outros discutiam a Constituição, permanecendo no mandato após a promulgação da nova Carta Magna. Além disso, discutia-se sobre a desproporcionalidade da representação na Constituinte, na forma como havia sido pensada, em que estados mais populosos e também mais desenvolvidos economicamente e socialmente, teriam o mesmo peso de estados menos populosos e menos desenvolvidos (Ibid.). Por estes e outros motivos, o Partido dos Trabalhadores, os sindicatos, as Comunidades Eclesiais de Base e o Plenário Pró-participação Popular cogitaram não participar da Constituinte⁶⁰.

Havia muitas expectativas com relação à nova Constituição por parte da esquerda. Esperava-se que ela desse conta de questões concretas como a declaração de uma série de direitos sociais, a resolução de antigos problemas como a reforma agrária e a liberdade sindical (SADER, 1985), e ainda que rompesse com a ordem elitista, se constituindo através de um amplo e democrático debate com a população⁶¹ (SADER, 1986a). A maior parte disso não se concretizou, mas, ainda assim, os ganhos no campo dos direitos sociais foram inegáveis, especialmente se comparado às demais constituições da história brasileira. Segundo Daniel Aarão Reis (2007, p. 10), isso se deu graças a eficiência da pequena bancada petista⁶² que, juntamente com os deputados de esquerda do PSB, PCdoB e PDT surpreenderam as forças da direita, inicialmente desorganizadas; e, ao final,

⁶⁰ No final, todas estas forças optaram por participar da Constituinte e deram contribuições significativas para a elaboração do texto que seria aprovado. Apesar das conquistas em alguns setores, como no campo dos direitos sociais, o PT avaliou que não deveria votar favorável à Nova Constituição, orientando seus representantes à votarem não, mas à assinarem a Carta Constitucional. O PT foi o único partido a apresentar uma proposta de constituição.

⁶¹ Interessante observar que Eder Sader defende, já em 1986, a ideia de que se não houvesse um rompimento com a ordem elitista no processo da Constituinte, haveria um processo de despolitização, pela distância da população com a política, gerando uma descrença generalizada. Se referindo à disputa pela prefeitura de São Paulo em 1985, onde figurava como candidato o famigerado Jânio Quadros, ele diz que esse processo de despolitização poderia levar a população a eleger um novo messias. Não podia imaginar que a previsão viria nas eleições presidenciais de 89.

⁶² Reis compara a bancada petista na Constituinte de 88 com os deputados comunistas constituintes de 1946, que compensavam “o pequeno número com uma presença ativa e eficaz” (REIS, 2007, p. 10).

conferiram à Constituição aprovada “um caráter progressista, comprometida com o Estado de Bem-Estar Social e com as concepções nacional-estatistas tradicionais entre as esquerdas brasileiras”. Movidas à pequenas vitórias em um terreno de constantes disputas, as forças populares iam chegando ao final da década de 80 com a sensação de que ainda havia muito a ser feito. A própria construção da democracia era um processo que ainda estava em aberto, mesmo com a nova Constituição garantindo uma série de liberdades democráticas e com a perspectiva da realização das eleições diretas para Presidente em 1989; a esquerda queria mais.

A principal crítica da esquerda à Aliança Democrática estava no fato de ela confundir “liberalização das regras autoritárias com o processo de democratização real” (MOISÉS, 1986, p. 107). Ou seja, de ela não ter sido capaz ou, talvez, de não ter sequer tentado aprofundar o debate sobre a democracia, superando as questões formais, de alternância do poder e eleições diretas, e avançando também na discussão sobre a participação efetiva das massas nos processos decisórios. Por outro lado, a esquerda estava ciente de que essa tarefa, de dar à democracia um conteúdo mais substancial, deveria ser feita pelos trabalhadores, uma vez que no Brasil, diferentemente da Europa, a burguesia não realizou a “revolução democrática” e sequer se apropriou da tradição do liberalismo clássico para se construir enquanto classe; optando, sempre que necessário, por estabelecer relações escusas com o autoritarismo (Ibid.). A esperança dos intelectuais da esquerda de que as classes populares fossem capazes de operar um aprofundamento democrático era alimentada pelo processo de formação do mais novo ator político brasileiro, o Partido dos Trabalhadores.

2.1.2. Os primeiros anos do PT e a democracia interna

A base social do Partido dos Trabalhadores foi constituída, essencialmente, pelos mesmos movimentos sociais que se fortaleceram na resistência à ditadura e durante o processo de abertura. Esses movimentos se dividiam em três grupos principais: as comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica que tinham sua matriz discursiva amparada na teologia da libertação, doutrina que, segundo Reis (2007, p. 3) “tinha a ambição de elaborar uma síntese revolucionária anti-capitalista entre cristianismo e marxismo”; o novo sindicalismo ou sindicalismo

autêntico, surgido no contexto das greves operárias de 1978; e ainda os grupos de esquerda, de base teórica marxista, que, marcados pela crise do socialismo real, procuravam se integrar à novos partidos (SADER, 1988). Lincoln Secco (2011) acrescentou a estes três grupos, outros dois, de importância secundária, mas não menos merecedores de atenção: políticos já estabelecidos no MDB e intelectuais com posições liberais radicalizadas.

O PT surge, oficialmente, em 10 de fevereiro de 1980, apesar das articulações em favor da sua criação remontarem a 1978. Os primeiros anos do partido foram vistos com grande expectativa pelas forças progressistas. Houve quem comparasse Lula, principal liderança do partido, com o líder oposicionista polonês Lech Walesa, seja pelo poder de mobilização, seja pela posição crítica que Lula e o PT mantinham em relação à União Soviética (Ibid.). Aliás, nisso residia uma das grandes novidades do PT, um partido que se auto intitulava de esquerda, mas que refutava as duas principais tradições da esquerda brasileira: o trabalhismo e o comunismo (REIS, 2007). Mas afinal, qual seria a matriz ideológica do novo partido? A resposta a essa pergunta não seria dada *a priori*, uma vez que afora a busca do socialismo – num horizonte distante - e da democracia – como tarefa imediata - elencados no seu primeiro Manifesto (1980)⁶³, as demais questões estavam, propositalmente, abertas à discussão. A linha ideológica do PT seria construída, portanto, na disputa diária entre os diversos grupos que compunham o partido e que mais tarde se aglutinariam em um sem número de tendências.

Cada um desses grupos teve sua parcela de importância na configuração inicial do novo partido, seja através das discussões internas, da influência na elaboração dos textos base e resoluções do partido ou ainda pela capacidade de mobilização popular. Mas a relação entre forças com características tão distintas não seria fácil⁶⁴. A bem da verdade o que possibilitou que o PT ultrapassasse os anos iniciais, de intensas discussões sobre a formatação do partido, foram as concessões feitas por todos, em um sincero esforço para que o partido fosse viabilizado. Reis (2007) lembra que a maioria dos primeiros cargos do partido foram dados às lideranças sindicais, em um claro reconhecimento dos militantes e intelectuais

⁶³ Analisando os primeiros documentos do PT, Lincoln Secco diz que eles refletiam “uma mistura de redação trotskista com aportes sindicalistas” (2011, p. 36).

⁶⁴ Segundo Reis, “para alguns críticos, havia ali um ecletismo insustentável, de curto fôlego. Mas para os mais entusiasmados, estava nascendo o primeiro partido socialista do século XXI”. (2007, p. 6).

marxistas da importância do movimento sindical para a construção do partido; mesmo que muitas vezes tenha sido necessário “passar ao largo de, ou esquecer, certas derrapagens, declarações imprecisas ou tiradas francamente estranhas às tradições de esquerda, atribuídas à inexperiência ou à franqueza proletária dos líderes operários” (Ibid., p. 4-5).

Algumas discussões internas do partido em seus anos iniciais instigaram as bases e merecem ser citadas pela importância que possuem. A primeira delas foi a definição sobre qual seria o eixo principal do PT, se seria a linha político-eleitoral, como os demais, ou se ele se constituiria em algo extremamente novo para a política brasileira, centrando esforços nos movimentos sociais e deixando em segundo plano a questão eleitoral, gerando uma situação onde vereadores e deputados eleitos seriam “um braço parlamentar dos movimentos sociais” (Ibid., p. 6). No entanto, a discussão acabou não prosseguindo, porque as condições concretas demonstraram que o PT possuía uma boa capacidade eleitoral, conquistando inúmeros cargos já na sua primeira experiência eleitoral em 1982⁶⁵.

Outra discussão que ganhou vulto e acabou se estendendo mais do que a primeira tratava de um tema clássico do marxismo: partido de quadros ou partido de massas? A dicotomia que vinha principalmente da teoria leninista de partido foi discutida em vários encontros do PT, demonstrando que a esquerda tradicional, apesar de pequena numericamente, exercia grande influência nas definições ideológicas do partido⁶⁶. Essa questão foi resolvida no V Encontro Nacional em 1987, onde a distinção foi dissolvida, afirmando-se, em linhas gerais, que “nem era desejável um partido de massas acéfalas e com um frouxo relacionamento com as organizações internas e nem uma agremiação de dirigentes iluminados e distantes da população” (SECCO, 2011, p. 83).

Na resolução dos conflitos internos o PT adotou um método chamado pelos dirigentes de “consenso progressivo”, em que os pontos de divergência eram discutidos em debates cumulativos e, se necessário, postos provisoriamente em suspensão até que o consenso fosse atingido (RICCI, 2004).

⁶⁵ Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o PT elegeu em 1982, 13 deputados estaduais e 8 deputados federais. Cf. www.tse.jus.br.

⁶⁶ Secco observa que no Primeiro Congresso do PT (1991) apenas 10,4% dos participantes pertencia a grupos marxistas (2011, p. 47). Mas por outro lado, ele reconhece que a elaboração teórica e os jargões da esquerda se impuseram nos primeiros dez anos de partido.

O respeito ao pluralismo e à democracia estiveram presentes no discurso do PT desde antes de sua fundação, e, já a Carta de Princípios elaborada pelo Movimento Pró-PT em 1979, asseverava: “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo” (1979). A estrutura montada pelo partido era, de fato, voltada para atingir uma ampla participação dos filiados, baseando-se não apenas em uma democracia formal, de eleição de diretórios e executivas, mas na articulação entre elementos da democracia formal e da democracia participativa, como plenárias e reuniões ampliadas⁶⁷.

Outras características do Partido dos Trabalhadores engrossavam o caldo democrático. Uma delas, a possibilidade de organização dos filiados em tendências⁶⁸, constituiu-se, segundo Secco (2011), em verdadeira inovação na histórica política nacional. Serviu para pôr fim à discussão sobre um possível caráter frentista do PT, na qual integrantes de organizações de esquerda viam o partido apenas como um espaço institucional para difusão das ideias defendidas por suas organizações, criando uma situação de dupla militância⁶⁹.

A regulamentação das tendências foi feita para possibilitar a “disputa ampla entre diferentes opiniões”, “a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político” (PT, 1987). Nada mais eram que grupos de petistas que se agrupavam ou se organizavam “para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política” (Ibid.), havendo algumas condições que precisavam ser atendidas para que a tendência fosse oficialmente reconhecida enquanto tal, como o compromisso em expressar-se exclusivamente dentro do partido e nunca diretamente à sociedade, obtenção de recursos unicamente no interior do partido e o reconhecimento do PT como um partido estratégico (Ibid.).

⁶⁷ Segundo Secco, as formas de participação dos filiados eram de três tipos: “votação direta de filiados; plenárias; reunião ampliada. Esta última consistia em reunir o Diretório (e a Executiva) com a participação de filiados interessados. Os filiados tinham direito a voz, mas não a voto. As Plenárias reuniam todos com direitos iguais, mas elas não eram deliberativas” (2011, p. 103).

⁶⁸ O direito à organização em tendências foi reconhecido em 1986 no IV Encontro Nacional.

⁶⁹ A dupla militância foi proibida antes mesmo da regulamentação das tendências, a motivação foi a prisão de militantes petistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) durante uma tentativa de assalto a um banco para o financiamento da Revolução Sandinista nicaraguense, sem o conhecimento dos órgãos dirigentes do PT (AMARAL, 2010, p. 137).

Além das tendências, o que também tornava a democracia interna algo palpável eram os núcleos de base. Constituíam-se em unidades de organização do partido que permitiam uma participação direta do filiado, e geralmente eram organizadas de forma setorial, no local de trabalho, na categoria profissional, no movimento social ou mesmo no local de moradia. (FERREIRA, 2008). Em 1982, momento em que os núcleos atingiram seu ápice, havia cerca de mil núcleos de base espalhados pelo Brasil (SECCO, 2011). No entanto, o fato da legislação não reconhecer os núcleos como unidades mínimas de organização partidária, mas sim os diretórios municipais, foi um dos motivos que levou ao desgaste dessas estruturas, que aos poucos seriam abandonadas implicitamente pelo partido (Ibid.).

Ainda assim, a breve existência dos núcleos suscitou questões interessantes sobre a democracia partidária, gerando uma série de estudos sobre o tema. Em um desses estudos, Carlos Alberto Marques Novaes, investiga o “basismo” no PT, “prática política em que está presente o zelo pela participação nas decisões do maior número possível de quantos componham o universo dos representados” (NOVAES, 1993, p. 218). O autor sugere que o basismo tenha sido usado pelo partido como única forma possível de operar em meio a forças políticas de origens tão diversas. Nesse sentido, a resolução das discussões pela base servia para

abrandar as conseqüências erosivas das desconfianças geradas pelas divergências existentes entre os próprios petistas e teve, portanto, o papel complementar de acolchoar a prática interna de agentes que, não estando seguros da firmeza dos laços que mantinham entre si, faziam a disputa em torno da definição dos parâmetros que, supunham, assegurariam ao partido unidade estratégica e programática. (Ibid., p. 220).

A democracia basista do PT teve, portanto, um papel importante na configuração inicial do partido, servindo de método democrático de resolução de conflitos. Contudo, nem todas as questões poderiam ser resolvidas dessa forma, seja pela complexidade do debate ou pela resistência de alguns grupos em definir de forma “fechada” posições ideológicas que poderiam significar a saída de muitos intelectuais e militantes. Dessa forma, questões como “que tipo de socialismo o PT defendia” ou “como construir o socialismo” não entravam propriamente nos debates, apesar das constantes referências das lideranças ao termo.

Se de um lado, o partido não era capaz de definir suas posições, de outro, a ausência desses debates fazia com que o PT não se deixasse “emaranhar na

tradição deletéria das esquerdas brasileiras, dividindo-se em torno de abstrações, ou de questões políticas gerais” (REIS, 2007, p. 5).

A trajetória percorrida pelo PT durante sua formação e o modelo de estrutura organizacional criada por seus membros demonstram que o partido se diferenciava de toda a tradição política da esquerda brasileira, ao menos nos primeiros anos de sua fundação. A democracia que misturava liberdades formais e a participação direta das massas era concebida como meio e fim, tática e estratégia e, possivelmente era o ponto no qual o PT mais se diferenciava das demais experiências⁷⁰.

Não se tratava só de defender a democracia externamente, como algo necessário à construção e manutenção da sociedade socialista. Mais do que isso, o PT questionava toda a lógica marxista do partido revolucionário e colocava em dúvida o real caráter democrático dos demais partidos da esquerda brasileira ao afirmar que “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem no seu interior” (PT *apud* GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 39).

2.1.3. Qual democracia?

O período que vai da saída de Coutinho do PCB em 1982 até sua entrada no PT em 1989⁷¹ é um momento em aberto na história do Brasil, um momento em que o tipo de democracia a ser construída na Nova República estava em discussão e, a depender da correlação de forças, poderia pender para um lado ou para o outro. Se existia alguma chance real da esquerda sair vitoriosa desse processo não cabe aqui analisar, mas a julgar pelos trabalhos produzidos no período muitos acreditavam

⁷⁰ Obviamente que não há ilusões de que a democracia interna do PT funcionava integralmente, sem manipulações das lideranças e das tendências no sentido de formar maiorias artificiais quando necessário. No entanto, como esse trabalho não tem por objetivo fazer uma crítica mais aprofundada sobre o assunto, basta a referência aos aspectos mais relevantes dessa democracia.

⁷¹ Coutinho ficaria um período sem partido, enquanto seus amigos Leandro Konder e Milton Temer se filiariam ao PMDB, com Temer, inclusive, se elegendo deputado estadual constituinte no Rio de Janeiro em 1987. A proximidade com o PT parece ter vindo antes da filiação em 89, mas Coutinho atendeu ao pedido de seus amigos de esperar até que eles pudessem se desfilar do PMDB para ingressarem todos juntos no PT.

nessa possibilidade⁷². Por isso, a discussão em torno de qual democracia se construir, que outrora passara ao largo nos debates da esquerda tradicional, agora ganhava contornos importantes. Apesar de não ser bem o tipo de debate que os ortodoxos gostariam de fazer, era inegável que havia algo de substancial na discussão. A democracia que a esquerda pretendia divergia concretamente da democracia defendida pelos setores que haviam apoiado a ditadura e que aos poucos aderiam ao liberalismo.

Enquanto a esquerda tentava dar à democracia um conteúdo de classes, usando-a como instrumento para a inserção das massas na vida política do país; a elite procurava esvaziar qualquer possibilidade de a democracia se constituir em algo que fosse além da participação em processos eleitorais. Havia uma articulação entre entidades empresariais e setores da intelectualidade liberal, para “se reapropriarem de alguns conceitos, como os de nação e desenvolvimento, [no sentido de] impor sua direção a outras classes” (SADER, 1985, p. 139). Segundo Sader (Ibid.), esse processo avançava também na direção da democracia, com o propósito de impingir-lhe um “selo liberal”, a partir da restrição dos marcos do debate à temas superficiais, como a forma de exercício do poder – se presidencialismo ou parlamentarismo; deixando de lado a discussão sobre a natureza do poder.

Assim como a direita de origem autoritária procurava se adequar aos novos tempos, também a esquerda de origem ortodoxa, ou pelo menos a maior parte dela, tentava se adaptar. As discussões não giravam mais em torno da revolução ou do comunismo. Por ora, as palavras de ordem eram democracia e socialismo e, se possível, conjugadas. Coutinho que fora um dos primeiros a trazer a questão democrática para o centro da esquerda brasileira - o que havia lhe custado um papel marginal durante muito tempo - agora falava a mesma língua que os demais e se inseria, em linhas gerais, no discurso hegemônico que serviria de matriz ideológica para a formação do PT⁷³.

Em meio a uma sociedade civil que se fortalecia rapidamente e um Estado incapaz de lidar com, e de absorver, essas mudanças, Coutinho escreve A

⁷² Nesse sentido: SADER, Emir (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil de hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985; SANDRONI, Paulo (org.). *Constituinte, economia e política da Nova República*. São Paulo: Cortez Editora, 1986; WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?*

⁷³ Considerando que seja possível falar de um elo que relacione as diversas matrizes teóricas dos grupos que inicialmente formaram o PT, refiro-me aqui à importância dada à democracia de base e os contornos que ela adquiriu dentro do partido, conforme abordado no início do capítulo.

dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista. Publicado pela primeira vez em 1984, o texto foi apresentado como tese de doutorado em dezembro de 1983 e tornou-se uma de suas obras mais importantes.

Nitidamente mais denso que o ensaio que o tornou famoso, mas ainda assim seguindo essencialmente a mesma linha de argumentação, nesse texto, Coutinho retoma alguns pontos abordados em *A Democracia como Valor universal*, aprofundando-os, e superando outros, a partir da inserção de novos elementos em sua teoria democrática. O objetivo de *A dualidade de poderes* é indicar como, “a depender do modo ‘restrito’ ou ‘amplo’ de conceber o Estado”, chega-se à “elaboração de diferentes concepções da revolução socialista”, as quais Coutinho chama de concepção explosiva e processual (1987, p. 13). Para ele, portanto, haveria ao menos duas possibilidades dentro da história da teoria política marxista de conceber o Estado e cada uma dessas possibilidades levaria à construção de diferentes elaborações sobre o processo de transição ao socialismo.

A concepção restrita teria origens nos primeiros escritos de Marx e Engels, entre os anos de 1843 e 1850. Lá, estaria esboçada uma certa noção de Estado posteriormente utilizada por Lênin e por toda uma “escola derivacionista” que se seguiu. Segundo Coutinho, essa noção presente no jovem Marx teria três características centrais, que estariam todas elas superadas, a saber: a. o Estado seria apenas um comitê executivo da classe dominante; b. se utilizaria exclusivamente de métodos coercitivos para desempenhar suas funções e; c. se constituiria em um organismo essencialmente despolitizador. Sobre essa última característica, Coutinho esclarece:

Em outras palavras: o modo pelo qual o Estado se realiza como Estado de classe consiste precisamente no fato de que ele despolitiza a sociedade, apropriando-se de modo monopolista de todas as decisões atinentes ao que é comum (universal). Condição de funcionamento do Estado, para o jovem Marx, é assim que a política seja uma esfera “restrita” e que a “sociedade civil” enquanto tal seja uma esfera “despolitizada”. (Ibid., p. 24).

De outro lado, a concepção ampliada de Estado estaria presente nos últimos escritos de Engels; em alguns austromarxistas, como Otto Bauer; na obra de Rosa Luxemburgo e principalmente em Gramsci. Coutinho entende a necessidade de ampliação da concepção de Estado como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo, especialmente a partir do último terço do século XIX. A nova concepção,

sugerida por ele, passa por um processo de apreensão da totalidade social, em que a análise abstrata do modo de produção se articula dialeticamente com as determinações concretas da formação econômica-social; gerando a necessidade de introdução de novos elementos na análise das esferas econômica, social e política, diante da complexificação tanto da estrutura quanto dos conflitos de classe que se desenvolvem (Ibid.).

A complexificação da estrutura resultaria, assim, em um Estado igualmente complexo, de composição heterogênea, “influenciado pela relação de correlação de forças entre classes e frações de classe” (Ibid., p. 49). Sendo impossível, portanto, a dedução do “conjunto das políticas estatais [unicamente] a partir das leis abstratas do modo de produção” (Ibid.), como defendem os autores da escola derivacionista.

Coutinho atribui ao Estado uma autonomia relativa em relação à lógica do capital, como já o fizera antes em outros textos, entendendo que o “Estado tem sua lógica própria e essa lógica não está ligada apenas à lógica do capital, mas também e talvez sobretudo à lógica da luta de classes”⁷⁴ (COUTINHO, 2012, p. 415). Mas em *Dualidade de Poderes*, Coutinho vai além dos demais textos. Com apoio em teóricos do eurocomunismo italiano, ele concebe a possibilidade de a guerra de posições pela hegemonia da classe operária ocorrer não só dentro da sociedade civil, como o fez Gramsci; mas também de que ela possa ocorrer dentro dos próprios aparelhos estatais.

Desse modo, como nos textos anteriores, ele afirma a autonomia relativa da sociedade civil, que possuiria estrutura e legalidade próprias e funcionaria como “mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito” (COUTINHO, 1987, p. 68). Mas nesse texto, Coutinho acrescenta a essa ideia o fim do monopólio dos meios de produção intelectual como fator resultante da independência da sociedade civil, o que possibilitaria de maneira mais efetiva, que a classe proletária se constituísse enquanto classe ideologicamente dominante antes mesmo de deter o poder político do Estado (Ibid.).

Portanto, ao contrário, da concepção restrita de Estado que enxergava a “luta de classe como conflito bipolar e ‘simplificado’ [...] que levar[ia] necessariamente a uma ‘explosão’” (Ibid., p. 30); a concepção ampliada, defendida por Coutinho, vê na luta de classes um longo processo de conquista progressiva de espaços tanto dentro

⁷⁴ A frase foi dita em entrevista concedida em 2000, demonstrando que nesse período, Coutinho manteve inalterada sua concepção de Estado formulada em 1983.

dos aparelhos estatais quanto no seio da sociedade civil. Contrariamente à percepção da concepção restrita em que o duplo poder é visto como algo transitório, “de breve duração, que não só implica a eliminação violenta de um dos dois contendores, mas também a construção de um governo ditatorial pela parte vencedora” (Ibid., p. 31); a concepção ampliada sugere uma transição “processual” e “molecular”, na qual:

a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista *progressiva* de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correção de forças na sociedade e termina por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder de Estado. (Ibid., p. 74).

Utilizando as referências do marxista italiano Giuseppe Vacca e do austromarxista Max Adler, Coutinho conclui que a noção de duplo poder deveria ser radicalmente transformada para se adequar à uma perspectiva processual de transição ao socialismo, devendo ser retirado seu “caráter explosivo e concentrado no tempo e concebendo o duplo poder também como um processo” (Ibid., p. 79).

Para Coutinho, seria possível, inclusive, pensar no duplo poder como algo passível de institucionalização, uma vez que, aceitando a possibilidade do avanço do socialismo em momentos democráticos e de paz, e não só a partir de guerras e conflitos declarados, estaríamos reconhecendo que cada um desses avanços, a começar pelo reconhecimento legal do partido revolucionário, se constituiria em um progresso na construção de um segundo poder, paralelo ao Estado (Ibid.).

A democracia para Coutinho se inseriria, neste contexto, como um elemento essencial na construção do duplo poder, já que o processo de socialização da política e, conseqüentemente, de socialização do poder é o que possibilitaria a construção da hegemonia proletária dentro da própria sociedade capitalista. Mas, como Coutinho já havia percebido em *A democracia como valor universal* não seria qualquer tipo de democracia que possibilitaria a socialização efetiva do poder. Mantendo as liberdades democráticas⁷⁵, seria preciso articular “as antigas

⁷⁵ Nesse texto fica evidente o rompimento de Coutinho com a noção leninista de democracia. Se em *A democracia como valor universal* ele se esforça para justificar a divisão feita por Lênin entre democracia proletária e democracia burguesa; em *A dualidade de poderes* ele reconhece o desprezo de Lênin pelas liberdades democráticas: “Não é assim casual que a ‘democracia proletária’ ou ‘socialista’, que Lenin apresenta como encarnação do novo poder, apareça como algo radicalmente diverso do conjunto das instituições democráticas de tipo ‘consensual’ ou ‘pactista’, que caracterizam o que ele chama – sempre depreciativamente – de ‘democracia burguesa’. Para Lenin, longe de ser

instituições democrático-formais” com “organismos de democracia direta”, como defendido por Rosa Luxemburgo, Max Adler e depois pela escola gramsciana (Ibid., p. 54-55).

Esse modelo específico de democracia, forjado através da articulação entre democracia direta e democracia representativa, que já fora citado por Coutinho no famoso texto de 79, passa a ser a questão central na elaboração de 1983. Coutinho dá ênfase à importância da construção no Brasil de uma democracia substancial, percebendo, já em 83, que o sentido da democratização estava em disputa e que talvez houvesse espaço para a esquerda construir um modelo que melhor lhe aprovesse. Assim, se em 1979 havia uma preocupação do autor em ressaltar a importância das liberdades democráticas para o socialismo, diante do salutar desprezo de grupos da esquerda por tais expedientes; em 1983, a preocupação se voltava para o tipo de democracia que seria implantada no país, diante de um processo de esvaziamento da democracia ou, ao menos, de redução de sua amplitude⁷⁶.

2.2. Militância petista

2.2.1. A crise do socialismo real: 1989 a 1991

O período que vai de 1989 a 1991 ficou mundialmente conhecido como o “Outono das Nações”, momento em que vários países integrantes da União Soviética passaram por transições em que foram substituídos os governos socialistas soviéticos por “democracias multipartidárias e capitalismo de mercado baseados na propriedade privada e no império da lei” (ELEY, 2005, p. 506). O termo inicial desse período se deu com a queda do muro de Berlim em 1989 e o marco

fruto de um ‘pacto’ ou ‘a forma específica da ditadura do proletariado’ (como para o último Engels), ‘a república democrática é o melhor invólucro político de que pode se revestir o capitalismo’”. (COUTINHO, 1987, p. 44).

⁷⁶ Em 2002, Coutinho constatava, em entrevista, que o processo de esvaziamento da democracia estava completo com a contra-forma neoliberal: “Vejo, na contra-reforma neoliberal de hoje, fortes tendências no sentido de reduzir a amplitude da democracia e a participação crescente no poder. Há toda uma corrente no pensamento político, numa linha que se inicia com Schumpeter, que reduz a democracia a um método de escolha: por meio de eleições periódicas, você escolhe entre diferentes elites, mas quem faz política é a elite. Isso não tem nada a ver com democracia. Democracia é algo substantivo, não só no terreno econômico-social, mas no sentido político, pois temos de construir mecanismos que permitam a participação crescente de massas organizadas na gestão do poder” (In JOSÉ e LEITE, 2002).

final com a dissolução oficial da já cambaleante União Soviética, em 1991. As explicações para tais acontecimentos são das mais variadas e podem ser escolhidas de acordo com o perfil ideológico do leitor⁷⁷, mas para os fins deste trabalho nos interessa apenas averiguar quais as consequências para a esquerda, em especial para a esquerda brasileira, de tal processo.

No Ocidente, a crise do socialismo real fortaleceu posições marxistas heterodoxas, como o eurocomunismo, que, na interpretação de alguns autores, tornou-se o último bastião da esquerda mundial:

O eurocomunismo ofereceu uma visão de normalização democrática, pela qual os comunistas romperam com a União Soviética, defenderam as tradições democráticas nacionais e mostraram capacidade de governar. Oficialmente revolucionários, esses partidos tentaram repensar seu papel sob o capitalismo, imaginando reformas estruturais que levassem ao socialismo, e seus fracassos representaram não somente desapontamentos imediatos, mas também a queda a longo prazo. À medida que as ditaduras entravam em colapso e o PCI se fortalecia, as esquerdas do Sul da Europa pareciam estar a ponto de vencer, e o eurocomunismo surgiu como o esforço final na preparação da estratégia da transição socialista no Ocidente capitalista. Contudo, por mais retóricas ou atrasadas que se tivessem tornado as referências à 'revolução', por oposição a visões de reforma 'fundamental' ou 'estrutural', o fracasso do eurocomunismo finalmente marginalizou a última defesa organizada do socialismo revolucionário na Europa Ocidental. (ELEY, 2005, p. 475).

Apesar do fracasso posterior do eurocomunismo enquanto experiência concreta⁷⁸, o espaço aberto por ele, de diálogo com grupos até então renegados pela esquerda tradicional – como aqueles ligados pela questão de gênero, raça e religião – produziu e, ao mesmo tempo, exigiu a criação de um novo tipo de partido.

⁷⁷ “Para os conservadores a restauração [capitalista] foi o fim de uma guerra civil mundial declarada pelos bolcheviques em 1917, e o triunfo final da propriedade privada, porque ela corresponderia ao que é a natureza humana; para os liberais a restauração aconteceu porque a democracia e o mercado seriam as únicas alternativas ao fracasso do totalitarismo e ao planejamento burocrático; para os pós-modernos, mais de esquerda ou mais de direita, a restauração era inevitável porque a tentativa de ordenar o futuro em função da mobilização revolucionária do proletariado era um projeto político messiânico com ambições históricas demências; para os estalinistas linha dura a restauração foi obra de uma conspiração que uniu do Papa polonês a Reagan, e manipulou as aspirações consumistas de massas infantilizadas - e ingratas - mas Gorbachev foi, também, responsável porque não teve a coragem de fazer o que os chineses fizeram em Tian An Men; para os reformistas social-democratas mais pragmáticos foi somente mais uma confirmação de que a proposta marxista de um regime socialista, portanto, democrático não seria possível” (ARCARY, 2009, p. 5).

⁷⁸Eley (2005) identifica como uma das causas do esfacelamento do eurocomunismo na Itália e na Espanha, o amplo leque de alianças que a esquerda precisou fazer em nome da democracia, que acabou os colocando em algumas posições indefensáveis.

Diferente dos moldes leninistas, que demandavam muito tempo e lealdade dos militantes, os novos partidos da esquerda aproximavam-se “do grande partido eleitoral de campanha, com sua estrutura mais leve de alianças e identificações menos exigentes, baseado em populações socialmente variadas”. (Ibid., p. 477).

Para Coutinho, a crise do socialismo real abriu uma série de possibilidades positivas para o marxismo, como a oportunidade de reavaliar a contribuição de autores taxados como “renegados” ou “revisionistas” pelo marxismo-leninismo; bem como, ler os clássicos sem se prender a uma leitura dogmática e empobrecida, como aquela disseminada pela III Internacional. A aceitação do pluralismo existente dentro do marxismo e a capacidade da esquerda em se utilizar desse categorial teórico, que antes ficava esquecido, permitiu, na avaliação do autor, “responder de modo menos impressionista à questão da relação entre marxismo e democracia” (COUTINHO, 1992, p. 98).

Por outro lado, Coutinho reconhece que, do ponto de vista prático, imediato, a crise do socialismo real atingiu gravemente a esquerda do mundo todo, paralisando os movimentos políticos que reivindicavam o socialismo. O eurocomunismo teria surgido, nesse cenário, como a melhor tentativa da esquerda em propor uma alternativa moderna e democrática para a crise, uma alternativa que pudesse não só elaborar “uma nova concepção do socialismo (radicalmente pluralista e libertária), mas também [empreender] um salutar esforço de reavaliação da ordem internacional, que não podia mais ser concebida segundo um esquema bipolar” (Ibid., p. 65). Apesar da contribuição do eurocomunismo para a esquerda mundial, Coutinho reconhece já no início da década de 1990⁷⁹, o fracasso político de tal experiência, que, em sua avaliação, seria resultado do fato de alguns partidos terem, na prática, abandonado a estratégia eurocomunista e de outros terem adotados táticas equivocadas que acabaram por comprometer a estratégia.

Assim, na mesma linha de Geoff Eley, Coutinho acredita que a crise do socialismo real para os partidos comunistas que não aceitaram o eurocomunismo ou para aqueles que o abandonaram representou um golpe de misericórdia:

todos reagiram com perplexidade à eclosão final da crise do “socialismo real”, alguns fechando-se ainda mais no dogmatismo e condenando-se assim à progressiva extinção, outros tentando conversões espetaculares que, pelo menos por enquanto, parecem apontar menos para a construção

⁷⁹ *Democracia e Socialismo no Brasil de hoje* (1992).

de algo novo do que para uma identificação pura e simples com a social-democracia contemporânea. (COUTINHO, 1992, p. 67).

No Brasil, a crise da União Soviética combinada com o processo de abertura democrática serviu para fortalecer ainda mais o consenso democrático. Para Frei Betto, um dos grandes nomes da Teologia da Libertação e fundador do PT, o momento exigia da esquerda uma revisão dos próprios fundamentos do marxismo. Era preciso que ficasse claro ao menos, “por onde não se deve[ria] ir”, conhecendo-se as “causas dos desvios crônicos dos regimes socialistas”, o que possibilitaria a “redefinição do próprio conceito de socialismo”. (BETTO, 1990, p. 15/ p. 10).

Na avaliação de Coutinho, o Partido dos Trabalhadores não foi atingido gravemente pela crise, pois havia sido construído de uma maneira totalmente nova, o que possibilitou que mesmo quando os partidos de esquerda do mundo todo estavam em declínio, o PT tenha mantido um ritmo de crescimento expressivo. Coutinho destaca as características petistas que tornariam o partido inovador: “inexistência de centralismo ‘democrático’, ausência de vínculos de dependência internacional” (COUTINHO, 1992, p. 75), e o fato do PT não pretender “apenas representar os interesses corporativos dos trabalhadores no quadro do capitalismo, mas [propor] claramente um projeto alternativo de sociedade” (Ibid., p. 76).

O ano de 1989 seria um ano emblemático tanto na história do Brasil e da sua recém-criada democracia, quanto na vida de Carlos Nelson Coutinho⁸⁰ e do seu novo partido. Após 25 anos de cerceamento do direito ao voto, sobreveio a primeira eleição direta para presidente da República. O entusiasmo democrático tomou conta dos partidos e todos quiseram lançar seus candidatos, sendo que, de um total de 29 partidos existentes à época, 22 deles lançaram candidatos à presidência; a maioria sem coligação ou em coligações consideradas pequenas para os moldes atuais. O Partido dos Trabalhadores foi um deles, pela Frente Brasil Popular (PT, PCdoB e PSB), Luís Inácio da Silva surpreendeu a todos chegando ao segundo turno do pleito eleitoral com Fernando Collor de Mello (PRN). O feito se deu, em grande parte, pelo entusiasmo da militância petista e também pela grande capacidade de

⁸⁰“1989 foi para meus amigos Carlos Nelson e Milton Temer, e para mim, um ano especial: nos filiamos ao PT, mergulhamos fundo na campanha eleitoral de Lula. Estávamos bastante entusiasmados com a capacidade de mobilização que o PT poderia ter, como um partido claramente de esquerda e pós-leninista. Acreditávamos que a organização poder aproveitar, internamente, uma liberdade bem maior do que aquela que havia sido possível no interior dos partidos comunistas. E com isso poderia encaminhar – democraticamente – as transformações políticas e socioeconômicas de que o país necessitava” (KONDER, 2008, p. 149).

comunicação de Lula (REIS, 2007), mas o segundo turno seria marcado por ataques desleais dos conservadores à Lula nas suas mais variadas formas, contando para isso, inclusive, com o apoio da grande mídia. A direita e a mídia não deixariam passar impunes os acontecimentos no Leste Europeu e se aproveitariam da aliança do PT com os comunistas para demonstrar toda a sua força ideológica, suscitando o medo entre as camadas mais pobres e derrotando o candidato petista (OZAÍ, 1996).

2.2.2. Coutinho e o Socialismo Petista

Em relação aos partidos comunistas e socialistas já existentes antes da década de 80, a crise soviética atingiu todos eles e, em maior ou menor medida, todos tiveram que se reinventar⁸¹. Alguns abandonaram os símbolos e o discurso comunista, outros apenas se reorganizaram internamente para comportarem uma lógica de militância mais aberta e plural (ELEY, 2005). A maior parcela da esquerda, mundo afora, optou por renegar a herança soviética e adotar o discurso democrático como principal baluarte (SILVA, 2012).

O PT, apesar de ter nascido durante o processo de crise da União Soviética e ostentar um discurso que procurava se diferenciar do “socialismo burocrático”, ainda possuía em seu interior muitos grupos que defendiam os avanços sociais ocorridos nos países do Leste Europeu e em outros países socialistas, especialmente Cuba (REIS, 2007). Essa situação gerava uma posição ambígua no Partido dos Trabalhadores, uma vez que, ao mesmo tempo em que seus textos criticavam contundentemente a realidade vivida nos países do socialismo real, alertando para fatores como a “profunda carência de democracia [...], o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada, a gestão da vida produtiva através de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente”. (PT, 1990, p. 27); de outro lado o partido nunca deixou de manter relações importantes com Estados socialistas que possuíam todas as características elencadas acima. Daniel Aarão Reis (2007) lembra, por exemplo, que quando ocorreu a queda do Muro de Berlim, em 1989, uma delegação do PT estava em Berlim Oriental participando de um curso de formação política.

⁸¹ Para uma análise antropológica da transformação vivida pelo Partido Comunista Italiano, cf. KERTZER, David. Rituais Políticos e a transformação do Partido. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 15-36, julho de 2001.

Apesar das dificuldades de se desvincular por completo da influência de países que não necessariamente levavam a democracia em sua mais alta conta; o PT, desde sua fundação, buscava concretamente incluir “a luta pela democracia e pelo socialismo no centro estratégico de seu projeto para o Brasil” (COUTINHO, 1992). E o fato de ele, em nove anos de existência, nunca ter se afastado substantivamente desse objetivo foi um dos motivos que levou Carlos Nelson Coutinho a entrar nas suas fileiras. Coutinho conta que o que o fascinou no PT foi que ele “parecia uma bela invenção política [...]: era um partido com tendências e correntes, extremamente ligado ao movimento social, com uma clara vocação a se tornar um partido de massa” (COUTINHO in JOSÉ e LEITE, 2002, s. p.). Foi assim que, após seis anos sem vínculo partidário, Coutinho resolveu, em 1989, se filiar ao Partido dos Trabalhadores, juntamente com seus amigos de longa data Leandro Konder e Milton Temer⁸².

Coutinho tinha muitas críticas ao PT da década de 80. Ele era contrário ao isolacionismo inicial adotado pelo partido, que o impediria de adotar uma “estratégia política voltada para a construção de um amplo bloco político reformador e democrático, capaz de articular unitariamente (no respeito ao pluralismo) os vários segmentos da esquerda brasileira” (COUTINHO, 1992, p. 77). Era adverso também ao basismo adotado nos primeiros anos de partido, pois segundo ele, o basismo e o cupulismo⁸³ seriam fenômenos que, curiosamente, se reforçariam mutuamente⁸⁴. Ainda assim, Coutinho achou que “seria importante entrar no PT e travar uma luta interna [...], ser o chato democrático dentro do PT [...], levar para o partido a discussão que havia proposto no ensaio *A democracia como valor universal*” (COUTINHO in JOSÉ e LEITE, 2002, s. p.).

E foi isso que ele procurou fazer. Já em abril de 1989, Coutinho foi convidado para participar de um Seminário organizado por Francisco Weffort a pedido do

⁸² Coutinho disse em entrevista (2002) que não gostou de ficar sem partido, pois com isso ele perdeu a capacidade de fazer análises de conjuntura. Disse ainda que já havia decidido entrar no PT desde 1987, mas decidiu esperar Konder e Temer que ainda não estavam plenamente convencidos.

⁸³ Utilizo a definição de basismo de Novaes (1993, p. 218), para quem o basismo consiste em “uma variante da prática política em que está presente o zelo pela participação nas decisões do maior número possível de quantos componham o universo dos representados”. O cupulismo, por outro lado, é utilizado aqui como sendo o inverso do basismo, ou seja, uma prática política em que as decisões se restringem a um pequeno grupo.

⁸⁴ Ao contrário de Novaes (1993), para quem o basismo se constituiria na própria essência do PT, para Carlos Nelson Coutinho ele seria um problema a ser combatido.

Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo era “obter contribuições para a definição da estratégia da campanha e do programa de governo de Lula” (WEFFORT, 1989, p. 8). Do Seminário originaram-se três livros, um sobre políticas sociais, outro sobre economia e o terceiro sobre política⁸⁵. Neste último, Coutinho apresenta o texto *Democracia e Socialismo* (1989)⁸⁶, comentado na sequência por grandes nomes do partido como Wladimir Pomar, Tarso Genro e Apolônio de Carvalho. O texto parece tentar dar respostas aos questionamentos que o PT se colocava desde sua fundação: como articular democracia e socialismo, se desvinculando da ortodoxia do “marxismo-leninismo”, mas sem cair nos perigos da social-democracia.

O caminho da terceira via, a possibilidade de criar uma teoria para a construção do socialismo que se desvencilhasse de concepções autoritárias sem perder o fim último de constituição de uma nova sociedade, foi uma ideia que foi sendo construída gradativamente no pensamento de Coutinho.

No PT, as suas elaborações ganhavam contornos mais concretos, uma vez que ele deixava de ser um intelectual marxista produzindo “ao léu”, para se tornar um intelectual que poderia, de fato, colaborar com a teoria que serviria de base para toda a ação política do partido. Seria leviano afirmar que Coutinho foi o único responsável pela produção dessa teoria, mas é impossível negar que ele teve um papel destacado nesse processo⁸⁷.

O texto *Democracia e Socialismo* foi escrito por Coutinho com o objetivo de contribuir na elucidação de algumas concepções que, na sua avaliação, tinham sido tratadas pelo PT ainda de forma muito rasa e ambígua nas resoluções do V Encontro Nacional, ocorrido em 1987. Nele, Coutinho minuciosamente elenca quais seriam os pontos de ambiguidade no texto aprovado pelo partido e procura resolvê-las a partir de todo arcabouço teórico que ele mesmo havia produzido nos anos anteriores. As noções de Coutinho são debatidas e algumas muito criticadas pelos comentadores, ainda assim é possível notar que muitas delas aparecem nas resoluções aprovadas no VII Encontro Nacional, realizado em 1990.

⁸⁵ WEFFORT, Francisco (org.). PT: Um projeto para o Brasil – Política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸⁶ Texto escrito em 1989, mas publicado em 1992 em COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992.

⁸⁷ Chama a atenção o fato de Clóvis Bueno de Azevedo ter produzido um trabalho sobre o Partido dos Trabalhadores, que se tornou referência no assunto, não ter sequer citado o nome do Coutinho em momento algum do texto, nem mesmo quando faz referência ao Seminário ocorrido em 1989, em que Coutinho obviamente teve um papel importante.

O primeiro ponto destacado por Coutinho em *Democracia e Socialismo* é a relação do PT com a democracia representativa. Apesar de o texto petista aprovado no V Encontro afirmar seu compromisso com a democracia plena, também diz que tal democracia *será exercida diretamente pelas massas*. Para Coutinho, se num primeiro momento há a referência a uma democracia “*tout court*”, “o fim da frase poderia fazer supor que o compromisso do PT com a democracia refere-se apenas à democracia direta, exercida pelas bases, não envolvendo assim os parlamentos” (COUTINHO, 1992, p. 10). Coutinho, desde *A democracia como valor universal* (1979), defendia a necessidade de articulação entre democracia direta e democracia representativa, dada a complexidade da estrutura social das atuais sociedades. Coerente com suas posições, ao criticar o texto petista ele insiste na necessidade de tal articulação e assevera:

Aos que desconfiam dessa mediação institucional, apostando tudo numa fetichização da democracia direta, cabe lembrar que tal síntese geral é imprescindível se não se quer que os sujeitos coletivos (ainda que sejam representativos de setores operários) se coagulem no nível da defesa corporativa de interesses puramente particulares. Onde não existe uma instância democrática para efetuar essa síntese, um seu sucedâneo terminará sendo produzido ou pela burocracia ou pelo mercado, ou por ambos, o que conduz à conservação do capitalismo. (COUTINHO, 1992, p. 21).

No documento elaborado em 1990 durante o VII Encontro, essa imprecisão acaba sendo resolvida, não mencionando mais a busca de uma “democracia plena exercida diretamente pelas massas”, mas sim a conjugação entre instrumentos de democracia direta a representativa:

Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômico, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos. (PT, 1990, p. 30).

Coutinho destaca, em segundo lugar, o que seria pra ele, uma “falsa antinomia entre democracia burguesa (ou formal) e democracia proletária (ou substantiva)” (COUTINHO, 1992, p. 10). Para o PT de 1987 era necessário “transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo nas liberdades e na democracia real que devem ser próprias do socialismo” (PT,

1987). Porém para Coutinho, essa passagem “na medida em que não especifica o que se entende por ‘transformação’, [leva à] conclusão de que deveriam ser eliminados, no socialismo, procedimentos formais de criação da vontade política” (COUTINHO, 1992, p. 11).

Essa adjetivação “classista” da democracia (democracia burguesa) que Coutinho tanto luta contra, por ser usada habitualmente pela esquerda tradicional como uma forma de reduzir a importância da democracia formal, é superada no documento produzido pelo PT em 1989. Nele, usa-se apenas democracia: “a democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós ela é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada” (PT, 1990, p. 25). Ou então, quando o documento refere-se às liberdades democráticas, é no sentido de afirmar, nos mesmos moldes que Coutinho, a importância não só de sua conservação, mas também de sua ampliação (Ibid., p. 30).

O último ponto que Coutinho observa diz respeito à transição para o socialismo. No texto petista do V Encontro é feita a referência a uma “mudança radical”, que aconteceria por meio da combinação de reformas e da revolução, que seriam “formas de luta diferentes”, que deveriam ser usadas “de acordo com a situação política concreta” (PT, 1987). Coutinho entende que se trata de uma formulação anacrônica, uma vez que compreende a revolução como algo explosivo em que a conquista do poder se dá de forma imediata; para ele,

a complexidade das sociedades modernas, entre as quais se inclui a brasileira, impõe uma concepção ‘processual’ de revolução: a “mudança política radical” pode e deve ser obtida através de um conjunto sistemático de reformas de estrutura, numa estratégia que poderia ser definida como “reformismo revolucionário”. As reformas são hoje o caminho da evolução, e não *uma* das formas alternativas de luta. (1989, p. 11).

Nesse quesito o PT não adotou as formulações de Coutinho. Apesar de reconhecer implicitamente nas resoluções do V Encontro que a sociedade brasileira se “ocidentalizou”, no sentido de ter se tornado um Estado ampliado com uma sociedade civil organizada; o partido preferiu não fazer menção à revolução como processo nas resoluções do VII Encontro. Para Coutinho, isto se constituiria em mais uma contradição não resolvida pelo partido, uma vez que, ao reconhecer a ampliação do Estado, estaria reconhecendo implicitamente que este “deixou de ser o instrumento de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de

classes, [o que colocaria] a necessidade de um novo conceito de revolução” (Ibid., p. 18).

O “reformismo revolucionário” de Coutinho talvez fosse muito “forte” para a totalidade dos filiados ao Partido dos Trabalhadores no final da década de 1990, que tratavam qualquer alusão às reformas como social democracia. Mas certamente não era para a tendência majoritária do partido, a Articulação. Ao que tudo indica, a Articulação se apropriou de algumas concepções de Coutinho e as incorporou, ao seu modo, nas suas teses que serviram de texto base para o VII Encontro. Azevedo (1995) cita como exemplos dessa apropriação, a defesa de ideias como: a ocorrência de um processo de ampliação do Estado brasileiro⁸⁸, a necessidade de uma política de acúmulo de forças⁸⁹ e a ideia de revolução como um processo e não como um momento⁹⁰. Para Azevedo (Id.), no entanto, a presença de tais ideias nos textos da Articulação seria resultado de uma “influência gramsciana”. Outros autores, como Vannucchi (1990), entendem que a Articulação, além da influência gramsciana, também incorporou fortemente ao seu discurso a tese da “democracia como valor universal”, que não estaria presente propriamente em Gramsci, mas sim em uma leitura particular feita de Gramsci pelos eurocomunistas.

O VII Encontro Nacional deflagrou, para alguns autores, o início de grandes transformações do PT, tanto em suas elaborações teóricas, quanto na sua prática política. Lopes investiga mais detidamente esse fenômeno e chega à conclusão de que a partir do VII Encontro, o PT “tornou-se uma organização política-partidária que abandon[ou] as lutas reivindicatórias dos movimentos sociais classistas e adot[ou] a luta institucional e a democracia como objetivos centrais em sua atuação política” (LOPES, 2009, p. 113). Tal mudança, segundo ele, é também observada nas resoluções do I Congresso Nacional (1991) em que o “socialismo aparece como sinônimo de radicalização da democracia, que é compreendida como meio e fim” (Ibid., p. 116). Para Lopes (Ibid.), a explicação para tal transformação estaria nas

⁸⁸“Em ligação estreita com o entendimento da luta de massa como noção estratégica para o PT da disputa de hegemonia como um dos eixos fundamentais de nossa estratégia [...], no Brasil, o Estado não é a simples soma dos aparelhos coercitivos [...] o Estado brasileiro se ampliou” (ARTICULAÇÃO - Teses para o VII Encontro Nacional apud AZEVEDO, 1995, p. 108).

⁸⁹- “[...] política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia [...] nem a luta pela tomada do poder, nem a luta pelo socialismo” (Ibid.).

⁹⁰ “A Articulação propõe um conceito ampliado de ruptura revolucionária, que supere a noção que predomina em certas frações da esquerda: entendemos a ruptura revolucionária não apenas como um momento, mas como um processo” (Ibid., p. 109).

condições concretas colocadas no cenário mundial e nacional, em especial a crise do socialismo real e a implantação de políticas neoliberais no Brasil. No mesmo sentido, Mauro Iasi (2006) também entende ter havido uma mudança substancial nas posições petistas a partir de 1990, posto que no VII Encontro, o socialismo, pela primeira vez, não era mais um consenso entre os diversos grupos. A solução para tal impasse teria sido, para Iasi, a elaboração do texto *Socialismo Petista*⁹¹, que integra as resoluções do VII Encontro.

Em que pese as diversas apropriações feitas da obra de Coutinho para os mais variados fins, é importante destacar que no texto *Democracia e Socialismo*, Coutinho faz duras críticas à social democracia. Para ele, a social democracia possui limites bem claros que são expressos na sua “incapacidade de transformar o significativo processo reformista que desencadeou num efetivo movimento de superação da lógica do capital e de suas mais gritantes contradições” (1992, p. 27). Esses limites seriam de duas ordens, política e econômica, e estariam articulados entre si:

No plano econômico, o limite do reformismo social-democrata reside no fato de que a ampliação crescente dos direitos sociais é, a longo prazo, incompatível com a lógica da acumulação capitalista [...]. No plano político, o limite do reformismo social-democrata consiste em sua incapacidade de superar uma visão ‘neutra’ e ‘instrumental’ da burocracia estatal. Na medida em que se atribui à burocracia estatal o papel de agente principal da execução das políticas de reforma, a ampliação dos direitos sociais no capitalismo tem assumido fortes traços do que Gramsci chamou de ‘revolução passiva’: continuando a exercer suas tradicionais funções ‘mediadoras’, os aparelhos burocráticos certamente recolhem as demandas populares de reforma, mas só as satisfazem após ‘conciliá-las’ com as demandas de outros setores e de torná-las compatíveis, em última instância, com os interesses da reprodução do capital (Ibid., p. 29).

Além das críticas, Coutinho propõe alternativas no intuito de diferenciar o que ele chama de “reformismo alternativo” da social democracia. Para ele, seria necessária uma radicalização da política de reformas, a partir da busca pelo consenso em torno de reformas estruturais. Isso implicaria a necessidade da alteração do controle do Estado, não só no que diz respeito ao controle político efetivo, mas principalmente, no que diz respeito à “desburocratização do modo de fazer política, com a conseqüente transferência da execução das reformas para os sujeitos coletivos interessados em sua realização” (Ibid.). Assim, a manutenção de

⁹¹ Coutinho julga que o texto foi o momento em que o PT mais amadureceu suas concepções sobre socialismo e democracia (COUTINHO in JOSE e LEITE, 2002).

um objetivo final seria imprescindível para dar o direcionamento da ação política, hierarquizando as reformas e servindo de base para a avaliação posterior. “Um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário [...] esse reformismo radical é o novo nome da revolução”. (Ibid., p. 30).

2.2.3. Democracia e Socialismo no Brasil

O texto *Democracia e Socialismo no Brasil de hoje* foi escrito para o *Fórum permanente de debates sobre democracia* do Ibase e apresentado em junho de 1991. Nesse texto, Coutinho, de posse dos conceitos que havia desenvolvido nas obras anteriores, faz uma análise sobre o que vinha sendo chamado de Nova República brasileira, período que se inicia com o processo de redemocratização pós regime militar. A expansão da sociedade civil, ainda dentro da ditadura, foi fruto do tipo de regime que implantando no Brasil, que não se assemelhava a um regime fascista clássico, permitindo o crescimento e certa organização da sociedade civil. Além disso, o regime teria efetivamente desenvolvido o capitalismo e promovido uma “complexificação da estrutura social, com a consequente diversificação de interesses; [...] pressupostos para uma ampliação do volume de organizações sociais” (COUTINHO, 1992, p. 49).

No entanto, a transição do regime ditatorial para a Nova República, feito através da eleição indireta de Tancredo e a posterior posse de Sarney, teria sido uma transição fraca, por ter se realizado de forma negociada, “pelo alto” ou, como ele gostava de chamar, pela *via prussiana*. Na avaliação de Coutinho, havia sim uma ruptura com a ditadura, todavia “alguns traços autoritários e excludentes de fazer política ainda permaneciam” (Ibid., p. 53). Resultado disso era a permanência de alguns elementos do “prussianismo” na política brasileira, como por exemplo:

- 1) um *Executivo forte* em detrimento do Parlamento, ou, de modo mais geral, a tendência a “desequilibrar”, em favor do Estado, a relação entre esse e a sociedade civil; 2) *mecanismos transformistas*, ou seja, a tentativa permanente de obter apoio para o governo através da cooptação e dos favores clientelistas; 3) *formas de populismo*, isto é, de representação política através do vínculo direto entre líder e massa atomizada, sem a mediação da sociedade civil, e, em particular, dos partidos; 4) a *tutela militar*, vale dizer, a atribuição de um peso político às forças armadas sem nenhuma relação com o balanço de forças efetivamente presentes na sociedade civil. (Ibid., p. 53-54).

Apesar dos elementos prussianos, o Brasil havia de fato se ocidentalizado e estariam em disputa por aqui os mesmos projetos que estavam em disputa no mundo todo: de um lado o projeto “liberal-corporativista” (presente, sobretudo, nos Estados Unidos), e do outro o projeto que visava implantar uma “democracia de massas” (presente em alguns países europeus). O primeiro se esforça em “atribuir ao mercado – e não à esfera pública – a tarefa de dar solução aos conflitos de interesses e às demandas sociais” (Ibid., p. 58). Este projeto, para Coutinho, careceria da pré-existência ou então da criação de elementos específicos para prosperar, sendo necessário que:

por um lado, preponderem partidos não ideológicos, de base social heterogênea, constituídos como cartéis de diferentes lobbies; e que, por outro, seja implementado e torne dominante um sindicalismo pretensamente apolítico, voltado apenas para a obtenção de “resultados” imediatos para as corporações profissionais que representam. (Ibid.).

A transição fraca ocorrida entre nós havia fortalecido o projeto liberal-corporativista, mas tendo em vista os resultados das eleições presidenciais de 1989, Coutinho considerava que esse processo não estava consolidado. Ainda havia a possibilidade de se construir uma democracia de massas, aos moldes de alguns países europeus, com os seguintes atributos:

proliferação dos movimentos sociais de base, a presença de um sindicalismo combativo e politizado (o que não é sinônimo de “partidarizado”) e a mediação política de partidos programaticamente estruturados e socialmente homogêneos (o que não é sinônimo de “ideologizados” ou estreitamente classistas). Precisamente por visar a uma democracia *de massas*, há aqui o empenho em combater a apatia, reforçando a participação política organizada do conjunto da cidadania, condição mesma para o êxito do projeto. (Ibid., p. 59).

Coutinho compreendia, no entanto, que a democracia de massas não garantiria automaticamente a hegemonia das massas, sendo preciso que essa hegemonia fosse efetivamente construída pelas forças populares. Cautelosamente, via a construção de uma democracia de massas apenas como uma possibilidade que poderia vir ou não se tornar realidade. Para que isso ocorresse seria necessário que a esquerda, superasse uma série de desafios, entre os quais, compreender que

a “luta pela democracia e pelo socialismo é uma mesma luta: a democracia não é um caminho *para* o socialismo, mas sim o caminho *do* socialismo” (Ibid., p. 78).

2.3. Do PT ao PSOL

2.3.1. A democratização como valor universal

Carlos Nelson Coutinho chegou à década de 90 confiante que o caminho democrático permanecia sendo, não só o melhor, mas o único caminho possível para a construção do socialismo. Para ele, no entanto, era preciso que a esquerda compreendesse que as parcas conquistas democráticas obtidas no processo de redemocratização não eram definitivas nem suficientes para “realizar a verdadeira emancipação humana do nosso povo” (2000, p. 264). Além disso, dado o novo contexto de disputa ideológica, a defesa pura e simples da democracia como componente essencial do socialismo já não era mais suficiente à esquerda brasileira. Diferentemente da década de 70 e 80, a discussão não girava mais em torno da “oposição explícita entre democracia e antidemocracia [...], mas sim da oposição entre diferentes conceitos de democracia” (Id., 2006b, p. 26-27). Portanto, era preciso que a esquerda brasileira lutasse em duas frentes, de um lado para combater os que ainda negavam a relação entre democracia e socialismo; e de outro, para combater aqueles que em nome da democracia, acabavam por abandonar o socialismo ou “fundí-lo” com o liberalismo (COUTINHO, 2006).

Por isso, o contexto nacional de fortalecimento do neoliberalismo, especialmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, e da difusão de uma interpretação gramsciana que favorecia uma leitura positiva do liberalismo, o fizeram mudar o foco de análise. Era preciso desconstruir, o que seria para Coutinho, “uma das mais insidiosas vertentes da ideologia neoliberal”, aquela que se vale de terminologias herdadas da esquerda, retirando-lhes o conteúdo político e atribuindo-lhes um conteúdo asséptico (2006, p. 55).

Retomando a história do liberalismo, Coutinho observa que ele foi uma das correntes teóricas que procurou operar um processo de esvaziamento do conteúdo original da noção de democracia, principalmente por meio da assimilação de alguns elementos isolados da teoria democrática (Ibid.). O liberalismo, no século XIX, a

partir de autores como Benjamin Constant, Alexis Tocqueville e Gaetano Mosca, “negava abertamente os postulados democráticos básicos, tais como a soberania popular, o sufrágio universal etc.; [e] apresentava-se não como um complemento, mas como uma alternativa à democracia”. (Ibid., p. 18). Aos poucos, no entanto, devido à socialização da política, os regimes liberais foram sendo obrigados a incorporar esses ideários democráticos em seu projeto original e os Estados passaram a assumir uma forma “liberal-democrática” (Ibid.).

Mas era necessário, ao liberalismo, conter o avanço democrático e submeter a democracia à lógica capitalista, uma vez que a contradição criada entre a progressiva participação política dos sujeitos coletivos e a apropriação do Estado por um pequeno grupo - membros ou representantes da classe economicamente dominante - se tornaria evidente (Ibid.). É nesse sentido que, para Coutinho, o liberalismo se apropria de alguns elementos isolados da teoria democrática e esvazia seu conteúdo potencialmente revolucionário para impingir-lhes o manto da neutralidade. Um dos modos, historicamente conhecido, de realizar esse processo é o que ele chama de “ditadura legitimada pelo sufrágio universal”⁹², na qual um “chefe carismático, com poderes autoritários, supostamente capaz de se situar acima dos conflitos de classe e de se apresentar como representante de toda a noção, inclusive frente ao Parlamento” (Ibid., p. 23), atua sem mediações partidárias e legitima sua atuação através do voto popular.

Outra forma de reduzir a capacidade emancipadora da democracia foi operada hodiernamente pelos liberais contemporâneos, a começar por Schumpeter, seguido de Giovanni Sartori, Robert Dahl, Norberto Bobbio e tantos outros (Ibid.). Estes autores, diferentemente dos anteriores, passaram a valorizar positivamente a democracia, mas em contrapartida, a reduziram a algo minimalista. Despojando-a de qualquer dimensão econômica e social, a democracia, a partir destes autores, passou a ser “o cumprimento de alguns procedimentos formais – as famosas regras do jogo -, sendo o principal deles a existência de eleições periódicas, nas quais o povo [...] escolhe entre elites” (Ibid., p. 24).

Não só com a noção de democracia, mas também com o conceito gramsciano de sociedade civil teria acontecido, na análise de Coutinho, uma apropriação e

⁹² Para construir a ideia de “democracia legitimada pelo sufrágio universal”, Coutinho se utiliza de alguns elementos do conceito weberiano de “ditadura cesarista” e de outros da noção de “bonapartismo soft” de Domênico Losurdo.

utilização política do termo pela ideologia liberal, para fins de esvaziar-lhe o conteúdo emancipador. Este tipo de leitura gramsciana, aliás, teria sido amplamente utilizada no Brasil na década de 80 e 90 por intelectuais de esquerda que fizeram uma recepção acrítica da obra de Norberto Bobbio e o combinaram à Gramsci, gerando uma “mescla eclética que favorecia a confusão entre democracia e liberalismo” (Ibid., p. 47). A leitura “equivocada” combinada ao momento político de transição democrática em que forças sociais de diversas matizes se uniram para derrotar o regime ditatorial, acabou por obscurecer, no entendimento de Coutinho, o caráter contraditório de tais forças e favoreceu a hegemonia das forças liberais no processo de transição (Ibid.).

O “deslizamento conceitual” da noção gramsciana de sociedade civil gerou consequências ainda mais graves para a esquerda brasileira quando se aliou à tese liberal do terceiro setor, que se valia de uma “dicotomia maniqueísta entre Estado e sociedade civil para demonizar tudo o que provém do Estado e para fazer a apologia acrítica de uma ‘sociedade civil’ despolitizada” (Ibid., p. 48). O terceiro setor homogêneo, que estaria situado para além do Estado e do mercado foi aceito, inclusive, por intelectuais da esquerda. Estes mesmos intelectuais acabariam por realizar, num primeiro momento, uma passagem para social democracia e, num segundo momento para o neoliberalismo ou, mais veladamente, para a “terceira via”; e constituíram-se, para Coutinho, em verdadeiros exemplos do que ele chamou de “transformismo” intelectual.

A leitura feita por estes intelectuais da esquerda brasileira seria, segundo Coutinho, a mesma feita pelo historiador marxista Perry Anderson, na qual, a hegemonia gramsciana poderia ser definida basicamente como uma síntese entre coerção e consenso. Contrariando tal leitura, Coutinho afirma existir, na obra de Gramsci, uma distinção clara entre hegemonia e consenso, de um lado e, de outro, dominação e coerção; sendo que “as primeiras teriam sua base material na sociedade civil, [ou seja], nos aparelhos ‘privados’ de hegemonia, enquanto a base material das segundas seria o Estado em sentido estrito, os aparelhos burocráticos e repressivos” (1994, p. 139).

Portanto, a sociedade civil enquanto portadora material da hegemonia, seria, para Coutinho a grande inovação operada por Gramsci no marxismo, constituindo-se no núcleo central de toda a sua teoria. Dessa forma, entender o significado da noção de sociedade civil em Gramsci seria essencial para compreender toda a sua obra

(Id., 2006). A sociedade civil seria uma estrutura dotada de autonomia relativa em relação à economia e também em relação aos aparelhos repressivos de Estado, e pertenceria à superestrutura e não à infraestrutura, como em Marx. Além disso, ela seria um “momento” do próprio Estado ampliado, “um momento da superestrutura política-ideológica, condicionada ‘em última instância’ pela base material da sociedade (que é o local onde tem lugar a gênese das classes)” (Ibid., p. 41).

Coutinho procura justificar sua leitura em algumas passagens dos *Cadernos do Cárcere* que ele mesmo havia traduzido anos antes⁹³, e também em trechos de cartas escritas por Gramsci da prisão. Um trecho, em especial, chama sua atenção, no qual Gramsci teria sintetizado toda a sua teoria acerca do Estado ampliado:

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2006, p. 35).

Coutinho faz questão de ressaltar, como já o fez em outros momentos, que, apesar da aparente contradição entre a obra gramsciana e os escritos de Marx, tal contradição é apenas aparente. Para ele, Gramsci em nenhum momento eliminou as determinações do Estado já apontadas por Marx, baseadas sobretudo no modo de produção e reprodução da vida material; mas sim as enriqueceu, as ampliou e as concretizou, ao colocar ao lado dos aparelhos da sociedade política, também os aparelhos da sociedade civil enquanto novos determinantes do Estado (Ibid.). Nesse sentido, a importância de Gramsci para a teoria marxista estaria, precisamente, na superação dialética dos “conceitos de seus interlocutores e [na construção de] uma originalíssima noção de sociedade civil, que aparece como eixo articulador de uma nova teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 2006, p. 54).

É dentro deste quadro categorial que Coutinho fundamenta sua crítica aos defensores da sociedade civil enquanto terceiro setor, situado para além do mercado e do Estado. Para ele, em sendo a sociedade civil parte integrante do Estado

⁹³ Vale destacar o trabalho realizado por Coutinho como tradutor, ao longo da vida ele traduziu para o português mais de 60 títulos. O projeto de tradução dos *Cadernos do Cárcere*, do qual Carlos Nelson foi idealizador, começou em 1999 e terminou em 2005, com a publicação de seis volumes dos “*Cadernos do Cárcere*”. (SIMIONATTO, 2012).

ampliado, seria ela também marcada pelas contradições de classe, não havendo possibilidade de compreendê-la fora da lógica do mercado e do Estado (Ibid.). Assim, renegar tudo que provenha do Estado, sob o argumento de que ele é um “comitê executivo da burguesia” seria tão equivocado quanto endeusar todos os frutos vindos da sociedade civil, com a perspectiva de que ela é um espaço homogêneo que não sofre a influência do mercado. Ambos, na verdade, seriam espaços de notória contradição, marcados pela disputa de classes, cabendo à esquerda realizar uma “concreta análise histórica da correlação de forças presente em cada momento [para] definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil como do Estado” (Ibid., p. 54).

É neste período também que Coutinho avança um pouco mais na sua teoria democrática e constata algo que não havia lhe ocorrido quando escreveu *A democracia como valor universal* em 79. Coutinho percebe que o que possui valor universal não são “as formas concretas que a democracia assume institucionalmente em dado momento”, mas sim, “o processo pelo qual a política se socializa e, progressivamente, propõe novas formas de socialização do poder” (2002, s. p.). Ou seja, a “democratização”, processo pelo qual se dá a socialização da participação política e a consequente socialização do poder, e não mais a democracia, enquanto conceito abstrato, passa a ter valor universal para Coutinho e passa a ser considerado indispensável para a construção do socialismo e para sua manutenção.

Coutinho avalia que ao alterar o termo democracia para democratização ele não está modificando as ideias formuladas no ensaio de 1979, mas apenas as qualificando melhor, por conta das próprias exigências do processo histórico, uma vez que “a democracia é necessariamente alguma coisa que se aprofunda e que combina indissolúvelmente reformas políticas com reformas econômicas e sociais” (2012, p. 151). Nesse sentido ele relaciona o processo de democratização, que levaria à socialização do poder, com a noção de “reformismo revolucionário”, que se constituiria enquanto processo mais amplo de reformas profundas, abarcando tanto a socialização do poder quanto a socialização dos meios de produção (Ibid.).

Analisando o contexto brasileiro, Coutinho compreende que a superação da desigualdade social e a inclusão das massas como protagonistas no processo democrático é um passo para a efetiva democratização, mas é apenas o primeiro de uma longa e interminável caminhada:

A democracia só realizará seu valor universal no Brasil se essas grandes massas de excluídos forem incorporadas ao processo social como autênticos protagonistas. Só pode haver democracia para as grandes massas da população se elas forem capazes de se organizar, de expressar seus anseios e de obter efetivamente conquistas sociais, culturais e políticas no quadro de uma institucionalidade em permanente expansão. Assim, a democratização é um valor universal sobretudo porque é um permanente desafio. Nunca poderemos chegar a um ponto que nos permita dizer que a democracia está acabada. A democracia é um processo que devemos conceber como em permanente construção. (2012, p. 153).

2.3.2. O transformismo petista

Enquanto Coutinho aponta o transformismo de muitos intelectuais da esquerda brasileira durante a década de 90, o mesmo fenômeno é relatado por outros autores em relação ao Partido dos Trabalhadores nos anos 2000. Com efeito, o período que vai de 1994 até 2002 é visto por muitos estudiosos como um momento de transformação do partido. O PT teria se transformado de um partido com posições radicais e essencialmente ligado aos movimentos sociais em um partido prioritariamente eleitoral e de discurso ameno. André Singer (2010, p. 101) aponta que o caráter radical do partido, que foi nos anos 80 um elemento distintivo do PT em uma “cultura política tingida pela ambiguidade e pela conciliação desde o alto”, foi sendo progressivamente abandonado nos anos 90. No mesmo sentido, Secco (2011) entende que tal transformismo foi operado lentamente por algumas forças dentro do partido, mas nunca foi oficialmente ratificado por um Encontro ou Congresso.

As tentativas de explicar tal processo na literatura especializada são das mais variadas e tomamos aqui como referência a síntese feita por Singer destas análises, que resume bem as quatro macro-orientações em que se pautam os autores:

A primeira se detém na crescente moderação do discurso. Com tonalidades distintas, a depender da inclinação do autor, um conjunto de trabalhos nota que o PT não pretende mais revolucionar a sociedade. Uma segunda vertente concentra - se na passagem de um partido acentuadamente ideológico, com inserção eleitoral distinguida por tal traço, para uma legenda com acento maximizador, isto é, disposta a qualquer ação para conseguir votos. Em terceiro, estão os que apontam para o enfraquecimento do vínculo com os movimentos sociais e uma paralela inserção privilegiada no Estado. Ainda na linha de fechamento dos canais de participação, e olhando para as formas de organização interna, indicam a transição de uma estrutura na qual as bases tinham peso — com a existência de núcleos

militantes e contribuição financeira dos membros — para uma em que a cúpula profissionalizada tende a dar as cartas e o financiamento é externo. Por fim, estão os textos que salientam o câmbio na origem social dos simpatizantes, com uma intensa popularização das fontes de apoio. (SINGER, 2010, p. 90)

Uma importante etapa do processo de transformação petista se inicia com um distanciamento de Lula do partido a partir da criação do Instituto da Cidadania em 1990 e depois com as Caravanas da Cidadania nos anos seguintes, que procuravam aproximar o PT, ou pelo menos Lula, do mundo externo ao partido. O PT procurava dar maior concreticidade ao seu discurso, retirando o tom mais teórico da esquerda tradicional e inserindo elementos técnicos que procuravam dar respostas à problemas específicos encontrados nas cidades brasileiras (SECCO, 2011).

Ao mesmo tempo em que Lula se autonomizava e o PT amenizava o discurso, o programa neoliberal ia plantando suas sementes no Brasil, inicialmente com o governo Collor e depois com o governo Fernando Henrique, a agenda neoliberal ia avançando a passos largos. Singer (2010) aponta dois momentos importantes para a consolidação da hegemonia neoliberal e desmonte do Estado varguista: primeiro a derrotada da greve dos petroleiros em 1995, e depois as privatizações em larga escala que se realizaram no período.

As eleições de 1994 marcaram o início de uma prática eleitoral, clássica dos demais partidos, mas que dentro do PT, até aquele momento, era vista como um tabu: o recebimento de recursos das empresas privadas para campanhas. O PT se inseria de vez na lógica tradicional das campanhas políticas brasileiras com a adoção do financiamento empresarial e com a substituição da militância por cabos eleitorais profissionais⁹⁴ (SECCO, 2011).

O resultado das eleições de 94 revelou a incapacidade do Partido dos Trabalhadores em debater a questão econômica e sobrepor uma alternativa concreta ao Plano Real. O que o PT tinha, naquele momento, era apenas “um conjunto de políticas sociais e o compromisso cada vez maior de evitar rupturas que afetassem a lucratividade do setor financeiro e uma vaga defesa do mercado interno

⁹⁴ Secco lista algumas razões externas ao partido que ajudam a explicar a retração da militância: “A diminuição das greves, o afastamento entre sindicatos e representados e o esvaziamento das ruas associou-se às novas formas de sociabilidade dos militantes via internet e telefone móvel [...]; igrejas evangélicas cresceram, a Renovação Carismática Católica inseriu novos elementos litúrgicos mesmo nas CEBs e uma certa ‘Teologia da Prosperidade’ sancionou o desejo de ascensão social e o individualismo em contraposição a formas comunitárias que animaram o PT e o MST nas suas origens” (2010, p. 179).

de massas” (Ibid., p. 170). O isolacionismo político do PT e a falta de um programa de governo mais concreto foram usados, posteriormente, contra a esquerda do partido que estava à frente da direção nacional na época da campanha, levando à uma “guetização da esquerda intrapartidária” (RIBEIRO, 2003, p. 67).

O 10º Encontro Nacional refletiu esse revés sofrido pelos grupos de esquerda do PT, que nunca mais voltariam a dirigir o partido. Neste encontro, a Articulação aliada à grupos de centro elegeu como presidente José Dirceu, que viria a se eleger por mais duas vezes consecutivas, consolidando o ciclo de transformações dentro do Partido. Ribeiro considera que este momento representou um “ponto de inflexão para o PT, que a partir daí abandonou sua postura de partido anti-sistema ao deixar de ter atitudes que visavam causar impactos simbólicos deslegitimadores do regime” (2003, p. 66).

O radicalismo foi aos poucos sendo deixado de lado em prol da construção de um projeto que centrava esforços na conquista do comando do Poder Executivo, o que passava pela maior valorização da democracia representativa, em especial das disputas eleitorais, e da articulação de amplas alianças que viabilizassem tal projeto. (RIBEIRO, 2003).

As duas disputas à presidência do partido que se seguiram consagraram o grupo de Dirceu, enquanto representante de posições cada vez mais à direita no partido, em oposição ao grupo formado em torno de Milton Temer que reunia os grupos mais à esquerda do partido⁹⁵, inclusive Carlos Nelson Coutinho. À frente do partido, a Articulação que se tornaria o Campo Majoritário, alterou, em 2001, a forma de escolha das direções estaduais, municipais e nacional. Ao invés dos filiados elegerem delegados que os representariam nas eleições, a escolha passou a ser feita de forma direta com a possibilidade de votação de todos os filiados nas chapas e teses, através do PED (Processo de Eleição Direta). Ao mesmo tempo em que a experiência do PED foi considerada inovadora no Brasil, também se discutiu o quanto esse formato de eleição poderia realmente ser democrático, uma vez que

⁹⁵ José Dirceu e Milton Temer disputaram a presidência do PT pela primeira vez no XI Encontro Nacional em 1997, onde Dirceu obteve 52,59% dos votos e Temer 47,41%. Depois, em 1999 no 2º Congresso Nacional, Dirceu obteve 54,49%, Temer 32,7% e Chinaglia, representando posições mais de centro, obteve 12% (SECCO, 2011).

seria mais suscetível à influência e aos abusos do poder econômico, bem como à influência dos mandatários enquanto figuras mais conhecidas⁹⁶ (SECCO, 2011).

Outra alteração importante que aconteceu junto com a introdução do PED, ocorreu no sistema de debate das teses do partido. Antes de 2001, as teses eram apresentadas pelas tendências ou por grupos formados por mais de uma tendência e eram defendidas e debatidas entre os delegados, antes de se aprovar a tese que serviria de tese-guia. Com a alteração, os filiados passaram a votar nas chapas e nas teses de sua preferência, sem o debate prévio, sendo que a tese mais votada passou a ser levada ao encontro ou congresso como tese guia e só ela poderia ser debatida e emendada pelos delegados. Para Secco (2011), isso trouxe um grande problema para a elaboração teórica do partido, uma vez que a eleição passou a acontecer antes mesmo do debate, diminuindo o peso das discussões sobre o programa do partido e fomentando uma disputa meramente de forças e não mais programática.

A partir de 2002, o PT se transforma definitivamente em partido de governo e aos poucos vai abandonando o marxismo, apesar de nunca ter havido uma decisão oficial nesse sentido (SECCO, 2011). Para muitos autores, portanto, a vitória eleitoral acabou sendo o coroamento de um longo período de derrotas da esquerda, dentro do partido e fora dele.

Quando o PT chegou ao poder a esquerda já havia perdido a batalha de ideias para o neoliberalismo que se tornou hegemônico, não só como um modelo econômico, mas também como visão de Estado (SADER, 2005). A “Carta ao povo brasileiro”⁹⁷, dessa forma, não teria sido uma guinada do PT para a direita, mas

⁹⁶ Secco avalia que o PED teria surgido por uma “necessidade que o grupo dominante do PT tinha de afastar definitivamente seus oponentes e cimentar a via de acesso à Social Democracia, qualquer nome que ela viesse a ter no Brasil” (2011, p. 194). Mas ao que tudo indica, ao menos em 2001, a estratégia não surtiu o efeito esperado já que pouco alterou a correlação de forças nas eleições do partido (RIBERIO, 2003).

⁹⁷ A Carta antecipa alguns pontos em relação à política econômica que seriam posteriormente aprovados e adotados pelo Diretório Nacional enquanto orientações partidárias. Vale transcrever os pontos principais adotados nos documentos do Diretório, para que se tenha uma real noção do que representou: “Em lugar do confronto com os ‘humores do capital financeiro globalizado’, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento de campanha afirmava que ‘o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro’. Para dar garantias aos empresários, o texto assegura que o futuro governo iria ‘preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade de o governo cumprir os seus compromissos’, seguindo *pari passu* o que havia sido divulgado na Carta. Nessa linha, compromete-se com a ‘responsabilidade fiscal’, com a ‘estabilidade das contas públicas’ e com ‘sólidos fundamentos macroeconômicos’. Por

apenas a consagração de um processo de moderação ideológica que já vinha sendo gestado, pelo menos, desde a campanha de 1989 e que só viria claramente à luz em 2002 (SECCO, 2011; SINGER, 2010).

Assim, o PT teria chegado ao final desse período pré governo, totalmente transformado, passando de um partido “predominantemente militante a um [partido] predominantemente burocrático” (SECCO, 2011, p. 186); de um partido radical e de combate ao sistema capitalista a um partido de discurso ideológico moderado e conciliatório (SINGER, 2010). Capciosamente, o abandono do discurso radical foi um dos fatores⁹⁸ que levou o partido a mudar significativamente o perfil dos seus eleitores e simpatizantes, passando de uma maioria de classe média⁹⁹, com renda familiar acima de 10 salários mínimos, para uma maioria com renda de até 2 salários mínimos¹⁰⁰. Enfim, o PT, que desde o início preconizou ser um partido construído verdadeiramente para trabalhadores e pelos trabalhadores, em oposição aos partidos de esquerda tradicionais constituídos por uma vanguarda; finalmente se tornou o partido preferencial da classe operária e, ao mesmo tempo, o partido mais odiado pela burguesia. Mas esse PT já não era o PT original.

2.3.3. PT saudações

Os últimos anos de Coutinho no PT foram marcados por críticas crescentes aos rumos tomados pelo partido, trajetória que para ele refletiu “uma das maiores tragédias já vividas pela esquerda em nosso país” (COUTINHO, 2006, p. 151). Em

fim, assegura que não vai ‘romper contratos nem revogar regras estabelecidas’. Afinal, ‘governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional’. (SINGER, 2010, p. 105).

⁹⁸ Diretamente relacionado à moderação do discurso, Singer (2010) identifica que a partir de 2003, com a criação do Psol, a classe média radical teria migrado para o novo partido.

⁹⁹ Adota-se aqui a noção de discurso radical de Antônio Candido. Para ele, apesar do pensamento radical ser um “fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade” (1990, p.4). Candido ressalta que o pensamento radical é tipicamente gerado pela classe média e por setores esclarecidos das classes dominantes.

¹⁰⁰ Segundo os dados publicados no artigo de André Singer (2010), em 1996 os eleitores que tinham preferência pelo PT e possuíam renda familiar de até 2 salários mínimos representavam apenas 17%, enquanto aqueles com renda entre 5 e 10 salários mínimos representavam 28% e os com renda acima de 10 salários mínimos, 30%. Em 2002, a camada de até 2 salários mínimos subiria para 27% e aqueles com renda acima de 10 salários mínimos reduziria pela metade. Em 2010, os eleitores de até 2 salários passariam a constituir quase metade do total, com 47%, e os acima de 10 salários representariam apenas 4% do total.

2002, ainda no partido, Coutinho já manifestava sua preocupação com os rumos que o partido estava tomando com as forças de esquerda tendendo ao centro e com a concentração demasiada do partido na disputa institucional. Mas, naquele momento, avaliava que essa não era só uma opção tomada pelo partido, mas se justificava também pelo esvaziamento que os movimentos sociais tiveram no Brasil durante a década de 90, o que impossibilitava a interlocução maior entre o PT e os movimentos (Id., 2002). Comparando a sua relação com o PT à relação que mantinha com seu primeiro partido, o PCB, Coutinho avalia que, de certo modo, foi mais fácil se desvincular do PT porque sua relação com ele era mais aberta, muito diferente do “casamento monogâmico” que mantinha com o Partidão. Mas, de outro lado, a melancolia em abandonar o PT por constatar a sua degeneração foi maior, uma vez que “a forma PC já estava meio superada”, ao contrário do PT que, pelo formato original e pela sua formação histórica, tinha enchido Coutinho de esperanças (Id., 2005).

A análise de Coutinho sobre a trajetória do PT nos anos 90 e início dos anos 2000 se coaduna com a dos autores já citados anteriormente, André Singer e Lincoln Secco, que compreendem os processos involutivos do PT não, simplesmente, como um “raio em dia de céu azul”, mas sim como processos que foram sendo construídos paulatinamente. Nesse sentido, em entrevista concedida no final de 2003 em que Coutinho procura explicar os motivos de sua saída do PT, ele elenca alguns dos momentos em que se pode perceber claramente as transformações que vinham ocorrendo internamente:

No plano programático, por exemplo, a corrente majoritária do PT abandonou qualquer referência concreta ao socialismo. Quando fala nele, o que ocorre cada vez menos, é pra dizer que o socialismo não é um novo modo de produção, uma forma inédita de sociabilidade, mas um ideal ético que nos estimula a tentar ‘melhorar’ o capitalismo, a ‘humanizar’ o mercado, considerados agora como eternos. Não é casual que Lula tenha declarado recentemente que nunca foi de esquerda. No plano organizativo, o PT tem sofrido um forte processo de burocratização, que se reflete na centralização dos processos decisórios nas instâncias dirigentes, formadas cada vez mais por funcionários. A democracia interna praticamente desapareceu. A isso se soma um recrutamento sem critérios, que não só permite, mas estimula, o ingresso de pessoas que nada têm a ver com os princípios que até recentemente orientaram a ação do PT. (Id., 2006, p. 152-153).

Portanto, para Coutinho e para seus grandes amigos Leandro Konder e Milton Temer¹⁰¹, que também tomaram tal decisão naquele momento, a expulsão de Heloísa Helena e de outros companheiros de partido¹⁰² foi apenas a gota d'água em um longo processo de inflexão do PT que para eles, já durava ao menos 10 anos e vinha num crescente abandono do socialismo e aumento do burocratismo (Ibid.).

Mesmo desistindo do PT, Coutinho procura deixar claro, na época, que não tem dúvidas sobre a importância da forma partido para a classe operária. Quando questionado, no momento de sua saída, se concordava com uma tese que vinha sendo muito difundida da substituição dos partidos políticos pelos movimentos sociais, ele foi enfático: “Ainda não se inventou nada que possa substituir o partido político na função de universalizar as lutas setoriais, colocando-as no leito da transformação radical da sociedade”. (Id., 2006, p. 153). Para ele, portanto, o partido seria o único capaz de permitir a passagem da consciência sindicalista para a consciência política – nas palavras de Lênin -, do momento econômico-corporativo para o momento ético-político - em Gramsci – ou, simplesmente, do particular para o universal. (COUTINHO, 2002).

Apesar de acreditar nos partidos políticos, a ideia inicial de Coutinho ao se desvincular do PT não era, de imediato, formar um novo partido, mas sim articular um fórum de debates entre intelectuais e personalidades de esquerda que pudesse manter viva a discussão sobre o socialismo no Brasil. Isto porque, ele entendia que uma nova legenda não poderia surgir da decisão de um grupo de intelectuais interessados em “dar testemunho da pureza de [suas] convicções” e que, nesse sentido, as origens do PT eram “iluminadoras” (Ibid., p. 153). Era importante para ele que a esquerda refletisse sobre qual forma esse novo partido deveria assumir, uma vez que o formato adotado pela III Internacional Comunista já estava superado e os novos tempos exigiam um partido aberto, plural e flexível, a exemplo do que o PT possibilitou (Id., 2002). Ainda assim, Coutinho parece ter sido convencido por seus

¹⁰¹ Em estudo realizado sobre a indisciplina dos parlamentares petistas no Congresso Nacional nos governos FHC e nos governos Lula, Maglia e Peres apontam Milton Temer como um dos deputados mais indisciplinados mesmo antes da eleição do governo Lula, demonstrando que já havia discordâncias com o partido antes mesmo da chegada ao poder. Cf. MAGLIA, C.; PERES, P. S. *Análise da Indisciplina das Tendências Internas do PT*, 2016.

¹⁰² A expulsão se deu porque os parlamentares petistas se opuseram à proposta apresentada pelo Governo Lula de reforma da Previdência Social. Segundo Singer, o projeto era contrário aos ideais defendidos pelo PT desde seu início e “atendia a reclamos do capital, que via no excesso de gastos previdenciários ameaças à estabilidade das contas públicas”. (2010, p. 107).

pares a participar, em 2004, da criação do mais novo partido da esquerda brasileira, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

2.3.4 Partido Socialismo e Liberdade

Os primeiros anos do Governo Lula foram anos de decepção para muitos intelectuais que contribuíram para a formação do Partido dos Trabalhadores e se engajaram nas campanhas do partido país a fora. Aos poucos muitos deles iam se retirando e se filiando a outros partidos, notadamente o PSOL, ou então permanecendo sem partido. Coutinho foi um dos que se desligaram do PT logo nos primeiros anos daquele governo. Segundo Ivete Simionatto, sua grande amiga e colega de trabalho, Coutinho disse a ela que antes de se desfiliar procurou um grupo do PT do Rio de Janeiro e colocou a situação da seguinte forma:

Antes das eleições vocês apontaram um caminho; vocês chegaram ao poder e dentro do poder vocês perceberam que havia dois caminhos. E vocês tomaram um caminho e não indicam onde esse caminho vai dar. Se vocês não sabem onde esse caminho vai dar, eu estou fora do PT (SIMIONATTO, 2012, p. 108).

A criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi antecedida pela discussão a respeito de se criar um partido socialista que unificasse toda a esquerda brasileira, ou pelo menos, a parcela descontente com o PT. Segundo Bianchi (2010), no final de 2003 essa discussão estava a todo o vapor com a participação de diversas organizações de esquerda e movimentos sociais. A ideia seria organizar o novo partido a partir de um “intenso e extenso debate” sobre o formato organizacional e as diretrizes partidárias. No entanto, os intelectuais e parlamentares que haviam rompido com o PT optaram por não esperar a consecução desse longo debate e decidiram criar o novo partido já no início de 2004, a despeito das críticas dos grupos ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) que pretendiam integrar o projeto inicial (BIANCHI, 2010).

Assim, apesar do PSOL ter sido criado com a pretensão de ser um partido “guarda-chuva para a esquerda socialista do Brasil”, ele foi marcado logo no seu início por uma cisão entre trotskistas e socialistas de outras matrizes ideológicas (SILVA, 2013). A principal discussão girou em torno da organização interna do

partido, de um lado os grupos troskistas defendiam que as tendências do partido deveriam “se organizar apenas durante as discussões que antecederiam os congressos do novo partido e com base na pauta desses congressos” (BIANCHI, 2010, p. 2). De outro lado, as lideranças que viriam a formar o PSOL defendiam o pleno direito de tendência, ou seja, o direito dos grupos se organizarem em tendências permanentes¹⁰³. (HELENA *apud* BIANCHI, 2010). A discussão que teria atingido um alto nível de abstração, girava em torno de qual formato seria mais democrático, com muitas dúvidas de ambos os lados. Mas, para o grupo de Heloísa Helena, a existência permanente de tendências era uma cláusula pétrea, algo que não deveria ser submetido à decisão coletiva, o que, segundo Bianchi (2010), teria causado a exclusão do PSTU de todo o debate.

Os anos que se seguiram e a crise política gerada pelos escândalos de corrupção desgastaram ainda mais a relação entre o PT e os grupos de esquerda que se organizaram fora do partido e também com a esquerda que ainda permanecia no partido¹⁰⁴. No ano da reeleição de Lula, Chauí, de dentro do partido dava o tom das críticas:

Quadros experientes e altamente politizados que ocupavam postos nas direções municipais, regionais e nacional, foram deslocados para o governo, sendo em sua maioria substituídos tanto pelos escalões inferiores da burocracia partidária quanto por filiados sem história política partidária. O resultado foi o que se viu: as direções mostraram ser uma mescla de oportunismo, irresponsabilidade, delinquência e burrice. (CHAUÍ, 2006, p.35).

Do lado de fora, ex-militantes do PT que haviam se tornado lideranças do PSOL engrossavam o caldo:

nos últimos vinte anos, o partido dirigido por Lula havia representado precisamente um canal para que o descontentamento popular se desenvolvesse nos marcos do regime político parlamentar e eleitoral. Esta mediação enfraqueceu-se de modo brutal e irreversível, razão pela qual nada será igual, mesmo que sigam os mesmos ou parecidos atores. (GENRO, 2006. P. 75).

¹⁰³ Para Bianchi (2010), a discussão girava em torno de qual formato seria mais democrático, com muitas dúvidas de ambos os lados, criando um debate extremamente abstrato. Mas, para o grupo de Heloísa Helena, a existência permanente de tendências era uma cláusula pétrea, algo que não deveria ser submetido à decisão coletiva, o que teria causado a exclusão do PSTU de todo o debate.

¹⁰⁴ Em 2005, os jornais noticiaram uma tentativa dos intelectuais do partido em pressionar as lideranças partidárias para mudar a condução do governo Lula, principalmente na seara econômica. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u74697.shtml>.

O ano de reeleição de Lula foi também o primeiro ano em que o PSOL lançou-se nas disputas eleitorais, formando uma frente nacional de esquerda com o apoio de PCB e PSTU. A candidata à presidência do PSOL, Heloisa Helena, obteve 6,85% dos votos e ficou em terceiro lugar na disputa, à frente de um conhecido nome do PDT, Cristovam Buarque¹⁰⁵. O PSOL lançou ainda chapas regionais em todos os estados da federação. No entanto, a Frente de esquerda formada em 2006 não se traduziria efetivamente em uma unidade dos três partidos para além dos momentos eleitorais; e, mesmo nestes, as coligações aconteceriam apenas no âmbito regional, com o PSTU e PCB passando a apostar no lançamento de candidaturas próprias à presidência da república. As dificuldades na manutenção da Frente se explicariam pela “postura sectária de alguns, [...] tanto no que diz respeito à definição do programa político para a Frente, quanto na definição da distribuição de candidaturas aos cargos eletivos, principalmente os executivos”. (MOURA, 2011, p. 99).

Em seu programa político, aprovado no Encontro Nacional de fundação em 2005, o PSOL critica as “experiências totalitárias dos regimes stalinistas”, bem como “as capitulações à ordem no estilo da 3ª via social-democrata” e defende que “o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expressão e organização, da rejeição aos modelos de partido único” (PSOL, 2005).

A estratégia do PSOL, portanto, se aproxima muito daquela defendida pelo PT em seus primeiros anos, a realização de uma revolução socialista e democrática, através de reformas populares e com dupla inserção do partido na atividade parlamentar e nos movimentos sociais. Dentre os diversos movimentos em que o PSOL se insere, a luta sindical acaba tendo, na leitura dos dirigentes do partido, uma importância central, uma vez que possibilita aos militantes não perderem o contato com a realidade (MOURA, 2011). Nesse contexto, o partido defende a unidade sindical entre a Conlutas e a Intersindical, acreditando que a divisão entre estas duas centrais acaba sendo prejudicial à luta sindical; e, por outro lado, disputa a filiação dos sindicatos com a CUT e a Força Sindical, entendendo que estas duas centrais não representam os interesses dos trabalhadores (Ibid.).

A organização interna do PSOL também é muito semelhante à do Partido dos Trabalhadores, caracterizando-se essencialmente pela existência das tendências

¹⁰⁵ Dados do Tribunal Superior Eleitoral.

permanentes que, da mesma forma que no PT, acabam assumindo um papel central na organização e formação dos filiados; e pela ausência do centralismo democrático, permitindo que toda a estrutura organizativa “se movimente com um grau de liberdade bastante elevado para um partido de extrema esquerda” (SILVA, 2013, p. 67). Porém, diversamente do PT, o perfil dos dirigentes é mais restrito. Segundo Julio Cesar Gonçalves da Silva (2013), é possível afirmar que o PSOL é um partido dirigido por professores, uma vez que ao longo da primeira década de sua existência ele manteve à frente da direção partidária o mesmo perfil de dirigentes: setores da classe média urbana, altamente escolarizada, em sua maioria, docentes.

À falta de estudos mais aprofundados sobre o desenvolvimento histórico do PSOL, registro novamente as críticas feitas por Álvaro Bianchi (2010) ao partido. Segundo ele, o grande erro operado pelas lideranças do partido no momento da fundação teria sido possibilitar a existência das tendências permanentes, gerando um partido sem vida orgânica, em que vários grupos – muitos dos quais antagônicos – se reúnem esporadicamente para decidir questões pontuais:

Sem programa e organização de base comuns as grandes tendências permanentes do PSOL ocuparam todos os espaços de discussão e deliberação desse partido, loteando-o de acordo com suas forças. As reuniões da direção nacional não expressam, senão, o momento no qual o acordo político conjuntural entre as diferentes tendências é reproposto. Os núcleos não passam de uma ficção jurídica ou de biombos para a organização de base das tendências. A participação dos membros na vida do partido se encontra restrita ao momento dos congressos e conferências, mas esta não é efetiva e a única forma de ocorrer consiste no alinhamento com as posições já existentes. A participação não é, desse modo, ativa. É passiva. Ao invés de um partido o PSOL transformou-se, sob o comando de sua direção, em uma sigla na qual coexistem diversos pequenos partidos, cada qual com seu próprio projeto político. Seus congressos e conferências têm revelado que esses projetos não são apenas diferentes; são antagônicos. (BIANCHI, 2010, p. 2).

Assim, no entendimento de Bianchi, o PSOL errou ao tentar reproduzir a estrutura interna do Partido dos Trabalhadores. Isso por que, diferentemente do PT, partido que desde sua fundação se constituiu enquanto um partido de massas, tornando as tendências permanentes “um instrumento de defesa das minorias [e permitindo] à oposição de esquerda travar sua luta política”; no PSOL, partido ainda pequeno, a existência das tendências serve apenas para garantir autonomia aos parlamentares, bloquear “a participação efetiva da base nos processos decisórios,

alimenta[r] as lutas fratricidas, transforma[r] militantes em filiados e estimula[r] o caráter meramente eleitoral do partido” (BIANCHI, 2010, p. 4).

2.3.5. Coutinho e o neoliberalismo

A crença de Coutinho nos partidos políticos nunca deixou de existir, até o último momento ele seguiu acreditando que a única organização capaz de dar à classe trabalhadora a noção de totalidade era o partido e que, portanto, seu papel era central na construção do socialismo. Por esse motivo, Coutinho que, antes mesmo de ser um intelectual ou acadêmico já era um militante, permaneceu filiado e militando nos partidos até o fim da vida. Obviamente que com o passar dos anos, sua contribuição prática ao partido reduziu proporcionalmente ao aumento das suas contribuições teóricas, especialmente dentro da academia. Ainda assim, ele se manteve, como pode, ativo politicamente, tendo sido um dos fundadores da Escola Florestan Fernandes¹⁰⁶ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) e tendo lecionado na escola até os últimos anos de vida.

Na seara teórica, Coutinho manteve-se fazendo análises da conjuntura política brasileira até os últimos anos. Sua crítica ao PT e ao governo Lula eram das mais contundentes entre os intelectuais egressos do Partido dos Trabalhadores. Em 2010 ele participou de uma coletânea organizada por Francisco de Oliveira sobre o contexto brasileiro. Enquanto Chico de Oliveira interpretava o cenário social e político a partir de uma categoria que ele mesmo criou chamada de “hegemonia às avessas” e Álvaro Bianchi utilizava a categoria gramsciana de “revolução passiva”, Coutinho se contrapunha aos dois utilizando o conceito menos conhecido de Gramsci de “contra-reforma”. A aplicação da noção de contra-reforma por Coutinho não se restringiu apenas aos governos petistas, mas sim a todo período neoliberal no Brasil que para ele teve início no Governo Collor e se intensificou nos governos FHC e Lula (COUTINHO, 2012).

¹⁰⁶ A Escola Florestan Fernandes é um centro de educação e formação, idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas que contribui na formação de militantes de diversos movimentos sociais. A Escola conta com a parceria de diversas universidades como a UERJ, UNICAMP, UFMG, UFPB. Cf. <http://amigosenf.org.br/>.

Em *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma* (2012)¹⁰⁷, Coutinho procura esclarecer as diferenças entre os dois conceitos e explica porque o neoliberalismo deveria ser considerado um período de contra-reforma e não de revolução passiva. Para ele a revolução passiva exigiria a existência das seguintes características:

1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização. (COUTINHO, 2012, p. 96)

Nesse sentido, constituiria um exemplo de revolução passiva o período conhecido como *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social, em que, de um lado, os trabalhadores conquistaram importantes direitos sociais e, de outro, os governos capitalistas tiveram que adotar medidas econômicas que eram defendidas pelos socialistas e comunistas (Ibid.). Já na contra-reforma não haveria espaço para conquistas ou aprofundamento dos direitos sociais, nem para incorporação de concessões vindas “de baixo”, o objetivo principal da contra-reforma seria a eliminação dos direitos conquistados durante o *Welfare State*. Contribuiria para tanto a reestruturação produtiva com a substituição do fordismo por sistemas de produção que descentralizam a atividade produtiva, a exemplo do toyotismo, e o recuo das forças sindicais e partidárias representativas dos trabalhadores (Ibid.). A grande diferença, portanto, entre os dois conceitos estaria no fato da contra-reforma se caracterizar, sobretudo, em um movimento restaurador, havendo nela pouco espaço para o novo se comparado com a revolução passiva.

A época neoliberal consagraria, dessa forma, a hegemonia da pequena política, ou seja, o esvaziamento das grandes questões políticas, restando apenas o passivismo da maioria da população que “aceitaria resignada o existente como algo

¹⁰⁷ O texto foi escrito em 2006 e publicado em 2012 em COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: Ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

natural”, fazendo a escolha entre dois grupos de poder que, substancialmente, não possuíam diferenças entre si. (Id., 2010, p. 31). Partindo dessa lógica, Coutinho avalia que o governo petista seria melhor enquadrado na categoria da contra-reforma, posto que, diferentemente dos governos populistas e até mesmo da ditadura militar em que houveram concessões às classes subalternas, no primeiro mandato do Governo Lula o que houve foi a desconstrução dos direitos sociais conquistados (COUTINHO, 2012). Além disso, ele ressalta que o governo petista foi ainda mais danoso para a esquerda brasileira porque contribuiu para fortalecer a hegemonia neoliberal, neutralizando as forças de resistência que nos governos anteriores tinham desempenhado papel importante na oposição ao neoliberalismo:

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais, ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e abriu assim caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (Ibid., p. 141).

Em meio a um cenário extremamente pessimista para a esquerda brasileira, Coutinho mantém o “otimismo da vontade” e acredita que a solução poderia estar na articulação de uma nova força política que se contrapusesse ao “bipartidarismo de fato” criado em torno do PSDB e do PT e recolasse na agenda a questão do socialismo e da transformação da ordem social. A tarefa difícil, mas que para ele valeria a pena, deveria ficar a cargo do PSOL, que poderia “transformar-se no eixo articulador de uma ampla frente de esquerda, que compreenda não só outros partidos, mas também movimentos sociais velhos e novos”. (COUTINHO *in* UFRJ, 2005, p. 163).

2.3.6. Rousseau, Gramsci e Lukács

Os últimos anos de Carlos Nelson Coutinho são marcados por uma retomada do autor às suas origens filosóficas, sem, contudo, abandonar as análises eminentemente políticas em torno das quais ele construiu a maior parte da sua obra da maturidade. A bem da verdade, Coutinho que sempre teve dificuldades para se enquadrar nas divisões criadas pela academia, procura no último livro publicado, “De

Rousseau a Gramsci” (2011), operar tanto com categorias da filosofia quanto da ciência política. Para ele, as reflexões filosóficas não ocorrem “no puro plano das ideias, não se explicam apenas por um suposto desenvolvimento imanente do espírito, mas são respostas teóricas aos problemas colocados pela vida concreta dos homens e das sociedades” (COUTINHO, 2006, p. 69).

No livro de 2011, Coutinho retoma as contribuições teóricas de muitos autores que influenciaram sua obra no intuito de fornecer elementos para a construção de um conceito substantivo de democracia. Rousseau é o primeiro deles. Coutinho entende que a principal contribuição dada por Rousseau à teoria democrática é a sua noção de *vontade geral*, e que esta noção se diferenciaria substancialmente do conceito de *vontade de todos*. Enquanto a primeira se relacionaria com a democracia, a segunda estaria intimamente ligado ao liberalismo:

Rousseau colocou um claro ponto de discriminação entre o liberalismo e a democracia. Partindo da concepção da sociedade como um agregado de interesses individuais, o liberalismo – em suas diferentes versões – não pode ir além do conceito rousseauiano de “vontade de todos”, ou seja, de uma eventual convergência de interesses privados que, sem deixar em nenhum momento de ser privados, podem encontrar pontos comuns que interessem, pelo menos, à maioria. Não é casual que, nos principais teóricos liberais, essa convergência se refira somente às “regras do jogo”, aos procedimentos formais, enquanto a definição dos conteúdos e dos valores é deixada ao arbítrio individual; é precisamente esse arbítrio, aliás, que os liberais definem como a essência da “liberdade negativa” que propõem. (COUTINHO, 2011, p. 35-36).

Assim, a retomada da herança rousseauiana seria indispensável para se pensar a democracia moderna em dois sentidos: inicialmente, por ele ter sido o primeiro a vislumbrar uma “incompatibilidade estrutural entre desigualdade e democracia”, compreendendo que as regras do jogo, apesar de necessárias, não seriam suficientes para garantir a igualdade material, pré-requisito de uma “liberdade positiva”, ou seja, pré-requisito da própria democracia (Ibid., p. 38). Além disso, Rousseau também teria se atentado para o fato de a democracia exigir a gestação de uma vontade geral, ou, em termos gramscianos, de um consenso, e que este consenso deveria se dar tanto sobre os procedimentos a serem aplicados, quanto sobre o conteúdo de tal democracia. Por tanto, ao afirmar a centralidade da noção de *vontade geral*, Rousseau teria, segundo Coutinho, antecipado a teoria gramsciana de hegemonia. (Ibid.).

Da mesma forma que em Rousseau, Coutinho identifica que também em Gramsci o conceito de vontade geral teve um papel importante na construção da sua teoria. Especialmente no jovem Gramsci, a vontade geral se manifesta “com uma forte conotação idealista, ou seja, como a afirmação de um dever ético contraposto à ‘materialidade’ dos interesses particulares, os quais seriam capazes de gerar apenas a ‘vontade de todos’ e não a vontade geral”. (Ibid., p. 133). No entanto, Gramsci teria ido além de Rousseau nos seus escritos de maturidade, e, a partir da assimilação do materialismo histórico à sua teoria, ele foi capaz de conferir mais concretude ao conceito de vontade coletiva:

Como consequência dessa conquista teórica, ele [Gramsci] se torna capaz de tratar o conceito de vontade coletiva – que permanece central em suas reflexões – em outro nível de concretude. O momento teleológico da ação humana aparece agora organicamente articulado com o momento causal-genético. A vontade objetiva continua a ter um papel importante na construção da ordem social, porém não mais como “plasmadora” da realidade, mas como um momento decisivo que se articula dialeticamente com as determinações que provêm da realidade objetiva, em particular das relações sociais de produção. (Ibid., p. 134).

Nesse sentido, seria essencial para o projeto socialista que a esquerda fosse capaz de construir uma nova vontade coletiva que lhe garantisse a hegemonia, através da realização de uma “reforma intelectual e moral”, que no entendimento de Gramsci teria o “moderno Príncipe”, ou seja, o partido revolucionário como grande articulador. (Ibid.). Importa observar que o que Coutinho procura fazer na análise destes dois autores é retirar os elementos essenciais da teoria de Rousseau e da teoria gramsciana para compará-los e combiná-los em uma só teoria democrática. Ao fazer isso, ele reconhece as deficiências teóricas presentes nos dois, mas não acredita que tais equívocos sejam capazes de invalidar ou diminuir a importância de muitos dos conceitos cunhados por eles.

No caso de Gramsci, Coutinho desfere duras críticas a respeito da ignorância que o autor sardo manteve sobre a América Latina durante toda a vida. Desconhecendo completamente nossa realidade, Gramsci teria se baseado nos velhos dogmas da III Internacional e traçado um perfil da América Latina, em que todos os países seriam semicoloniais, possuidores de uma sociedade civil ainda primitiva e gelatinosa e de um Estado forte.

A nossa saída, por esta análise, deveria ser a mesma estratégia utilizada na Rússia: a conquista abrupta do Estado através da guerra de movimento. Para

Coutinho esse diagnóstico não seria válido nem mesmo para o Brasil da década de 30, momento em que Gramsci escreve os *Cadernos*, e menos ainda para uma correta avaliação do país após o período de redemocratização. (Ibid.). Ainda assim, apesar de Gramsci não ter se dedicado especificamente a estudos sobre a América Latina, sua importância para o entendimento da nossa realidade não estaria prejudicada, tendo em vista que a maioria dos seus conceitos possuem uma validade universal que podem e devem ser aplicadas à nossa conjuntura histórica e social (Ibid.). Por este motivo, Gramsci não seria, no entendimento de Coutinho, “o maior leninista italiano, nem apenas o precursor teórico da via italiana para o socialismo”, mas sim o pensador mais universal que o marxismo produziu no século XX. (Ibid., p. 63).

O terceiro pensador retomado por Coutinho em seu último livro e que possui grande influência em sua obra, principalmente nos seus escritos de juventude, é György Lukács. As categorias estéticas do filósofo húngaro foram centrais para as críticas literárias que Coutinho produziu ao longo da vida. No entanto, longe de retomar seu estudo literário, Coutinho decide neste livro escrever alguns apontamentos iniciais para uma análise comparativa entre Lukács e Gramsci, análise esta que ele considera absolutamente necessária que seja aprofundada para superar os impasses do marxismo na atualidade, mas que infelizmente não teve tempo de realizá-la.

Apesar de atingirem níveis qualitativos bem diversos na juventude, tanto Lukács, quanto Gramsci, possuíam traços idealistas que, para Coutinho, teria sido a forma que os dois encontraram para “se contrapor com ênfase ao marxismo positivista e determinista que predominou na época da Segunda Internacional” (Ibid., p. 155). Por outro lado, os dois foram críticos ferrenhos do stalinismo desde seu início e suas obras da maturidade demonstraram um grande esforço em superar as posições idealistas iniciais. Ainda assim, Lukács não teria sido capaz de avançar na sua elaboração a respeito da política:

1) ou a política é tratada num nível de abstração que a esvazia de sua especificidade concreta [...]; ou ele se limita a proclamar uma acrítica admiração pela personalidade e pela obra de Lênin, num movimento que vai desde os últimos ensaios de História e consciência de classe (superado o luxemburguismo residual ainda presente nos primeiros) até seu livro póstumo sobre a necessária democratização do socialismo, no qual todos os problemas de uma complexa formação social em crise parecem poder ser resolvidos mediante um “retorno a Lênin”. (Ibid., p. 166).

Apesar das críticas à relação de Lukács com Lênin, especialmente na sua obra tardia, *O processo de democratização* (Lukács, 1968), Coutinho observa também que a fixação por Lênin, da qual sofre Lukács e da qual ele mesmo já foi vítima nas décadas anteriores, não é capaz de anular o valor teórico de tal obra¹⁰⁸. Brevemente, Coutinho avalia que, cada qual em sua seara de estudo, Gramsci na ciência política e Lukács na estética marxista, ambos desenvolveram categorias hábeis à renovação do categorial marxista, que se bem utilizadas pelos intelectuais da esquerda podem fazer com que o marxismo volte a ser um instrumento capaz de dar respostas aos dilemas colocados na atualidade (Ibid.).

A morte de Carlos Nelson Coutinho, em 20 de setembro de 2012, aos 69 anos de idade, vítima de um câncer de pulmão, sensibilizou muitos intelectuais, não só da esquerda, mas também liberais, além de militantes e ativistas de diversos movimentos sociais. Simionatto (2012) conta que seu velório foi marcado pela presença e homenagem de diversos movimentos, especialmente o MST e a Via Campesina, dada a relação de proximidade que Coutinho manteve com eles até o fim da vida. A Universidade Federal do Rio de Janeiro planejava, antes mesmo de sua morte, um seminário internacional em sua homenagem, que deveria ocorrer em junho de 2013 quando Coutinho completaria 70 anos. O Seminário aconteceu mesmo após a sua morte, em tom de tristeza, e resultou em um livro¹⁰⁹ publicado já no final de 2012, contendo depoimentos de amigos e artigos produzidos por estudiosos da obra de Coutinho, revelando as inúmeras contribuições que o autor deu ao longo da vida, nas mais diversas áreas.

¹⁰⁸ Foi a partir desta obra, inclusive, que Coutinho decidiu substituir o termo “democracia como valor universal” por “democratização como valor universal”, como já visto nos capítulos anteriores.

¹⁰⁹ Cf. BRAZ, Marcelo (org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A totalidade, como categoria sociológica utilizada para analisar a obra de um autor, torna necessário que seja considerada não só a própria obra, mas também as relações sociais desenvolvidas pelo autor e o contexto histórico em que o mesmo estava inserido, procurando interpretar todas estas informações conjuntamente.

Carlos Nelson Coutinho era um autor de um tipo muito específico, nada tradicional para os moldes atuais da academia. Coutinho se fez teórico na prática e procurou praticar a sua teoria sempre que as situações concretas lhe permitiram. Sua formação autodidata e o contato aleatório com leituras diversas lhe possibilitaram uma construção heterodoxa dentro do marxismo. Suas vivências e as relações estabelecidas na militância, em meio a um contexto muito peculiar da história brasileira, lhe permitiram fazer parte da pluralização do pensamento marxista. Estes elementos analisados individualmente, mas, ao mesmo tempo, reunidos na expressão do todo, refletem a maneira como a sua visão de mundo foi sendo construída ao longo de sua vida.

A impressão que Lukács lhe causou na juventude, sobretudo, a obra *História e Consciência de Classe* e a efervescência cultural do período pré-golpe militar contribuíram para que o jovem Coutinho, que já possuía ligações profundas com a literatura, se dedicasse às análises estéticas e ao método do realismo crítico. Naquele momento Coutinho parecia acreditar que a arte era uma forma de buscar a elevação da consciência sensível do homem, e que resgatar a herança progressista na literatura brasileira poderia ser o ponto de partida para a construção de uma nova cultura democrática e nacional-popular. No entanto, não era só esse o motivo de sua dedicação à questão cultural. Influuiu também para isso, o fato do seu partido, o PCB, possuir internamente uma divisão de trabalho muito clara entre aqueles que pensavam a política e que, por isso, só lhes era permitido o uso de referências em autores considerados clássicos do marxismo, e aqueles que pensavam outras questões, não vinculadas diretamente com a política e que, por isso, eram livres para discutir autores menos ortodoxos.

Suas leituras e influências teóricas, em especial Lukács, o colocaram em contato, quando da vinda ao Rio de Janeiro, com pessoas de posicionamentos muito próximo ao dele e isso acabou por reforçar ainda mais suas posições. Leandro Konder, seu amigo desde a juventude, foi um dos interlocutores com os quais

Coutinho sempre dialogou e que contribuiu para a construção de sua teoria. Armênio Guedes, enquanto líder do grupo do qual Coutinho participou dentro do PCB também teve um papel relevante para a sua formação: Guedes era sobretudo um democrata e sua figura era muito querida pelos jovens comunistas que o cercavam.

Nascido em meio a uma geração que não viu a Revolução Russa acontecer, nem viveu os seus áureos tempos, Coutinho não teve dificuldades para fazer críticas a ela, pelo menos à parte dela atribuída majoritariamente à responsabilidade de Stálin. Desde a juventude, Coutinho se mostrou preocupado em escapar ao “marxismo vulgar” reproduzido nos manuais soviéticos, enxergando em Lukács o caminho do marxismo autêntico. Apesar disso, os dogmas do marxismo-leninismo só seriam superados definitivamente pelo autor através de um lento processo que se iniciou no exílio, mas foi se concluir apenas no Brasil, no início da década de 90.

O exílio e o contato de Coutinho com o eurocomunismo de Berlinguer e do PCI foi uma prova para ele de que, apesar de ter consciência dos problemas deflagrados na União Soviética, ainda era difícil, por motivos mais sentimentais do que racionais, se desvincular totalmente e fazer uma crítica integral ao regime. Além de servir para romper com alguns de seus paradigmas, o exílio foi um período intenso de militância e estudos para Coutinho.

A construção partidária ocupou grande parte do seu tempo, já que mais do que um militante qualquer, ele tinha um cargo dentro do partido e era remunerado para isso. Ser uma liderança do partido durante esse período exigia do militante uma grande flexibilidade para dialogar com posicionamentos diversos, a fim de construir, na adversidade, um bloco mais coeso possível. Coutinho que já era um defensor da democracia na época, parece ter tido sucesso em colocar em prática seus princípios, já que os seminários organizados por ele e Guedes tinham participação de um número expressivo de pessoas.

Esses seminários, aliás, foram os espaços em que Coutinho gestou suas ideias centrais acerca do ensaio *A democracia como valor universal*. Muito dos princípios presentes nele são influenciados pela teoria já desenvolvida na Itália por diversos autores ligados ao PCI, mas a análise sobre a questão democrática no Brasil se revela original. A visão de mundo que Coutinho construiu durante as décadas de 1960 e 1970 guarda relação direta com a tríade que compõe o contexto histórico, geográfico e político em que o autor estava inserido: exílio, Itália e PCB.

Isso nos ajuda a compreender muitas das concepções formuladas por ele durante esse período.

O fato histórico do exílio foi determinante para que ele pudesse intensificar sua militância política e com isso, perceber muitas das limitações existentes dentro do partido, em especial aquelas relacionadas à ausência de democracia. Por outro lado, o encontro de intelectuais de esquerda de várias matizes ideológicas e origens geográficas, fortaleceu o sentimento que Coutinho já possuía de valorização da pluralidade de ideias e também contribuiu na ressignificação que procurou dar ao longo de sua vida aos marxistas considerados heterodoxos ou renegados.

A Itália teve um papel essencial nesse processo, porque apesar de Coutinho ter morado pouco tempo no país, a influência que os autores italianos tiveram sobre ele, começando por Gramsci e chegando em Berlinguer, é evidente não só na sua obra, mas nas próprias entrevistas que concedeu. Além disso, o movimento eurocomunista que se colocava na década de 70 como a principal possibilidade de ressurgimento da esquerda mundial também contribuiu enormemente para a linha teórica que Coutinho desenvolveu em suas obras, especialmente em *A democracia como valor universal*.

O deslocamento geográfico do autor, de volta ao Brasil, quando já se começava a falar em abertura democrática, mas antes mesmo da Lei da Anistia, demonstra uma tentativa de Coutinho em ser coerente na prática com as análises políticas que produzia. Para ele, a abertura democrática era fruto do fortalecimento da sociedade civil, através da organização e mobilização dos movimentos sociais e partidos, e abria grandes possibilidades para as forças progressistas. Esse processo de retorno é marcado também por dois momentos de transição na sua obra.

O primeiro é aquele que denota um abandono das questões estéticas, culturais e filosóficas, sobretudo pela utilização de categorias lukacsianas, e uma progressiva incorporação de conceitos gramscianos e de temáticas relacionadas à política. Contudo, sem abandonar a importância da cultura, Coutinho concebe a democratização da cultura como um momento privilegiado da democracia e, amparado em Gramsci, começa a falar em uma necessária reforma moral e cultural.

A segunda transição que ocorre nesse período é o início da desconstrução do marxismo-leninismo enraizado nas suas ideias. O marco inicial desse processo é o seu contato com o eurocomunismo, sendo emblemática a passagem em que ele conta ter se chocado ao ver Berlinguer, pela televisão, criticando a União Soviética

abertamente e se colocando mais próximo da OTAN do que do Pacto do Varsóvia. Nesse momento da construção do pensamento, apesar de criticar algumas questões do socialismo soviético, em especial a ausência de democracia, Coutinho ainda o considerava parte da esquerda, uma esquerda ruim, com muitos problemas, mas ainda esquerda. A compreensão total e absoluta de que o regime soviético havia se tornado nada mais do que um estado totalitário, sem nenhum resquício que justificasse sua ligação com a teoria marxista, pelo menos com a teoria na qual Coutinho acreditava, só foi acontecer após a sua volta para o Brasil.

Expressão maior disso é a forte contradição presente em *A democracia como valor universal*, reconhecida anos depois pelo próprio autor, quando ele procura aproximar Gramsci e Lênin na questão democrática, colocando Lênin como um verdadeiro defensor das liberdades democráticas. Apesar de haver uma divisão entre leninistas e gramscianos dentro do PCB na época, não parece certo afirmar que a motivação de Coutinho tenha sido a tentativa de reconhecimento de seus correligionários pela obra. O que parece ter ocorrido é um obscurecimento da compreensão da obra de Lênin, por conta do processo de heroização pelo qual passou a figura do líder soviético e que deixou marcas em comunistas do mundo todo, também em Coutinho.

A principal obra de Coutinho, portanto, é escrita em meio a estas transições vivenciadas pelo autor que podem ser classificadas como um rompimento com algumas concepções juvenis e o início de seus escritos da maturidade. A obra fala, especialmente, sobre a importância das liberdades democráticas para a construção do socialismo. O tema não era novo dentro das discussões da esquerda, mas produziu impacto porque além da capacidade teórica de Coutinho, os elementos externos, em especial os contextos brasileiro de redemocratização e mundial de enfraquecimento da esquerda, contribuíram para uma revalorização da temática. A nova fase do capitalismo que ia se construindo no Brasil colocava à esquerda, que pouco tinha se recuperado do desgaste soviético, desafios para os quais ela ainda não tinha respostas. Enquanto isso a democracia ia aflorando e a esquerda tradicional ficava paralisada no debate entre o caráter burguês ou proletário da mesma. Poucas pessoas no interior da esquerda apresentavam alguma elaboração interessante a respeito da democracia no final da década de 1970 e Coutinho era uma delas.

O autor partiu de um pressuposto básico: a democracia sempre fez parte da teoria marxista. Mas de qual democracia ele está falando? Ele deixa claro, logo no início da obra, que está se referindo à democracia formal, ou seja, às liberdades democráticas, uma vez que era sobre elas que pairava a discussão na esquerda. Um dos objetivos de Coutinho, portanto, era romper com a ideia muito difundida na esquerda ortodoxa de que a democracia teria apenas valor tático, ou seja, seria importante para a tomada de poder, mas lá chegando poderia ser flexibilizada.

Para Coutinho era importante que a esquerda enxergasse na democracia um valor estratégico e isso implicava a incorporação permanente de sujeitos individuais e coletivos na política e a busca constante da unidade na diversidade. Essa unidade deveria ser ampla e não teria à sua frente apenas um partido representando todos os interesses da classe operária, mas sim um conjunto de partidos e grupos articulados em torno de bandeiras progressistas.

Por outro lado, nesse texto, Coutinho também reforça suas convicções marxistas dizendo que a luta de classes se sobrepõe à democracia, sendo que as “regras do jogo democrático” não seriam capazes de alterar a essência do Estado e seu conteúdo de classe. É interessante observar que o título da obra, o valor universal da democracia, é objeto de um pequeno trecho da obra. Coutinho usa apenas algumas páginas para falar sobre o que é o valor universal da democracia, explicando no início que as liberdades democráticas possuem um valor universal por terem a capacidade de explicitar o ser humano genérico em diferentes formações sócio econômicas. Ou seja, ele quer deixar claro que as liberdades democráticas não são negociáveis, mesmo no socialismo, ou para ele, sobretudo no socialismo, que não seria verdadeiro se não fosse democrático. A maior parte do texto, no entanto, é dedicada à análise da produção de outros teóricos marxistas sobre a questão democrática e do contexto brasileiro do ponto de vista da democracia.

Alguns outros conceitos e ideias integrantes da teoria coutiniana de democracia começam a aparecer nesse texto e são desenvolvidos em outras obras. O primeiro deles é a ideia de hegemonia e a sua relação com a democracia. Ao contrário dos liberais que entendem existir uma incompatibilidade entre essas duas coisas, para Coutinho a hegemonia é o verdadeiro pressuposto da democracia, que, se aliada dialeticamente ao pluralismo, é capaz de criar, de baixo para cima, uma vontade coletiva, que será a argamassa da democracia socialista. Portanto, já na obra de 1979 como nas outras produzidas na maturidade, Coutinho defende a

necessidade de se articular hegemonia de uma classe com o pluralismo e, portanto, respeito às minorias e à diversidade.

Em obras posteriores Coutinho retoma a questão da hegemonia com o objetivo de rebater leituras de Gramsci feitas por outros marxistas que entendem a hegemonia como uma síntese entre coerção e consenso. Contrariando tal leitura, Coutinho afirma existir na obra de Gramsci uma distinção clara entre hegemonia e consenso de um lado, e dominação e coerção, de outro. A ideia de hegemonia para Coutinho é algo construído sem o uso da força, da coerção, mas sim pelo convencimento, pela construção do consenso, e esse seria o papel principal da sociedade civil, portadora material dos aparelhos privados de hegemonia.

Nesse sentido, a sociedade civil seria tão importante ou, em alguma medida até mais importante que o Estado em sentido estrito na construção do socialismo, uma vez que a simples conquista do poder de Estado não seria suficiente para a construção de tal projeto. A sociedade civil, portanto, enquanto instância dotada de autonomia relativa, mas também marcada pela contradição de classes, seria a arena principal em que deveria se travar a guerra de posições, ou seja, a conquista paulatina de espaços, a fim de se construir a hegemonia política e cultural da classe operária.

O Estado, por sua vez, é visto como um local de opressão de uma classe sobre a outra, mas também como um espaço de disputa entre as classes, vez que a complexificação do Estado abre espaços dentro da própria burocracia estatal para que essa luta possa ser feita.

Aos poucos, Coutinho começa a flexibilizar a sua concepção sobre a transição para o socialismo e começa a entender que essa transição não precisa ser, necessariamente, abrupta e insurrecional. Baseado na concepção ampliada de Estado, que ele desenvolve em *A dualidade de poderes*, Coutinho passa a conceber a transição para o socialismo como um longo processo de conquista progressiva de espaços, tanto dentro dos aparelhos estatais quanto no seio da sociedade civil, marcado por conflitos e choques.

Nesse sentido, revolução e reforma não seriam coisas contrapostas, mas sim faces da mesma moeda, na medida em que se trata de um *reformismo revolucionário* que pretende superar o capitalismo. Esse processualismo presente na obra de Coutinho, que aparece primeiro com relação à transição ao socialismo e, posteriormente, na própria ideia de democracia como processo, demonstra a cautela

do autor com relação à transformação da sociedade. Essa prudência pode ser explicada pelo contexto histórico em que o autor viveu, marcado por um ambiente pessimista em relação às rápidas transformações sociais, especialmente, quando impostas pela força e de cima para baixo, já que esse tipo de mudanças, a longo prazo, causou mais prejuízos do que benefícios, não só para os países em que foram implantadas, mas também para a esquerda de uma forma geral.

Um socialismo democrático ou uma democracia de massas, para ele, seria o momento não só de superação da alienação econômica, mas também da alienação política, a partir da progressiva socialização da política e, por consequência, do próprio poder. A construção dessa democracia de massas passaria pela proliferação dos movimentos sociais, em especial de sindicatos combativos, e pela mediação política de partidos programaticamente estruturados, que se empenhassem em reforçar a participação política da população. Em suas últimas obras, a democracia de massas ou a democracia substancial assume tal importância no pensamento de Coutinho que passa a ser não apenas um instrumento de construção do socialismo, mas o próprio socialismo.

Trazendo sua elaboração teórica para o nível mais concreto de análise do Estado brasileiro, Coutinho avalia que o Brasil na década de 1970 já se encontrava em uma fase bem específica do capitalismo, o chamado *capitalismo monopolista de Estado* (CME), desenvolvida sobretudo durante o regime militar.

Para Coutinho, essa nova fase não teria sido bem compreendida pela esquerda nacional, que a entendia como uma política econômica e não como uma etapa necessária na evolução do capitalismo. Essa leitura equivocada da esquerda fazia com que ela negasse as possibilidades presentes no contexto da ditadura militar, não percebendo que o regime apesar de ter nascido autoritário, não desembocaria necessariamente em um regime fascista e que, por outro lado, a superação do mesmo também não significaria o advento imediato do socialismo.

Outros dois conceitos importantes na obra de Coutinho que foram utilizados com frequência para analisar a formação sócio econômica brasileira são a via prussiana e a revolução passiva. Estes conceitos, que possuem origens diversas, sendo o primeiro cunhado por Lênin e o segundo por Gramsci, são utilizados, na maioria das vezes por Coutinho como sinônimos. Eles aparecem em seus primeiros textos sobre literatura e depois, novamente, nas análises sobre alguns processos de transição no Brasil, que teriam sido marcados pelas transformações “pelo alto”, ou

seja, pela conciliação entre as elites e ausência de participação popular, e também por um processo que moderniza, mas mantém elementos do sistema anterior.

Dessa forma, um terceiro conceito também utilizado por Coutinho, a contrarreforma, se diferencia da revolução passiva e da via prussiana, na medida em que a primeira se caracteriza, sobretudo, por um movimento restaurador, havendo nela pouco espaço para o novo se comparado com a revolução passiva. A recorrência com que Coutinho se utiliza desses conceitos em sua obra, atribuindo grande parte dos problemas do Brasil à esses modelos de transição, demonstra seu apreço por processos de transformação populares e democráticos, que incluam as massas e seus interesses. Não ficando claro, no entanto, se as massas deveriam participar dos processos de transformação diretamente ou por meio de uma vanguarda, que poderia ser o partido político ou os intelectuais orgânicos.

O primeiro tema que confere unidade à obra de Coutinho, como se viu, é a democracia, o segundo tema pode ser considerado a revolução ou a transição para o socialismo. O terceiro tema é, então, o partido revolucionário ou, em termos gramscianos, o moderno príncipe. A contribuição de Coutinho para a teoria marxista de partido não é algo especificamente delimitado em sua obra, mas aparece ao longo dela através das incursões que ele se vê impelido a fazer por conta da sua própria militância. Ou seja, Coutinho não desenvolveu uma teoria de partido, no sentido estrito da palavra, enquanto elaboração sistemática do tema, mas muitas das reflexões presentes em seus textos sobre a sua relação com os partidos e a sua análise sobre a organização interna desses grupos, trazem grandes contribuições para a teoria marxista de partido. Especialmente, porque, apesar das enormes transformações sofridas pela sociedade nas últimas décadas, pouco se produziu sobre o tema depois de Lênin e Gramsci.

Com o processo de abertura democrática e o surgimento de novas formas de organização dos trabalhadores, notadamente, o chamado novo sindicalismo (SADER, 1985), o PCB perdeu espaço para outros grupos mais afinados com a lógica democrática. Os equívocos nas análises feitas pelos comunistas e a tentativa frustrada de barrar o movimento de massas que explodia no final da década de 1970 foram cruciais para os comunistas se isolarem dentro do próprio campo progressista. O PCB parecia não conseguir lidar com a complexidade das novas relações que se desenvolviam no cenário brasileiro e que fugiam da velha forma de fazer política através dos partidos e dos sindicatos.

O Partidão tentava se renovar e adotar novas posturas, a exemplo da adoção da tese de radicalização da democracia, encampada sobretudo por Roberto Freire, mas, além de não conseguir avançar nesse sentido e atrair para si novos quadros, também perdia uma ala importante do partido pela adoção do novo discurso democrático (LIMA, 1995).

Enquanto isso, nascia o Partido dos Trabalhadores, sob grande expectativa da esquerda e de alguns liberais, e consolidava o processo de união das forças progressistas de diversos movimentos sociais em discussões amplamente democráticas. Diferente dos processos tradicionais de formação dos partidos de esquerda em que a questão ideológica se impõe como uma das principais discussões do grupo que lidera o partido; no PT, as posições ideológicas do partido, não estavam pré definidas, estavam abertas a discussão e poderiam ser construídas no debate interno entre os diversos grupos e tendências que o formaram. Mesmo a estrutura organizacional do partido foi sendo construída aos poucos, em intensos debates, tentando sempre caminhar em uma linha tênue entre contemplar o desejo das massas e apontar uma direção de vanguarda (REIS, 2007).

O PT foi sendo construído na década de 1980 dessa forma: a partir da necessidade de contemplar grupos de diferentes ideologias e posicionamentos políticos, e, da vontade da maioria em incorporar um grande número de trabalhadores sem vínculos ideológicos ou partidários anteriores. A estrutura partidária precisou dar conta de atender a essas necessidades e o resultado foi a radical experiência democrática construída dentro do partido nesse período. A democracia interna, portanto, foi se construindo e se aperfeiçoando pela existência de opiniões divergentes, pelo embate entre elas e, principalmente, por uma estrutura que possibilitava o debate e a participação, estrutura que se iniciava nos núcleos de base e terminava nos Congressos Nacionais.

Perpassando estas questões está o intelectual do partido, aquele que pensa a sua prática e também a sua organização interna. A relação teoria e prática é construída de maneira diferente em cada partido, contribuindo para isso o formato e os objetivos externos que possuem.

No caso do PCB, partido que viveu a maior parte de sua vida na ilegalidade, com seus militantes tendo que se organizar de forma silenciosa, clandestinamente no Brasil e muitas vezes exiliados em outros países, o intelectual exerce um papel central. Isso porque o partido não podia ser, para segurança dos próprios

integrantes, um local democrático e aberto a qualquer pessoa, e também porque não havia chances de se travar grandes debates pessoalmente, ficando as discussões restritas ao universo acadêmico. Isso limitava enormemente a possibilidade de muitos participarem das discussões, ao mesmo tempo em que, aumentava a importância dos intelectuais dentro do partido.

Diferente daquela realidade, no Partido dos Trabalhadores a experiência democrática era concreta e era preciso lidar com isso. A grande questão que se colocava era como ser um partido de massas e realmente democrático, sem deixar de ser um partido de esquerda, se as massas tendiam ao centro e muitas vezes ao conservadorismo? Coutinho percebeu rapidamente que o basismo, prática que o PT adotava em seu início e na qual o maior número possível de filiados deliberava, poderia também fortalecer as elites do partido.

De fato, as mudanças pelas quais o partido passou em 2001, com a introdução de um processo eleitoral em que todos os filiados votavam diretamente nas chapas, sem a intermediação dos delegados eleitos, mostrou o fortalecimento dos grupos de centro e de direita dentro do PT (SECCO, 2011).

Como um intelectual que presenciou estas duas realidades, Coutinho pode dar algumas contribuições à organização do PT que, enquanto partido em construção e não vinculado a conceitos previamente estabelecidos, se permitia criar formas inovadoras de organização.

Nos textos da década de 80, por influência das discussões puxadas por Togliatti, Coutinho debateu o formato de organização partidária que melhor se adequaria à realidade brasileira pós ditadura militar e, portanto, de abertura democrática. Ele chegou à conclusão que o partido de vanguarda, altamente centralizado e de disciplina rígida, exigido em momentos ditatoriais, não se coadunaria mais às realidades democráticas. Para ele, a inserção gradual dos sujeitos individuais e coletivos ao debate e à participação política requereria a construção de um novo tipo de partido, verdadeiramente de massas, que não só fosse a vanguarda do movimento operário, mas que trouxesse o movimento para dentro do partido para pensar com ele as soluções para o país.

Outra influência de Togliatti que Coutinho incorpora à sua obra é a ideia da necessária articulação entre pluralismo e hegemonia. Ampliando essa ideia, Coutinho entende ser preciso reconhecer, inclusive, o pluralismo de partidos de

esquerda, não cabendo mais falar em apenas um partido representante da classe operária.

Todas estas ideias articuladas, sobre a construção de uma democracia de massas e sobre o papel do (s) partido (s) nesse processo, mudam substancialmente a teoria marxista de partido baseada, sobretudo, em Lênin. Antes, partia-se de uma sociedade civil desorganizada ou pouco organizada, na qual as principais entidades eram os sindicatos e os partidos; e, portanto, pensava-se em uma estrutura partidária centralizada com pouca inserção popular, que trazia para o interior do partido apenas as lideranças dos movimentos sociais e não propriamente o conjunto de trabalhadores. Pensava-se em um único partido que fosse então a vanguarda da classe operária, que não permitia tendências internas e adotava o centralismo democrático, procedimento que exigia formação teórica e disciplina de seus militantes.

Pela teoria democrática e de partido construída por Coutinho, parte-se de uma sociedade civil complexa, organizada em diversos agrupamentos e movimentos sociais. Primando pela democracia como valor estratégico, presente não só na ação do partido mas também em seu interior, tem-se um partido de novo tipo, que ao invés de impor uma disciplina rígida, é flexível ao tempo livre e à disposição do trabalhador; que ao invés de centralizado, possui várias instâncias de participação para que todos e todas se sintam inseridas e participando do processo de construção partidária; que permite a existência de tendências para que o debate se torne ainda mais democrático e plural, que admite não ser o único partido legítimo para representar a classe operária e que, inclusive, dialoga e se alia a outros partidos.

Carlos Nelson Coutinho em seus últimos anos tentou realizar um projeto com o qual sonhava desde a juventude, quando ele e Konder escreviam cartas à Lukács questionando se o autor húngaro teve contato com a obra de Gramsci. Coutinho entendia ser possível e necessário para o avanço da teoria marxista, fazer uma aproximação entre Lukács e Gramsci, acreditando que as limitações de cada um deles poderiam ser supridas reciprocamente. Infelizmente, a vida não lhe deu o tempo necessário para desenvolver tal projeto, mas a ideia continua sendo uma proposta interessante para os estudiosos do marxismo.

Coutinho deixou um legado importante aos que acreditam na democracia, pois, mesmo em momentos adversos em que muitos questionavam sua eficiência ou

sua validade, ele se manteve firme em sua defesa. Suas obras controversas o fizeram ser renegado por setores da esquerda que o taxaram de “social democrata”, ainda assim, ele sempre se intitulou comunista. No fim da vida, alguém o questionou sobre sua trajetória política partidária e ele disse que em todos os partidos em que se filiou, entrou sendo considerado parte da “direita” do partido, mas saiu sendo considerado da esquerda radical. E, com isso, ele concluiu: “tenho quase certeza que não fui eu que mudei”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Max. **Conselhos operários e revolução**. Coimbra: Centelha, 1976.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312.

AMARAL, Oswaldo E. do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Campinas: UNICAMP, 2010. 306 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ARCARY, Valério. 1989/1991: Uma onda de revoluções democráticas parcialmente vitoriosas, que não impediu a derrota diante de contra-revolução econômico-social. In: **Revista Aurora**, ano III, número 5, dezembro de 2009, Unesp, Marília.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BANDOLI, Mabelle. A "Declaração de Março de 58" do Partido Comunista Brasileiro e as considerações sobre os movimentos políticos do campo. In: **Encontros**, ano 11, n. 21, 2013, p. 114-123.

BETTO, Frei. Socialismo real: o fim do que foi princípio. In: **Revista Teoria e Debate**, n. 10, 1990.

BIANCHI, Álvaro. **A organização como uma questão estratégica: passado e presente**. 2010. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/15409>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva**. As duas almas do Partido Comunista. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAZ, Marcelo (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANDIDO, Antônio. **Radicalismos**. Estudos avançados. São Paulo, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgar. **O PCB (1964-1982)**. São Paul: Difel, 1982, vol.3.

CHAUÍ, Marilena. A nova República: democracia ou autoritarismo verde-amarelo? In: **Constituinte, Economia e Política da Nova República**, São Paulo: Cortez, 1986, p. 63-82.

CHAUÍ, Marilena. **Leituras da crise**: Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

CÔRREA, Hércules. **A classe operária e seu partido**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. Exposição; Debates. In: GARCIA, M. A. **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Cedec, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução do pensamento marxista. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 11-86.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo**: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha de idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: Ensaio sobre democracia e socialismo. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. Construção de hegemonia político-cultural no contexto da transição: narrativas sobre democracia e socialismo em Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha (segunda época) e Controversia (1979–1985). In: **Revista Tempo**, jan. 2015, vol. 21, número 37.

DEL ROIO, Marcos. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo**. São Paulo: Ícone. 1997.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**: A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERREIRA, Jaqueline. **O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base**. Marília: UNESP, 2008. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

FREDERICO, Celso. **Cotidiano e arte em Lukács**. Estud. av. [online]. 2000, vol.14, n.40, pp. 299-308.

FREDERICO, Celso. “Figura de exceção”: dois momentos de Carlos Nelson Coutinho. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 85-98.

GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT?** Origem, projeto consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GENRO, Luciana & ROBAINA, Roberto. **A Falência do PT e Atualidade da Luta Socialista**. Porto Alegre: L&. PM. 2006.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2006.

JOSÉ, Emiliano e LEITE, José Corrêa. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho. In **Revista Teoria e Debate**, edição 51, jul. 2002.

KHRUSHCHEV, Nikita. **O Discurso Secreto de Khrushchev no XX Congresso do PCUS**. Disponível em: <www.marxists.org/espanol/khrushchev/1956/febrero25.htm>. Acesso em 02 de janeiro de 2016.

KINZO, Maria D'alva G. **A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo Perspec., vol.15, n. 4. São Paulo, 2001.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KONDER, Leandro. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LESSA, Sérgio (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LIGUORI, Guido. Togliatti, de Gramsci a Yalta. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 2005, pp. 51-65.

LIMA, Hamilton Garcia de. **O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-84)**. Campinas: UNICAMP, 1995. 499f. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LOPES, Alexandre dos Santos. **O Partido dos Trabalhadores e o Marxismo**. Trabalho apresentado no Quinto Congresso Uruguaio de Ciência Política. Que tipo de democracia para Ciência Política? Associação Uruguaia de Ciência Política, 7-10 de Outubro de 2014.

LOWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOISÉS, José Álvaro. **Nova República: Ambiguidade como forma de controle**. In: Constituinte, Economia e Política da Nova República, São Paulo: Cortez, 1986, p. 105-123.

MOURA, Pablo Thiago Correia de. **As razões da esquerda radical – PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos**. Natal: UFRN, 2011, 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

NETTO, José Paulo. Breves notas sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NOBRE, Marcos e REGO, José Mário. Entrevista de Carlos Nelson Coutinho. In: _____. **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 373-399.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012)**. Lua Nova, São Paulo, 88: 11-21, 2013.

NOVAES, Carlos A. Marques. **PT: Dilemas da Burocratização**, Novos Estudos Cebrap, n. 35, 1993, pp. 217-237.

OZAÍ, Antônio. **Partido de massas e partido de quadros: A social democracia e o PT**. São Paulo: CPV, 1996.

Partido dos Trabalhadores. **Carta de Princípios de 1979**. Disponível em: <http://www.ptgte.org.br/25anos/anos70/documento/79_carta_principios.pdf>. Acesso em 26 de set. de 2015.

Partido dos Trabalhadores. **Resoluções Políticas aprovadas no V Encontro Nacional**, 1987. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucoespoliticas_0.pdf>. Acesso em 20 ago., 2016.

Partido dos Trabalhadores. **O Socialismo Petista**, 1990. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/osocialismopetista.pdf>>. Acesso em 20 ago., 2016.

Partido Socialismo e Liberdade. **Programa Político aprovado no Encontro Nacional de Fundação.** Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** Colônia. 15 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRESTES, Anita Leocádia. Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. In: **Crítica Marxista**, n.32, 2011, p.147-174.

RADICE, Lucio Lombardo. **Um socialismo a inventar.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas,** 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticadas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

REIS, José Carlos. **Anos 1960:** Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, p. 245-277, Set. 1999.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. In: **Política & Sociedade**, n. 03, outubro de 2003, p. 45-70.

RICCI, Rudá. **Lulismo:** três discursos e um estilo. In: *Revista Lutas Sociais - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*, n. 15/16, 2006, p.171-183.

SADER, Eder. A nova retórica da nova república. In: **Constituinte, Economia e Política da Nova República**, São Paulo: Cortez, 1986a, pp. 51-62.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986b.

SADER, Emir. Constituinte, democracia e poder. In: SADER, Emir (org.). **Constituinte e Democracia no Brasil de hoje.** São Paulo: Brasiliense. 1985, P. 128-146.

SADER, Emir. **Revista Fórum**, ano 4, n. 32, novembro de 2005. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/32/o-alvo-nao-e-lula-mas-o-pt/>>. Acesso 15 ago. 2016.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, 168f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Felipe Henrique Gonçalves da. **Democracia e Socialismo nos debates do Partido dos Trabalhadores (1987-1991)**. São Paulo: PUC, 2012, 299f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SILVA, Julio Cesar Gonçalves da. **Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)**. In: Revista Paraná Eleitoral, v. 2, 2013, p. 63-98.

SILVA, Vladimir Luis da. As vicissitudes do pensamento de Carlos Nelson Coutinho do talhe analítico lukacsiano ao politicismo. In: **Revista Verinotio**, nº 7, Ano IV, novembro de 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **Carlos Nelson Coutinho: Um Intérprete Marxista E Democrata Da Realidade Brasileira**. In: Revista Em Tese, v. 9, n. 1, janeiro-julho/2012, p. 103-114.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. In: **Revista Novos Estudos**, n. 88, 2010, p. 89-111.

UFRJ. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho. In **Jornal da UFRJ**, ano 2, nº 7, ago. 2005. Disponível em: <https://ufrj.br/docs/jornal/2005-agosto-jornalUFRJ7.pdf>. Acesso em 18 jun. 2016.

VAIA, Sandro. **Armênio Guedes: Sereno guerreiro da liberdade**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2013.

VANNUCCHI, Paulo. **Adeus às armas?** Teoria e Debate, n. 11, 1990. p. 40-41

WELLEN, Henrique e RANIERI, Carli. Carlos Nelson Coutinho: a crítica marxista da literatura. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 121-144.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992